

C O L E Ç Ã O



H U M A N I D A D E S

A invenção das classes de palavras

LUCAS CONSOLIN DEZOTTI



A INVENÇÃO DAS CLASSES DE PALAVRAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-Reitor

EDUARDO RAMALHO RABENHORST

Diretora do CCHLA

MÔNICA NÓBREGA

Vice-Diretor do CCHLA

RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA



EDITORA DA UFPB

Diretora

IZABEL FRANÇA DE LIMA

Vice-Diretor

JOSÉ LUIZ DA SILVA

Supervisão de Editoração

ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR

Supervisão de Produção

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

C O L E Ç Ã O H U M A N I D A D E S

Editores

Ariosvaldo da Silva Diniz (DCS - CCHLA)

Mônica Nóbrega (DLCV - CCHLA)

Edmilson Alves de Azevedo (DF-CCHLA)

José David Campos Fernandes (DECOMTUR-CCTA)

Carla Mary S. Oliveira (PPGH-CCHLA)

Comissão Editorial

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (DCS-CCHLA)

Regina Celi Mendes Pereira da Silva (Proling-CCHLA)

Bartolomeu Leite da Silva (DF-CCHLA)

Regina Maria Rodrigues Behar (DH-CCHLA)

Luziana Ramalho Ribeiro (DSS-CCHLA)

Ana Cristina Marinho Lúcio (PPGL-CCHLA)

Lucas Consolin Dezotti

A INVENÇÃO DAS CLASSES DAS PALAVRAS

Editora da UFPB
João Pessoa
2013

Projeto gráfico da capa
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

Editoração eletrônica
MÔNICA CÂMARA

D532i Dezotti, Lucas Consolin.
 A invenção das classes de palavras / Lucas Consolin
 Dezotti. -- João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
 226 p. (Coleção Humanidades)
 ISBN: 978-85-237-0682-1
 1. Linguística – história e crítica.

UFPB/BC

CDU: 801

Todos os direitos e responsabilidades dos autores.

EDITORA DA UFPB
Caixa Postal 5081 – Cidade Universitária
João Pessoa – Paraíba – Brasil
CEP: 58.051 – 970
www.editora.ufpb.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

*O estudo aqui apresentado foi possível
graças a duas instituições de fomento à pesquisa (Fapesp e Capes)
e à dedicação de quatro professores em especial
(Dra. Ingeborg Braren, Dr. Marcos Martinho dos Santos,
Dr. José Luiz Fiorin e Dr. João Batista Toledo Prado).
A todos, um sincero obrigado.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – O <i>lógos</i> da dialética	15
CAPÍTULO 2 – Platão	21
CAPÍTULO 3 – Aristóteles	51
CAPÍTULO 4 – Os estoicos	95
CAPÍTULO 5 – O <i>lógos</i> da gramática	131
CAPÍTULO 6 – A oração e suas partes	145
6.1 – Nome.....	154
6.2 – Pronome.....	159
6.3 – Verbo.....	163
6.4 – Advérbio.....	172
6.5 – Particípio.....	176
6.6 – Conjunção	179
6.7 – Preposição	187
6.8 – Interjeição	192
Considerações finais.....	197
Referências	213

APRESENTAÇÃO

Este livro tem origem em um estudo realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPG-LC/FFLCH/ USP) com o objetivo de investigar, a partir de fontes antigas e estudos recentes, o surgimento e o estabelecimento, no mundo greco-romano, da parte mais importante da teoria gramatical antiga: a doutrina das ‘partes da oração’, ancestrais do que hoje conhecemos como classes de palavras. A partir da análise dos critérios de recorte e classificação do material linguístico utilizados pela dialética e pela gramática, realizou-se um trabalho comparativo em busca de indícios de possíveis influências entre essas diferentes abordagens.

INTRODUÇÃO

Em oposição a certo modo teleológico de abordar a história do conhecimento linguístico – que, tomando como critério básico a “originalidade” do conteúdo e considerando a Linguística moderna como o ponto de chegada de “um longo processo de aquisição de conhecimentos construídos continuamente sobre os achados da geração anterior”,¹ despreza a evidência de que “a Linguística é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século 19 em um contexto específico com objetivos específicos”² –, um bom número de pesquisadores³ tem se interessado por reavaliar os dados existentes sobre o conhecimento linguístico em épocas passadas sem desprezar a diversidade, a complexidade e a evidente heterogeneidade dos textos em que esse conhecimento costuma ser encontrado.

¹ KOERNER 1995^A: 5.

² AUROUX 1989: 14.

³ Muitos deles organizados em torno de instituições acadêmicas como a International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS) e a Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage (SHESL) e de suas publicações científicas, como a série *Studies in the History of the Language Sciences* (John Benjamins) e as revistas *Historiographia Linguistica* (John Benjamins) e *Histoire Épistémologie Langage* (SHESL).

Contentando-se com a limitada documentação disponível, esta forma de historiografia procura analisar a variedade e a especificidade das teorias a respeito da linguagem e das línguas para compreender “de que formas o conhecimento linguístico se constitui no tempo ... e como essas formas são criadas, desenvolvidas, transformadas ou esquecidas”,⁴ por um viés voltado exclusivamente para “o restabelecimento dos fatos mais importantes de nosso passado linguístico e para a explicação, tanto quanto possível, das razões para mudanças de direção, ênfases e possíveis descontinuidades que possam ser observadas”.⁵

Tal abordagem impõe o enfrentamento de certas questões metodológicas e epistemológicas, como problemas de periodização, contextualização e procedimentos de pesquisa em geral. Uma dessas questões diz respeito à metalinguagem, mais propriamente ao “uso de terminologia atual na descrição de fases anteriores de desenvolvimento do pensamento linguístico”, para cuja solução E. F. Konrad Koerner sugere a adoção de dois princípios que parecem

⁴ AURoux 1989: 15.

⁵ KOERNER 1995^B: 8.

válidos para qualquer apresentação de teorias linguísticas propostas em períodos antigos:⁶

- 1) *princípio de contextualização* – estabelecimento do “ambiente intelectual” do período em questão, pois as ideias linguísticas nunca se desenvolvem independentemente das demais correntes intelectuais de seu tempo;
- 2) *princípio da imanência* – estabelecimento de um entendimento pleno (histórico, crítico e, se possível, filológico) do texto linguístico em questão, pois o *framework* geral da teoria sob investigação deve ser definido internamente, e não em relação à doutrina linguística moderna.

Adicionalmente, coloca-se o problema da *influência*, na medida em que “raramente se distingue entre um tipo de influência que pode ter a ver com experiências compartilhadas, educação e *Zeitgeist* geral, de um lado, e influência direta que possa ser documentada com base em referências explícitas, paralelismos textuais, reconhecimento público, do outro”.⁷

Atento a essa importante discussão, o estudo apresentado neste livro leva em conta tais princípios ao apresentar os testemunhos textuais de três diferentes doutrinas filosóficas

⁶ Cf. KOERNER 1995^B: 13; KOERNER 1995^C: 15-6.

⁷ Cf. KOERNER 1995^C: 17.

(platônica, aristotélica e estoica) a respeito da noção de *lógos* como uma entidade composta de partes – e determinar internamente, a partir do conjunto da obra de cada autor analisado, que critérios estão na base do recorte que define o *lógos* e suas partes – para, em seguida, abordar a doutrina gramatical das partes da oração, mostrando em que ela se distingue da abordagem filosófica e como essa distinção se evidencia na forma de enumerar e definir cada parte da oração.⁸

⁸ A análise dos critérios de definição foi feita a partir da classificação elaborada especificamente para esse tema por Sylvain Auroux (1988: 109-12); a descrição de cada espécie foi feita no decorrer do trabalho, conforme sua pertinência.

CAPÍTULO I

O *LÓGOS* DA DIALÉTICA

O primeiro problema que se apresenta a quem se interessa por investigar a análise da linguagem na Antiguidade é a reconhecida polissemia do termo que, por comodismo, traduzimos por “linguagem”: λόγος.⁹ Os dicionários da língua grega atestam uma multiplicidade de sentidos que não é atenuada pela restrição aos usos caros à filosofia: Claude Imbert registra, entre eles, “razão física imanente, proporção, analogia, silogismo ou simples exposição discursiva, cuja dimensão varia entre palavra, enunciado, argumento, mito ou definição”.¹⁰

Mesmo que nos concentremos nas acepções que dizem respeito à expressão linguística, furtando-nos à difícil tarefa de encontrar ligações genéticas entre tantos sentidos, continuamos diante de uma diversidade de designações que, não por acaso, estão

⁹ Frédérique Ildefonse (1997: 42) fala em comodismo na medida em que “os textos parecem tratar, implicitamente, do que nós entendemos por linguagem, ... mas nenhuma menção é feita a um conjunto ou unidade genérica que abarque todos os seus níveis constituintes”.

¹⁰ IMBERT 1999: 7. O recém-publicado *Dicionário grego-português* (MALHADAS *et al.*, 2008) enumera nada menos que 39 acepções.

na base da “multiplicidade de disciplinas que se ligam à linguagem” na Antiguidade – como a métrica, a onomástica, a lógica, a dialética, a poética, a retórica, a gramática – e nos alertam para o risco de se ter o olhar confuso e disperso entre tantas relações “interdisciplinares”, por assim dizer. Uma vez que, dessas relações, a que nos interessa aqui é aquela entre a gramática e a filosofia, é preciso observar qual é o interesse da filosofia pelo *lógos* e como se apresentam as análises linguísticas no interior da pesquisa filosófica.

Considerando que “toda a problemática na qual a filosofia grega inscreve sua análise da linguagem se refere a uma interrogação sobre a possibilidade e a validade do enunciado científico ... e o que justifica sua utilização como meio de transmissão de conhecimentos”,¹¹ destacam-se nesse sentido as três grandes filosofias atenienses, unidas pela mesma filiação socrática: platonismo, aristotelismo e estoicismo. Segundo Frédérique Ildefonse, “essas três filosofias sucessivas, a despeito das diferenças que as separam, respondem a uma mesma determinação apofântica: ... a de uma filosofia que, por meio do *lógos*, dá conta (λόγον

¹¹ BARATIN & DESBORDES 1981: 13.

δίδομαι) da realidade”.¹² Em tal contexto, a “linguagem” não é um dado que pode constituir-se em objeto de descrição; ao contrário, ela se apresenta como uma continuidade indistinta que precisa passar por uma elaboração e regulamentação rigorosa para se dotar das melhores condições de transcrição da realidade, isto é, para se conformar em um “enunciado correto” (ὀρθὸς λόγος) que poderá valer como apresentação da realidade.¹³

É esse tipo de investigação que encontraremos sucessivamente nos textos de Platão, de Aristóteles e dos estoicos, e que enseja diferentes abordagens quanto à concepção e à análise do *lógos* enquanto combinatória.

¹² ILDEFONSE 1997: 14.

¹³ Cf. ILDEFONSE 1997: 45-7.

CAPÍTULO 2

PLATÃO

A evidência mais antiga de uma análise do *lógos* em partes constituintes aparece num trecho do *Sofista* de Platão:

Possuímos dois gêneros de indicações vocais a respeito do ser: os chamados nomes e verbos. Ao que é indicador das ações dizemos verbo; ao signo vocal aplicado àquele que é agente dessas ações, nome. Nomes apenas, enunciados de princípio ao fim, jamais formam um *lógos*, assim como verbos enunciados sem o acompanhamento de algum nome, ... pois os sons proferidos não indicam nem ação nem inação, nem o ser de algo que é ou que não é, se não unirmos verbos a nomes. Somente unidos haverá o acordo, e desta primeira combinação nasce o *lógos* que será o primeiro e mais breve de todos.¹⁴

¹⁴ “Ἔστι γὰρ ἡμῖν που τῶν τῇ φωνῇ περὶ τὴν οὐσίαν δηλωμάτων διττὸν γένος· τὸ μὲν ὀνόματα, τὸ δὲ ῥήματα κληθέν. Τὸ μὲν ἐπὶ ταῖς πράξεσιν ὃν δῆλωμα ῥῆμά που λέγομεν, τὸ δὲ γ’ ἐπ’ αὐτοῖς τοῖς ἐκείνας πράττουσι σημεῖον τῆς φωνῆς ἐπιτεθὲν ὄνομα. Οὐκοῦν ἐξ ὀνομάτων μὲν μόνων συνεχῶς λεγομένων οὐκ ἔστι ποτὲ λόγος, οὐδ’ αὖ ῥημάτων χωρὶς ὀνομάτων λεχθέντων, ... οὐδεμίαν γὰρ οὔτε οὕτως οὔτ’ ἐκείνως πράξιν οὐδ’ ἀπραξίαν οὐδὲ οὐσίαν ὄντος οὐδὲ μὴ ὄντος δηλοῖ τὰ φωνηθέντα, πρὶν ἂν τις τοῖς ὀνόμασι τὰ ῥήματα κεράσῃ. Τότε δ’ ἤρμος ἐν τε καὶ λόγος ἐγένετο εὐθὺς ἡ πρώτη συμπλοκή, σχεδὸν τῶν λόγων ὁ πρῶτός τε καὶ σμικρότατος (*Sophista* 261.e.4-262.c.7; tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa, com modificações).

A despeito dos exemplos fornecidos de cada um desses gêneros (nomes como *leão*, *cervo*, *cavalo*, 262.b.9; verbos como *anda*, *corre*, *dorme*, 262.b.5), que poderiam sugerir que se trata especificamente de uma tentativa de classificação do material linguístico, a crítica moderna guarda reservas a uma tal interpretação.¹⁵

Na verdade, a linguagem enquanto matéria (γράμματα, i.e. “letras”, em sua qualidade sonora ou visual) pertencia ao âmbito de estudos da gramática (cf. *Sofista* 253.a.12). É provável que os próprios termos para nome e verbo (ὄνομα e ῥῆμα) já fossem usados em sentido técnico nos meios gramaticais, haja vista a “familiaridade com que se apresenta a noção de que o *lógos* consiste de nomes e verbos”¹⁶ (indicada pelo particípio aoristo, κληθέν) e a recorrente analogia com a sílaba enquanto combinação de letras, especialidade da gramática (cf. *Crátilo* 424.e-425.a; *Sofista* 261.d). Nesse sentido, esses dados poderiam ser indicadores do tipo de (in)formação linguística que todo homem que frequentara a escola nos séculos V e IV a.C. devia possuir.¹⁷

¹⁵ Cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 17.

¹⁶ CORNFORD 1935: 307.

¹⁷ Cf. HOUSEHOLDER 1995^A: 92. Sobre a influência da gramática na constituição da dialética, ver adiante, p. 41 n. 49.

Por outro lado, o uso dos termos *ónoma* e *rhêma* varia sensivelmente. No caso de *ónoma*, um sentido mais genérico de “palavra” ocorre por toda a obra platônica, inclusive na passagem imediatamente anterior ao trecho citado, que lhe serve de ensejo:

- Prossigamos, a exemplo do que falamos das formas e das letras e, do mesmo modo, refaçamos a pesquisa tomando por objeto os nomes. Este é um ponto de vista no qual se deixa entrever a solução que procuramos.
- E que questão proporás a propósito desses nomes?
- Se todos concordam ou nenhum; ou melhor, se uns se prestam a um acordo e outros não.¹⁸

Dado que a sequência do texto vai especificar que o acordo se dá apenas entre nomes e verbos, pode-se concluir que, até então, os verbos eram uma espécie de “nome”, i.e. de palavras. No caso de *rhêma*, duas ocorrências no *Crátilo* chamam atenção: a primeira caracteriza como *rhêma* a expressão Δι φίλος (“amigo de deus”), em oposição a Δίφιλος, que é *ónoma* (399.b); a segunda, ao contrário, parece sugerir que os verbos, no sentido estritamente gramatical do

¹⁸ Φέρε δὴ, καθάπερ περὶ τῶν εἰδῶν καὶ τῶν γραμμάτων ἐλέγομεν, περὶ τῶν ὀνομάτων πάλιν ὡσαύτως ἐπισκεψώμεθα. φαίνεται γάρ πῃ ταύτῃ τὸ νῦν ζητούμενον. – Τὸ ποῖον οὖν δὴ περὶ τῶν ὀνομάτων ὑπακουστέον; – Εἴτε πάντα ἀλλήλοις συναρμόττει εἴτε μηδέν, εἴτε τὰ μὲν ἐθέλει, τὰ δὲ μὴ (*Sophista* 261.d).

termo – isto é, quanto a sua forma, independente da função que eles costumam assumir na combinatória –, eram percebidos como representantes típicos de *rhêma*: “... verbos como *surrar*, *quebrar*, *comprimir*, *destroçar*, *rasgar*, *torcer* – todos esses ele [o nomoteta] forma por meio da letra *r*.”¹⁹

Analisando essas diferentes passagens, Jean Lallot (1988: 14) procura estabelecer uma coerência no emprego do termo *rhêma*, apontando que

o que há em comum entre Δὴ φίλος e um verbo no sentido morfológico do termo é que ambos podem cumprir a função de predicado em uma proposição, ao passo que a função de sujeito normalmente é cumprida por um *ónoma*; assim, a oposição entre *ónoma* e *rhêma* em Platão parece muito mais lógica do que morfológica.

Porém, Nicholas Denyer (1993: 148) aponta que o emprego de *ónoma* e *rhêma* no trecho do *Sofista* citado na página anterior tem um sentido técnico “um tanto mais preciso do que esses termos apresentam normalmente em grego, ... mais preciso até do que no grego do próprio Platão”, em que, por vezes, parecem responder

¹⁹ ... ἔτι δὲ ἐν τοῖς τοιοῖσδε ῥήμασιν οἷον “κρούειν”, “θραύειν”, “ἐρείκειν”, “θρύπτειν”, “κερματίζειν”, “ρύμβειν”, πάντα τὰ τοιαῦτα τὸ πολὺ ἀπεικάζει διὰ τοῦ ῥῶ (*Cratylus* 426.e).

simplesmente a critérios dimensionais. De fato, “em Platão o termo *ónoma* significa mais frequentemente ‘palavra’, e só adquire o sentido de ‘nome’ nos contextos em que ele se opõe ao verbo”,²⁰ assim como o termo *rhêma*, fora desta oposição, serve para “designar toda sequência linguística que não é especificamente caracterizada como palavra ou enunciado”.²¹ Diante disso, há uma certa imprudência em tentar encontrar um sentido único nas diversas ocorrências de *ónoma* e *rhêma* nos diálogos platônicos, haja vista a singularidade de cada uma delas e especialmente da distinção fundamental que se estabelece no *Sofista* e que constitui o foco de interesse do presente estudo.

Para compreender essa análise tão particular do *lógos* e revelar o critério da oposição entre *ónoma* e *rhêma* que ela encerra, devemos observar não apenas o sentido do trecho em questão no interior do *Sofista* como um todo, mas também o lugar desse diálogo no conjunto da obra platônica. Veremos que se trata de uma ampla investigação sobre o nível de garantia da linguagem enquanto meio de informação e conhecimento, isto é, do quanto

²⁰ ILDEFONSE 1997: 94.

²¹ BARATIN & DESBORDES 1981: 14.

ela pode assegurar que a informação e o conhecimento que veicula sejam verdadeiros. Veremos também o quanto tem razão Diógenes Laércio quando afirma que Platão foi “o primeiro que considerou as potencialidades da gramática”.²²

No final do *Teeteto*, Platão testemunha em parte a polissemia do termo *lógos*. Sócrates está investigando a afirmação de que uma simples opinião é convertida no “mais perfeito conhecimento” por meio da associação de um *lógos* (206.c.4), e enumera três possibilidades de se entender esse *lógos*:

- 1) “manifestar o pensamento através da voz por meio de verbos e nomes, imprimindo uma opinião na corrente que atravessa a boca como se fosse um espelho ou a água”;²³
- 2) “responder a uma questão sobre algo por meio dos elementos [que o compõem]”;²⁴
- 3) “a diferença que distingue cada objeto de todos os outros”.²⁵

²² ... πρῶτος ἐθεώρησε τῆς γραμματικῆς τὴν δύναμιν (DIÓGENES LAÉRCIO 3.25).

²³ τὸ τὴν αὐτοῦ διάνοιαν ἐμφανῇ ποιεῖν διὰ φωνῆς μετὰ ῥημάτων τε καὶ ὀνομάτων, ὥσπερ εἰς κάτοπτρον ἢ ὕδωρ τὴν δόξαν ἐκτυπούμενον εἰς τὴν διὰ τοῦ στόματος ῥοήν (206.d.1-4).

²⁴ τὴν ἀπόκρισιν διὰ τῶν στοιχείων ἀποδοῦναι τῷ ἐρομένῳ (207.e.7-a.1).

²⁵ τὴν διαφορὰν ἐκάστου ἂν λαμβάνης ἢ τῶν ἄλλων διαφέρει (208.d.6-7).

Na realidade, esses enunciados são três aspectos de um mesmo *lógos*, que constitui uma das formas de apreender um dado real, qual seja, sua definição, “composta de nomes e verbos” e baseada no que distingue determinado objeto dos demais: um círculo, por exemplo, se define como “o que tem as extremidades a uma distância perfeitamente igual do centro”.²⁶ Ainda que “o conhecimento, a inteligência, a opinião verdadeira relativas a tais objetos não residam nos sons ou nas formas, e sim nas almas”,²⁷ o conhecimento da diferença expresso pela definição é um caminho para a opinião correta²⁸ e implica nos dois primeiros aspectos que constituem o *lógos*: a expressão vocal e o conhecimento das partes que compõem um objeto. A investigação platônica da linguagem vai se orientar nessa direção.

O primeiro aspecto do sentido de *lógos*, como “imagem vocal do pensamento” (διανοίας ἐν φωνῇ ὥσπερ εἶδωλον 208.c.5), instaura a linguagem como instrumento de reflexão filosófica, ponte necessária entre o conhecimento e o dado real. A comparação com o reflexo no espelho ou na água é uma clara referência ao

²⁶ PLATÃO *Carta 7* (342.a.6-c.1).

²⁷ *Carta 7* (342.c.4-6).

²⁸ Cf. *Teeteto* 210.a.4.

método utilizado por Tales para poder observar um eclipse solar, impraticável de ser feito diretamente. Assim como os físicos, Platão acredita numa equivalência entre as coisas naturais (τὰ φυσικά) e as coisas divinas (τὰ θεῖα), mas evita o método direto daqueles, empregando a dialética como meio de descobrir o divino nas coisas materiais e objetivas,²⁹ isto é, a partir de uma “abordagem oblíqua, da tradução das informações sensíveis em *lógoi*, distinta do contato direto das sensações”.³⁰ Confiando na possibilidade de equivalência entre o modo de dizer algo e o perfil daquilo que suscita tal declaração, a dialética é encarregada de unir os dois mundos, de estabelecer uma relação entre as imagens que os deuses fazem – “esta língua das coisas físicas pela qual os deuses escolheram se exprimir” – e as imagens que os homens fazem – “imagens especificamente comprometidas com a natureza humana, discursivas e articuladas”.³¹ A produção de imagens “científicas”, em oposição aos simulacros produzidos pelo sofista, é a finalidade da pesquisa dialética.

²⁹ Cf. IMBERT 1999: 9.

³⁰ ILDEFONSE 1997: 49.

³¹ IMBERT 1999: 13.

O segundo aspecto do *lógos*, como “a progressão que, através dos elementos, alcança o todo”,³² é a que mais nos interessa, na medida em que constitui “o critério mais forte” da concepção platônica do *lógos*: este é sempre constituído pela combinação (συμπλοκή) de nomes e verbos.³³ Essa constituição, por sinal, já aparecera na enunciação da primeira possibilidade, mas é preciso esperar a pesquisa apresentada no *Sofista* para ver os termos *ónoma* e *rhêma* empregados em sentido técnico, bem como a ideia da combinação como um padrão presente tanto no “discurso dos deuses” (i.e. o real descrito enquanto combinação dos gêneros supremos) quanto no discurso humano (combinação “espelhada” de elementos discursivos).³⁴ Essa investigação, que terá como consequência a fundação do *lógos*-enunciado e, com ele, da própria filosofia,³⁵ começa pelo *Crátilo*.

Nesse diálogo, Sócrates é convidado a resolver o impasse entre Hermógenes e Crátilo “acerca da adequação dos nomes” (περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος, 384.a.7): um acredita que esta provém da

³² ... λεχθὲν διὰ στοιχείου ὁδοῦ ἐπὶ τὸ ὅλον (*Teeteto* 208.c.5-6).

³³ Cf. THORNTON 1986: 167.

³⁴ Cf. IMBERT 1999: 13.

³⁵ Cf. ILDEFONSE 1997: 53.

convenção e do acordo (ξυνθήκη καὶ ὁμολογία, 384.d.1), de modo que “tal como alguém decide chamar cada coisa, será esse o nome de cada coisa” (385.a.2); outro crê que “existe por natureza (φύσει) uma adequação no nome de cada coisa” (383.a.4).

Dispondo-se a investigar o assunto junto com eles, Sócrates inicia a pesquisa propondo a existência de dois tipos de enunciado (λόγος): “o que diz como são as coisas é verdadeiro, o que diz como não são é falso”.³⁶ Essa constatação inicial é complementada por uma outra: se um enunciado verdadeiro é verdadeiro não apenas em seu conjunto, mas também em suas partes – sendo a menor delas o nome (ὄνομα) –, na medida em que um enunciado pode ser verdadeiro ou falso, também os nomes podem ser verdadeiros ou falsos.³⁷ Assim se encaminha uma pesquisa destinada a refutar aquelas duas opiniões opostas que, todavia, concordam que os nomes jamais são inadequados (seja por convenção, seja por natureza), tornando insustentável a distinção entre *lógos* verdadeiro e *lógos* falso.³⁸

³⁶ ... οὗτος ὅς ἂν τὰ ὄντα λέγῃ ὥς ἔστιν, ἀληθής ὅς δ' ἂν ὥς οὐκ ἔστιν, ψευδής (385.b.7-8).

³⁷ Cf. 385.c.16: “Ἔστιν ἄρα ὄνομα ψευδὸς καὶ ἀληθὲς λέγειν, εἴπερ καὶ λόγον.

³⁸ Cf. KAHN 1986: 93-4.

Num primeiro momento, Sócrates faz Hermógenes concordar que as coisas “não existem para cada um de modo particular, ... mas existem por si mesmas, conforme sua própria essência (οὐσία), tal como são por natureza” (386.d.8-e.4). Do mesmo modo, as ações também se realizam segundo uma natureza própria, não segundo a opinião de alguém (387.a.1), e envolvem um modo e um instrumento naturalmente apropriado para que sejam realizadas (387.b.4). Na medida em que “falar é uma ação que diz respeito às coisas” (387.c.10), o “nomear”, enquanto parte do falar (τοῦ λέγειν μόνιον) é uma ação que utiliza o nome como instrumento (ὄργανον ὄντι τῷ ὀνόματι) e permite que “nos ensinemos uns ao outros e distingamos as coisas como são” (388.b.10). Assim, falar de modo adequado é empregar os nomes “de modo instrutivo” (διδασκαλικός, 388.c.7), isto é, produzindo efetivamente uma informação.³⁹

Num segundo momento, que ocupa toda a parte central do diálogo, Sócrates se dedica a uma pesquisa etimológica exaustiva “exclusivamente para negar sua utilidade (ainda que a maioria de

³⁹ Cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 15.

seus leitores a tenham levado a sério)”,⁴⁰ ou seja, para demonstrar que, “independentemente de sua imposição original, a conformidade das palavras com as coisas não é evidente”.⁴¹ Daí a conclusão do diálogo, que não poderia ser mais afirmativa: entre conhecer as coisas pelos nomes e conhecer as coisas por si mesmas, isto é, entre “conhecer, a partir da própria imagem, se ela está bem representada e, daí, a essência daquilo de que ela é imagem” e “conhecer, a partir da *verdade* (ἀληθείας), se a imagem está convenientemente trabalhada”, sem dúvida “não é a partir dos nomes, mas a partir das próprias coisas que se deve conhecê-las e buscá-las” (439.a-b).

Portanto, as duas refutações renegam ao nome a capacidade de garantir a veracidade da informação que veiculam. Ao nome cabe apenas ser um instrumento que, como todo instrumento, é bem feito na medida em que possui uma forma (εἶδος) adequada para cumprir sua finalidade: “a forma do nome que pertence a cada coisa (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος ἀποδιδῶν τὸ προσήκον ἐκάστῳ 390.a.5) é simplesmente a função linguística de designar a coisa em

⁴⁰ KAHN 1986: 94.

⁴¹ BARATIN & DESBORDES 1981: 16.

questão”.⁴² Nesse sentido, o *Crátilo* pode ser lido como uma espécie de “maquinário destinado a nos fazer desconfiar dos nomes e da problemática sofisticada da nomeação, ... sugerindo a necessidade de fundação de uma outra ordem”.⁴³ Se isso está apenas implícito no início do diálogo, que parte da constatação da possibilidade do dizer verdadeiro e do dizer falso, parece ser mais evidente na parte final, quando compara a arte de nomear (τέχνη ὀνομαστική 423.b) com a de pintar: se os pintores aplicam as cores (puras ou misturadas) em função daquilo que querem representar,

também nós aplicaremos os elementos às coisas, às vezes um único (onde parecer devido), às vezes uma reunião de vários, formando o que se chamam sílabas; por sua vez, juntando as sílabas se compõem nomes e verbos; novamente, a partir dos nomes e verbos constituiremos algo grande e belo e completo: como o retrato está para a pintura, aqui o *lógos* está para a arte de nomear (ὀνομαστική) ou de discursar (ῥητορική) ou outra arte apropriada.⁴⁴

⁴² KAHN 1986: 101.

⁴³ ILDEFONSE 1997: 54.

⁴⁴ ... οὕτω δὴ καὶ ἡμεῖς τὰ στοιχεῖα ἐπὶ τὰ πράγματα ἐποίσομεν, καὶ ἓν ἐπὶ ἓν, οὗ ἂν δοκῇ δεῖν, καὶ σύμπολλα, ποιοῦντες ὃ δὴ συλλαβὰς καλοῦσιν, καὶ συλλαβὰς αὖ συντιθέντες, ἐξ ὧν τὰ τε ὀνόματα καὶ τὰ ῥήματα συντίθενται· καὶ πάλιν ἐκ τῶν ὀνομάτων καὶ ῥημάτων μέγα ἥδη τι καὶ καλὸν καὶ ὅλον συστήσομεν, ὥσπερ ἐκεῖ τὸ ζῶον τῇ γραφικῇ, ἐνταῦθα τὸν λόγον τῇ ὀνομαστικῇ ἢ ῥητορικῇ ἢ ἣτις ἐστὶν ἡ τέχνη (*Cratylus* 424.e-425.a; tradução nossa, a partir da de Ute Schmidt Osmanczik para o espanhol).

Sócrates deixa para mais tarde, por assim dizer, a identificação da arte de compor o *lógos*, procrastinação que se repete mais adiante, quando começa a demonstrar a possibilidade de distribuição (διανομή, 430.d) incorreta e falsa das denominações, mas logo se detém dizendo que “não é o momento de batalhar com obstinação sobre isso” (431.b), bastando admitir por ora que, se é possível distribuir os nomes incorretamente, o mesmo pode acontecer com os verbos e, conseqüentemente, com os enunciados (λόγοι), que são a combinação daqueles (ἢ τούτων σύνθεσις, 431.c).

Nota-se aqui um caminho inverso ao que foi apresentado no início do *Crátilo*: se antes a possibilidade de um *lógos* falso ensejou a pesquisa da falsidade também em sua “parte mínima” (385.c), agora a possibilidade da falsidade nas diversas partes levam Sócrates a concluir pela existência da falsidade no todo, isto é, no *lógos*. O *Sofista* vai demonstrar como isso ocorre, ao mesmo tempo que vai dar o nome à “arte apropriada” para evitá-lo.

No *Sofista*, um personagem identificado como “estrangeiro, natural de Eleia, ... um verdadeiro filósofo, pertencente ao círculo de Parmênides e Zenão” (216.a) é instado por Sócrates a dizer se (e

como) ele distinguiria o sofista, o político e o filósofo. Começando pelos sofistas, o Estrangeiro os define como homens “que dão a impressão de serem oniscientes ... sem o serem na realidade” (233.c); porém, essa caracterização traz um sério problema: o de “mostrar e parecer sem ser, dizer algo sem dizer com verdade” (236.e). De fato,

como dizer ou pensar que o falso é real sem que, já ao proferi-lo, nos encontremos enredados na contradição? ... A audácia de uma tal afirmação é supor o não-ser como ser, pois nada de falso é possível sem esta condição (236.e-237.a).

Todavia, o ensinamento de Parmênides (“jamais obrigará os não-seres a ser”) vetava esse “caminho de investigação”; logo, mesmo sob o risco de “parricídio”, é preciso

discutir a tese de nosso pai Parmênides e demonstrar ... que, em certo sentido, o não-ser é, e que o ser, de certa forma, não é. ... Enquanto não fizermos essa contestação nem essa demonstração, não poderemos de forma alguma falar de discursos (λόγος) falsos ou opiniões falsas, ... muito menos das artes que deles se ocupam (241.d-e).

Novamente o mote do diálogo é o problema da falsidade no dizer; porém, ao contrário do *Crátilo*, que a constatava, aqui é a própria possibilidade de se dizer algo falso que é discutida.

Segundo Peter Matthews, a tese de que não se pode dizer o falso parece bem disseminada no século V a.C. e se deve em grande medida a uma indefinição entre os diferentes sentidos do verbo εἶναι (“ser”). Ao lado de seu uso habitual na função de cópula, esse verbo tinha adquirido em contexto filosófico um significado absoluto (“existir”): “parte do problema era que uma afirmação verdadeira era considerada holisticamente como uma afirmação sobre *o que existe*, ao passo que uma observação falsa referir-se-ia *ao que não existe*”.⁴⁵

No poema de Parmênides,⁴⁶ a deusa apresenta dois caminhos de pesquisa, os “únicos possíveis de conceber”: ἔστιν (“é”, ou melhor, “não é possível que não seja”) e οὐκ ἔστιν (“não é”, ou melhor, “é necessário que não seja”); um terceiro representa o erro dos mortais, que é dizer εἶναι μὴ ὄντα (“que são coisas que não

⁴⁵ MATTHEWS 1990: 215. O autor encontra exemplo claro dessa discussão em uma passagem do *Eutidemo* (283.c-d), em que Sócrates, por dizer que queria fazer o pequeno Clíniás “não ser ignorante” (ἀμαθῆ μὴ εἶναι), é censurado pelo sofista Dionisodoro: “se você quer que ele não seja mais o que ele é atualmente, você parece querer sua morte” (μηκέτι εἶναι, lit. “que ele não seja mais”, em sentido absoluto).

⁴⁶ A interpretação a seguir relativa à teoria dos gêneros é um resumo de O'BRIEN 1999.

são”). Diante disso, compreende-se a dificuldade encontrada pelo Estrangeiro: uma vez que, segundo a deusa parmenideana, o que não é, sendo contrário do que é, é inconcebível (portanto, “indizível”), toda proposição falsa – por afirmar, a respeito do que é, que não é ou, a respeito do que não é, que é – é impossível, tornando igualmente impossível caracterizar o sofista como um ser “onisciente em aparência”, um provedor de erros. A solução para tal dificuldade passa necessariamente pela relativização do sentido de εἶναι.

O Estrangeiro inicia sua abordagem procurando redefinir o conceito de “ser” (τὰ ὄντα, lit. “o que é”), a partir da consideração das teorias vigentes e adversárias sobre o assunto conforme uma indagação principal: “o que pretendem nos fazer entender por este ‘εἶ?’”⁴⁷ Após demonstrar algumas das “milhares e intermináveis dificuldades que surgirão para quem definir o ser (τὸ ὄν) como um par ou uma unidade” (242.c.4-245.e.1), o diálogo passa a expor o “combate de gigantes” (γίγαντομαχία 246.a.4) entre aqueles que “procuram trazer à terra tudo o que há no céu e no invisível, ... definindo o corpo e a existência como o mesmo” (ταὐτὸν σῶμα καὶ

⁴⁷ τί τὸ εἶναι τοῦτο ὑπολάβωμεν ὑμῶν; (243.e.2). Note que se trata aqui do verbo no infinitivo.

οὐσίαν ὀριζόμενοι 246.a.7-b.1) e aqueles que, “defendendo-se do alto de uma região invisível, esforçam-se em demonstrar que certas formas inteligíveis e incorpóreas são o ser verdadeiro” (νοητὰ ἅπτα καὶ ἀσώματα εἶδη ... τὴν ἀληθινὴν οὐσίαν εἶναι 246.b.6-8). Em meio a esse fogo cruzado, o filósofo – e todo aquele que coloca a inteligência (νοῦν 249.c.3-7) acima de todos os bens – deve

recusar a doutrina da imobilidade universal que professam os defensores da unidade ou das formas múltiplas, bem como não ouvir aos que fazem o ser mover-se em todos os sentidos; é preciso ... admitir tudo o que é imóvel e tudo o que se move, o ser e o todo, ao mesmo tempo. (249.c.10–d.4)

Esse é o mote da teoria da participação, fundamental para apreciarmos devidamente a caracterização do *lógos* que será feita mais adiante.⁴⁸

Parte-se de uma constatação irreprovável: o repouso e o movimento são absolutamente contrários um ao outro (250.a.8); porém, se é possível dizer que ambos são (εἶναι), surge uma terceira coisa, o ser (τὸ ὄν), “que abrange o repouso e o movimento ... mas que não é a reunião de repouso e movimento, e sim diferente de

⁴⁸ Uma análise abrangente sobre a teoria da participação dos gêneros no *Sofista* pode ser encontrada em SOUZA 2009.

ambos” (250.b.7-c.4). Paralelamente, é preciso explicar como é possível “que designemos uma única e mesma coisa por muitos nomes” (πολλοῖς ὀνόμασι 251.a.5). Chega-se assim, não por acaso, a três caminhos:

Ser-nos-á vedado unir a existência ao repouso e ao movimento, assim como qualquer coisa a quaisquer outras, e, considerando-as como ... incapazes de participação mútua, tratá-las como tais em nossa linguagem (ἐν τοῖς ... λόγοις)? Ou as uniremos todas, supondo-as capazes de se associar mutuamente? Ou diremos que algumas possuem essa capacidade e outras não? (251.d.5-9)

Inclinado para a terceira hipótese, o Estrangeiro identifica esse mesmo tipo de relação entre dois tipos de combinações sonoras: as letras e os tons; de fato, tanto há desacordo entre algumas letras e acordo entre outras, quanto alguns tons se combinam e outros não; nos dois casos, é necessário uma arte a quem pretende empregá-los de modo eficaz: a gramática e a música, respectivamente (253.a-b).⁴⁹ Aplicando o raciocínio aos gêneros, ele postula a necessidade de uma ciência (ἐπιστήμης) que nos oriente através do discurso (διὰ

⁴⁹ Para as relações entre a constituição da dialética platônica e os métodos gramaticais, cf. artigo de Henry Joly (1986) e sua retomada por Frédérique Ildefonse (1997: 61-70).

τῶν λόγων, 253.b.10) e acaba por definir o escopo da “ciência dialética”: “dividir por gêneros e não tomar por outra uma forma que é a mesma, nem pela mesma uma forma que é outra” (253.d). Ironicamente, quem procurava o sofista acabou encontrando, antes, o filósofo.

A partir daí, passa a analisar as relações de participação entre os gêneros (o ser, o mesmo, o outro, o movimento, o repouso). O *repouso* não participa do movimento, seu contrário, e vice-versa. O *movimento*, sendo outro em relação ao repouso, todavia existe, dada sua participação no *ser*. Por outro lado, na medida em que o *outro* é um ser, toda parte do outro será também um ser, donde a conclusão à primeira vista paradoxal: mesmo a parte do outro que se opõe ao ser participa dele e, assim, também *é*. Em suma, apenas o movimento e o repouso não se misturam entre si (254.d.7); o ser, o mesmo e o outro participam uns dos outros.

Segundo Denis O’Brien (1999: 33), “a ausência de participação entre o movimento e o repouso é essencial para a definição do *não-ser*, já que formas contrárias não podem participar umas das outras”. Por isso mesmo, uma forma que participa da outra não pode lhe ser contrária. Assim, o *não-ser* descoberto pelo

Estrangeiro não é contrário do *ser*, como queria Parmênides, mas apenas sua negação:

ao que parece, quando uma parte da natureza do outro e uma parte da natureza do ser se opõem mutuamente, essa oposição não é, se assim podemos dizer, menos ser que o próprio ser, pois não é o contrário do ser que ela exprime, e sim, simplesmente, algo diferente dele (258.a.11-b.3).

Ora, se há uma mútua associação dos seres (259.a.4), “é pela mútua combinação das formas que o discurso nasce”.⁵⁰ Mais que isso, a associação mútua assegura ao discurso um lugar entre os gêneros do ser, o que nos possibilita “discorrer sobre o que quer que seja” e cultivar, enfim, a própria filosofia (260.a.5-9). Em outras palavras, uma vez demonstrado que o *não-ser* é “um gênero determinado entre os demais que se distribui por toda série de seres” (260.b.7), resta saber se ele também se associa à opinião e ao discurso; se sim, “a opinião falsa e o discurso falso serão possíveis” (260.c.1-3).

Eis que chegamos, enfim, à pequena passagem que nos interessa neste estudo, à qual esse apanhado de ideias quis servir

⁵⁰ ... διὰ γὰρ τὴν ἀλλήλων τῶν εἰδῶν συμπλοκὴν ὁ λόγος γέγονεν ἡμῖν (259.e.5).

para contextualizar. Conforme já havia sido anunciado quando da definição da dialética, o Estrangeiro toma os nomes (ὄνομα) por objeto e propõe fazer a mesma investigação proposta antes para as formas e as letras, qual seja: “se todos concordam, ou nenhum, ou se uns se prestam ao acordo e outros não” (261.d.5). Para tanto, ele divide os “indicadores vocais” (τῇ φωνῇ δηλώματα) em dois gêneros – nomes e verbos (ὀνόματα e ῥήματα) – e explica a distinção: “o que é indicador das ações (ἐπὶ ταῖς πράξεσιν ... δῆλωμα) chama-se verbo; o signo vocal (σημεῖον τῆς φωνῆς) que se aplica àqueles que realizam essas ações (ἐπ’ αὐτοῖς τοῖς ἐκείνας πράττουσι) é o nome” (262.a.3-7). Com isso, pode demonstrar que, enunciados isoladamente, esses “sons vocais” não indicam “nem ação nem inação, nem a existência do que é nem do que não é”; somente a partir da combinação de gêneros (“a mais simples”, ἡ πρώτη συμπλοκή 262.c.6) que se chega ao discurso (“o menor e mais simples dos discursos”, τῶν λόγων ὁ πρῶτός τε καὶ σμικρότατος 262.c.7), como este: *homem aprende* (ἄνθρωπος μαθαίνει 262.c.9).

Em suma, tem-se aqui a primeira condição do *lógos*. Sua existência enquanto sede do verdadeiro e do falso depende primeiramente de uma adequação, por assim dizer, “interna”: a

combinação de um nome e um verbo; porém, isso não é suficiente para resolver o problema da falsidade. Se a complexidade do *lógos* lhe confere a capacidade de “inferir algo” (τι περαίνει 262.d.4) e não simplesmente “nomear”, é preciso definir com precisão “de quem ele é [*lógos*]” (263.a.4), de modo a permitir atribuir-lhe uma qualidade (i.e. a de ser verdadeiro ou falso).

Dois exemplos bastam para concluir a demonstração: (1) “Teeteto está sentado” (Θεαίτητος κάθεται 263.a.2); (2) “Teeteto, *com quem converso agora, voa*” (Θεαίτητος, ὃ νῦν ἐγὼ διαλέγομαι, πέτεται 263.a.8). Ambos se referem ao interlocutor do diálogo, Teeteto, conforme o segundo exemplo faz questão de explicitar – já que o primeiro enunciado não indica com precisão de quem se trata, pois, conforme se viu no *Crátilo*, “o nome não é indicativo em si mesmo, e pode servir para designar qualquer ser, existente ou não”.⁵¹ Porém, cada um deles possui uma qualidade diferente: “aquele que diz a teu respeito [de Teeteto] que algo é, tal como é, é verdadeiro; ... aquele que diz algo diferente do que é, é falso” (263.b.4-7). De fato, ‘estar sentado’ e ‘voar’ são ambas coisas que são, mas são outras em relação às que são a respeito de Teeteto, pois

⁵¹ BARATIN & DESBORDES 1981: 17.

“ao redor de cada coisa há, de certo modo, muitas coisas que são e muitas que não são” (263.b.11-2). Em outras palavras,

é apenas em relação a Teeteto que, de todos os seres do universo, uns se tornam *seres* e outros *não-seres*; ... se cada objeto e cada forma é outra em relação a todas as outras formas e objetos, o não-ser, *em geral*, é ilimitado; porém, *em particular*, quando a referência é determinada (Teeteto), o não-ser é múltiplo, abrangendo todas as formas de que ele não participa, assim como o ser é múltiplo, abrangendo todas as formas de que ele participa.⁵²

Assim, a segunda condição de existência do *lógos* está na realidade extralinguística: a existência do objeto de que se fala (“ser *lógos* de algo”, τινὸς εἶναι λόγον, 262.e.5). Com isso, é possível chegar a uma definição sumária do discurso falso:

O conjunto formado de verbos e de nomes que enuncia, a teu respeito, o outro como sendo o mesmo e coisas que não são como coisas que são, é, ao que parece, aquilo que constitui, real e verdadeiramente, um *lógos* falso.⁵³

⁵² O'BRIEN 1999: 38-9.

⁵³ Περί δὴ σοῦ λεγόμενα, <λεγόμενα> μέντοι θάτερα ὥς τὰ αὐτὰ καὶ μὴ ὄντα ὥς ὄντα, παντάπασιν [ὥς] ἔοικεν ἢ τοιαύτη σύνθεσις ἔκ τε ῥημάτων γιγνομένη καὶ ὀνομάτων ὄντως τε καὶ ἀληθῶς γίνεσθαι λόγος ψευδής (263.d.1-4).

A partir daí, é possível aplicar o mesmo raciocínio ao pensamento (διάνοια), à opinião (δόξα) e à imaginação (φαντασία):

Uma vez que há discurso verdadeiro e falso e que, no discurso, distinguimos o pensamento (que é o diálogo da alma consigo mesma), a opinião (que é a conclusão do pensamento) e esse estado de espírito que designamos por imaginação (que é a combinação de sensação e opinião), é inevitável que, pelo seu parentesco com o discurso, alguns deles sejam, algumas vezes, falsos (264.a.8-b.3).

Retornando às teses de Parmênides, temos agora uma distinção. O Estrangeiro se recusa a assimilar o *não-ser* do segundo caminho aos *não-seres* que são objeto da opinião dos mortais;⁵⁴ era precisamente essa assimilação que permitia ao sofista afirmar que “o enunciado traz em si mesmo a realidade que ele enuncia, sendo o real nada mais que a representação que se faz dele”.⁵⁵ Após as demonstrações do Estrangeiro, o *não-ser* é agora negação do *ser*, ou seja, “é apenas alteridade, ... de modo que todos os objetos do universo sejam diferentes do *ser*, já que diferentes uns dos outros; e

⁵⁴ Cf. O'BRIEN 1999: 40.

⁵⁵ BARATIN & DESBORDES 1981: 15.

desses *não-seres* é possível dizer que *são*".⁵⁶ Com isso, é possível definir o falso justamente como "dizer o que não é", de modo que

o enunciado passe a representar um conhecimento do real que não está necessariamente em conformidade com esse real, já que ele pode ser apenas o ponto de vista particular do falante sobre um real que existe independentemente desse ponto de vista. ... Toda a análise linguística de Platão consiste em demonstrar essa segunda hipótese, visando provar que o enunciado científico existe enquanto enunciado específico, que representa de fato o real mas que não pode se privar de certas condições de enunciação, uma vez que ele ... não traz em si nenhuma garantia do que enuncia.⁵⁷

Se no *Crátilo* a investigação se dirigia para a insuficiência do nome na representação exata do real que ele designa,⁵⁸ no *Sofista* é uma garantia "sintática" que é refutada, pois mesmo a definição de seus constituintes mais elementares não é suficiente para validar o que o *lógos* diz. A demonstração da absoluta independência do referente colocaria em segundo plano a própria questão do verdadeiro e do falso, ponto de partida dos dois textos, na medida

⁵⁶ O'BRIEN 1999: 40.

⁵⁷ BARATIN & DESBORDES 1981: 15.

⁵⁸ Cf. ILDEFONSE 1997: 56.

em que ela representa simplesmente “a coincidência ou não-coincidência do enunciado em relação ao seu referente”.⁵⁹

Por outro lado, era necessário à argumentação que os enunciados usados como exemplo não apresentassem nenhuma ambiguidade, de modo que Platão utiliza enunciados de estrutura mínima (um nome e um verbo), representantes do recorte mais elementar.⁶⁰ Limitando-se a enunciados que expressam necessariamente ação, ele exclui do campo de observação uma sentença como “Sócrates é sábio”; para F. Cornford (1935: 308), isso mostra que Platão “não está escrevendo um tratado de lógica”, pois, nesse caso, sua definição do verbo como “indicador de ações” seria obviamente defeituosa, bem como a definição do nome como agente soaria estranha. O fato é que as definições não pretendem ser exaustivas, comparecendo exclusivamente para demonstrar que

toda declaração (λόγος) é um complexo constituído de elementos heterogêneos (nome e verbo), que formam um todo que adquire significado enquanto todo; paralelamente, o fato ou evento ao qual a declaração corresponde (e pretende representar como

⁵⁹ BARATIN & DESBORDES 1981: 16. Eis aí uma primeira indicação de que se trata aqui mais de uma questão ontológica do que propriamente lógica.

⁶⁰ BARATIN & DESBORDES 1981: 17.

um todo) também é um complexo constituído de elementos heterogêneos (agente e ação), que se encaixam em uma estrutura coerente.⁶¹

O paralelo entre a combinação que constitui o *lógos* e a combinação que compõe a realidade mostra o quanto a análise platônica é principalmente ontológica (discurso *vs.* referente). Sua intenção, de fato,

não é estabelecer classificações do material linguístico, mas de se servir de classificações existentes para mostrar que a correção do enunciado enquanto combinatória de unidades linguísticas não implica na validade desse enunciado como informação. ... Na concepção platônica, a língua tem apenas um poder medíocre de incitar a busca de uma verdade que se encontra fora dela.⁶²

⁶¹ CORNFORD 1935: 308.

⁶² BARATIN & DESBORDES 1981: 17.

CAPÍTULO 3
ARISTÓTELES

Assim como Platão, Aristóteles se mostra profundamente interessado pelo problema do conhecimento, o que o conduz igualmente a uma investigação sobre a capacidade de a linguagem dar acesso a esse conhecimento. É nesse contexto que aparece uma de suas análises do *lógos* enquanto combinação:

Inicialmente, é preciso estabelecer o que é nome e o que é verbo, e em seguida o que é negação e afirmação, bem como declaração e *lógos*. ... Nome é voz com significado conforme convenção, sem tempo, da qual nenhuma parte é separadamente dotada de significado. ... Verbo é o que, em acréscimo, cossignifica tempo, e do qual nenhuma parte separadamente tem significado; e ele é sinal daquilo que se afirma de outro item. ... *Lógos* é uma elocução com significado, da qual uma parte qualquer, em separado, tem significado como enunciação, mas não como afirmação. ... Todo e qualquer *lógos* comporta um significado, embora não à maneira de um instrumento, mas antes, como foi dito, segundo convenção (*De interpretatione* 16.a.1-17.a.8)⁶³.

⁶³ Πρῶτον δεῖ θέσθαι τί ὄνομα καὶ τί ῥῆμα, ἔπειτα τί ἐστὶν ἀπόφασις καὶ κατάφασις καὶ ἀπόφανσις καὶ λόγος. ... Ὅνομα μὲν οὖν ἐστὶ φωνὴ σημαντικὴ κατὰ συνθήκην ἄνευ χρόνου,

Essa é uma das análises, pois há uma segunda muito similar, mas que se apresenta em um contexto bastante diverso:

Toda elocução em geral tem as seguintes partes: fonema, sílaba, conjunção, nome, verbo, articulador, flexão e frase. ... O nome é um som composto, significativo, sem ideia de tempo e de que nenhuma parte é, por si mesma, significativa. ... O verbo é um som composto, significativo, com ideia de tempo, do qual nenhuma parte tem, só por si, significado, como nos nomes. ... A frase é um som composto, significativo, do qual algumas partes têm, por si mesmas, algum significado, como 'Cléon' em 'Cléon caminha' (*Poetica* 1456.b.20-1457.a.30)⁶⁴.

A despeito da quase identidade de definições de nome, verbo e *lógos*, alguns detalhes chamam a atenção: se não a ausência do caráter convencional do significado de nomes e verbos no trecho da *Poética*, certamente a presença nesta de outros elementos ou

ἥς μηδὲν μέρος ἐστὶ σημαντικὸν κεχωρισμένον. ... Ῥῆμα δὲ ἐστὶ τὸ προσσημαῖνον χρόνον, οὗ μέρος οὐδὲν σημαίνει χωρὶς· ἔστι δὲ τῶν καθ' ἐτέρου λεγομένων σημείων. ... Λόγος δὲ ἐστὶ φωνὴ σημαντικὴ, ἥς τῶν μερῶν τι σημαντικὸν ἐστὶ κεχωρισμένον, ὡς φάσις ἀλλ' οὐχ ὡς κατάφασις. ... ἔστι δὲ λόγος ἅπας μὲν σημαντικός, οὐχ ὡς ὄργανον δέ, ἀλλ' ὥσπερ εἴρηται κατὰ συνθήκην (Tradução de L. Angioni 2000, modificada).

⁶⁴ Τῆς δὲ λέξεως ἀπάσης τάδ' ἐστὶ τὰ μέρη, στοιχεῖον συλλαβὴ σύνδεσμος ὄνομα ῥῆμα ἄρθρον πῶσις λόγος. ... ὄνομα δὲ ἐστὶ φωνὴ συνθετὴ σημαντικὴ ἄνευ χρόνου ἥς μέρος οὐδὲν ἐστὶ καθ' αὐτὸ σημαντικόν. ... ῥῆμα δὲ φωνὴ συνθετὴ σημαντικὴ μετὰ χρόνου ἥς οὐδὲν μέρος σημαίνει καθ' αὐτὸ, ὥσπερ καὶ ἐπὶ τῶν ὀνομάτων. ... λόγος δὲ φωνὴ συνθετὴ σημαντικὴ ἥς ἓνα μέρη καθ' αὐτὰ σημαίνει τι ... οἷον ἐν τῷ βαδίζει Κλέων ὁ Κλέων (Tradução de Ana Maria Valente).

“partes” (e.g. a conjunção e o articulador), bem como a aparente linearidade de progressão que leva da letra ao *lógos*. Tais diferenças não são fruto de nenhuma indecisão ou incoerência da doutrina aristotélica mas, ao contrário, de uma consideração bastante precisa e distinta da linguagem enquanto “meio de expressão de duas atividades fundamentais do espírito humano: pensar e sentir”.⁶⁵ Para compreender essas passagens, é preciso analisá-las tanto em função de seu contexto imediato quanto em relação a certos aspectos do pensamento aristotélico em geral.

Ao contrário de Platão, Aristóteles não acredita em um parentesco essencial entre a alma e o inteligível que, junto com a teoria das Formas transcendentais, era a base da dialética platônica;⁶⁶ seu tratado específico sobre a alma (*De anima*) explica como se dá a relação entre o conhecimento e a realidade:

Agora, resumindo o que foi dito a respeito da alma, digamos novamente que a alma, de certo modo, é todos os seres; pois os seres são ou perceptíveis ou inteligíveis; o conhecimento, de certo modo, é os objetos cognoscíveis, e a percepção sensível os perceptíveis. ... A parte perceptiva e a parte cognitiva

⁶⁵ LAW 2003: 26.

⁶⁶ ILDEFONSE 1997: 72.

da alma são em potência esses objetos – uma o perceptível, outra o cognoscível; mas há necessidade de que sejam ou as próprias coisas ou as formas. Não são as próprias coisas, é claro: pois não é a pedra que está na alma, mas sua forma. ... Uma vez que não há nada separado e à parte das grandezas perceptíveis, os objetos inteligíveis estão entre as formas perceptíveis. ... Por isso, se nada é percebido, nada se apreende nem se compreende, e quando se contempla, é preciso contemplar ao mesmo tempo alguma imagem, pois as imagens são como que sensações percebidas, só que sem matéria. E a imaginação é diferente da asserção e da negação, pois o verdadeiro e o falso são uma combinação de pensamentos.⁶⁷

Aqui, não é a afinidade (συγγένεια) entre o objeto do conhecimento e a alma intelectiva que é a base da ciência, e sim a solidariedade entre o pensamento e a percepção sensível em sua dependência do dado real, pois, ainda que “a parte sensitiva e a

⁶⁷ Νῦν δέ, περὶ ψυχῆς τὰ λεχθέντα συγκεφαλαιώσαντες, εἴπωμεν πάλιν ὅτι ἡ ψυχὴ τὰ ὄντα πῶς ἐστὶ πάντα· ἡ γὰρ αἰσθητὰ τὰ ὄντα ἢ νοητά, ἔστι δ' ἡ ἐπιστήμη μὲν τὰ ἐπιστητά πως, ἡ δ' αἰσθησις τὰ αἰσθητά. ... τῆς δὲ ψυχῆς τὸ αἰσθητικὸν καὶ τὸ ἐπιστημονικὸν δυνάμει ταῦτά ἐστι, τὸ μὲν <τὸ> ἐπιστητὸν τὸ δὲ <τὸ> αἰσθητόν. ἀνάγκη δ' ἡ αὐτὰ ἢ τὰ εἶδη εἶναι. αὐτὰ μὲν δι' οὗ· οὐ γὰρ ὁ λίθος ἐν τῇ ψυχῇ, ἀλλὰ τὸ εἶδος. ... ἐπεὶ δὲ οὐδὲ πρᾶγμα οὐθὲν ἔστι παρὰ τὰ μεγέθη, ὡς δοκεῖ, τὰ αἰσθητὰ κεχωρισμένον, ἐν τοῖς εἶδεσι τοῖς αἰσθητοῖς τὰ νοητά ἐστι, τὰ τε ἐν ἀφαιρέσει λεγόμενα καὶ ὅσα τῶν αἰσθητῶν ἕξεις καὶ πάθη. καὶ διὰ τοῦτο οὔτε μὴ αἰσθανόμενος μὴθὲν οὐθὲν ἂν μάθοι οὐδὲ ξυνείη, ὅταν τε θεωρῇ, ἀνάγκη ἅμα φάντασμα τι θεωρεῖν· τὰ γὰρ φαντάσματα ὥσπερ αἰσθητά ἐστι, πλὴν ἄνευ ὕλης· ἔστι δ' ἡ φαντασία ἕτερον φάσεως καὶ ἀποφάσεως· συμπλοκὴ γὰρ νοημάτων ἐστὶ τὸ ἀληθὲς ἢ ψεῦδος (*De anima* 431.b.20-432.a.12; tradução de M. C. G. dos Reis).

parte cognitiva da alma sejam em potência as coisas”, elas só existem enquanto sensação e conhecimento no contato com as coisas (ou, ao menos, com imagens, φαντάσματα), “uma vez que não há nada separado das grandezas perceptíveis”, inclusive as formas.⁶⁸

No *De interpretatione*, Aristóteles retoma explicitamente essa exposição, como ponto de partida para discutir a questão da linguagem enquanto representação do pensamento:

Os itens da elocução (φωνή) são símbolos das afecções na alma, e os itens escritos são símbolos dos itens na elocução. E assim como os caracteres escritos não são os mesmos para todos, tampouco as elocuições são as mesmas. Entretanto, os itens primeiros de que essas coisas são sinais (as afecções da alma) são os mesmos para todos, assim como são as mesmas as coisas das quais essas afecções são semelhanças. A respeito disso foi dito no *Sobre a alma*...⁶⁹

⁶⁸ Cf. ILDEFONSE 1997: 74.

⁶⁹ “Ἔστι μὲν οὖν τὰ ἐν τῇ φωνῇ τῶν ἐν τῇ ψυχῇ παθημάτων σύμβολα, καὶ τὰ γραφόμενα τῶν ἐν τῇ φωνῇ. καὶ ὥσπερ οὐδὲ γράμματα πᾶσι τὰ αὐτὰ, οὐδὲ φωναὶ αἱ αὐταί· ὧν μέντοι ταῦτα σημεῖα πρώτων, ταῦτα πᾶσι παθήματα τῆς ψυχῆς, καὶ ὧν ταῦτα ὁμοιώματα πράγματα ἤδη ταῦτά. περὶ μὲν οὖν τούτων εἴρηται ἐν τοῖς περὶ ψυχῆς... (De interpretatione 16.a.3-8; tradução de Lucas Angioni).

Essa “heterogeneidade irreduzível entre o campo predeterminado da voz e o espaço impassível da inteligência ... em seu potencial de se tornar todos os inteligíveis”⁷⁰ torna necessário um controle rigoroso da expressão verbal dessas afecções da alma, que possa

otimizar o tipo de projeção particular das afecções da alma em uma *phoné* que não possui as mesmas características de impassibilidade; ... é essa projeção rigorosa, tributária de uma norma a ser determinada filosoficamente, que constitui o primeiro tempo da lógica aristotélica.⁷¹

Esse trabalho normativo, destinado a formalizar e codificar as leis do raciocínio, se apresenta disperso em um conjunto de obras que estabelece as condições do discurso científico, posteriormente reunidas no chamado *Órganon*. Desse conjunto, o *De interpretatione* trata especificamente do enunciado declarativo mínimo (πρῶτος λόγος ἀποφαντικός 17.a.8), o “primeiro” capaz de dizer a verdade ou dizer o falso; mas, uma vez que “o falso e o verdadeiro são concernentes a composição e separação” (περὶ γὰρ σύνθεσιν καὶ

⁷⁰ ILDEFONSE 1997: 76.

⁷¹ ILDEFONSE 1997: 77.

διαίρεσιν 16.a.12), “é preciso inicialmente estabelecer o que é nome e o que é verbo” (16.a.1):

Nome é voz com significado conforme convenção, sem tempo, da qual nenhuma parte é separadamente dotada de significado.⁷²

Verbo é o que, em acréscimo, cossignifica tempo, e do qual nenhuma parte separadamente tem significado; e ele é sinal daquilo que se afirma de outro item. Digo que cossignifica em acréscimo o tempo – tal como “saúde” é nome, o “estar saudável” é verbo – porque ele cossignifica em acréscimo o *ser o caso agora*. O verbo é sempre sinal dos itens que são atribuídos, i.e. dos itens que se afirmam de um subjacente.⁷³

Enunciados sozinhos em si mesmos, os verbos são nomes e têm um significado – pois o falante fixa o pensamento e o ouvinte consente – mas ainda não significa se é ou não é o caso. ... Pois em si mesmo ele não é nada, mas cossignifica uma composição, a qual não é possível inteligir sem os itens conectados.⁷⁴

⁷² Ὀνομα μὲν οὖν ἐστὶ φωνὴ σημαντικὴ κατὰ συνθήκην ἄνευ χρόνου, ἧς μηδὲν μέρος ἐστὶ σημαντικὸν κεχωρισμένον (16.a.19-21; tradução de L. Angioni, modificada).

⁷³ Ῥῆμα δὲ ἐστὶ τὸ προσσημαῖον χρόνον, οὗ μέρος οὐδὲν σημαίνει χωρὶς· ἔστι δὲ τῶν καθ' ἑτέρου λεγομένων σημείον. λέγω δ' ὅτι προσσημαίνει χρόνον, οἷον ὑγίεια μὲν ὄνομα, τὸ δ' ὑγιαίνει ῥῆμα· προσσημαίνει γὰρ τὸ νῦν ὑπάρχειν. καὶ αἰεὶ τῶν ὑπαρχόντων σημείον ἐστίν, οἷον τῶν καθ' ὑποκειμένου (*De interpretatione* 16.b.6-10; tradução de L. Angioni, modificada).

⁷⁴ ... αὐτὰ μὲν οὖν καθ' αὐτὰ λεγόμενα τὰ ῥήματα ὀνόματά ἐστι καὶ σημαίνει τι, – ἴσθησι γὰρ ὁ λέγων τὴν διάνοιαν, καὶ ὁ ἀκούσας ἠρέμησεν, – ἀλλ' εἰ ἔστιν ἢ μὴ οὕτω σημαίνει· οὐ γὰρ τὸ εἶναι ἢ μὴ εἶναι σημείον ἐστὶ τοῦ πράγματος, οὐδ' ἐὰν τὸ ὄν εἴτης φιλόν. αὐτὸ μὲν γὰρ οὐδὲν

Vê-se que, assim como no *Sofista*, tanto o nome como o verbo só realizam seu sentido efetivo na combinação, que institui o verdadeiro e o falso; a própria declaração de que “sozinhos, verbos são nomes” remete à passagem do *Sofista* imediatamente antes de a oposição nome-verbo ser estabelecida.⁷⁵ Por outro lado, Aristóteles estabelece um privilégio do verbo no enunciado declarativo, pois, na medida em que o verbo “é sempre sinal dos itens que se afirmam de um subjacente (ὕποκειμένον)” e a declaração simples é “algo afirmado de algo ou algo negado de algo” (17.a.20-1), então

é necessário que toda e qualquer frase (λόγος) declarativa seja a partir de um verbo ou uma flexão; pois até mesmo a definição de homem, se não for acrescentado “é” ou “será” ou “era” ou algo desse tipo, ainda não será frase declarativa.⁷⁶

Além disso, a caracterização da declaração como “algo afirmado de algo” e do verbo como sinal do que “se afirma de um subjacente”, bem como a própria noção de “tempo” que serve

ἔστιν, προσσημαίνει δὲ σύνθεσιν τινα, ἣν ἄνευ τῶν συγκειμένων οὐκ ἔστι νοῆσαι (*De interpretatione* 16.b.19-25; tradução de L. Angioni, modificada).

⁷⁵ *Sofista* 261.d. Cf. acima, p. 23-28.

⁷⁶ ἀνάγκη δὲ πάντα λόγον ἀποφαντικὸν ἐκ ῥήματος εἶναι ἢ πτώσεως· καὶ γὰρ ὁ τοῦ ἀνθρώπου λόγος, ἐὰν μὴ τὸ ἔστιν ἢ ἔσται ἢ ἦν ἢ τι τοιοῦτο προστεθῇ, οὐπω λόγος ἀποφαντικός (*De interpretatione* 17.a.9-12; tradução de L. Angioni, modificada).

como critério de distinção de verbos e nomes, parecem sugerir que se procure compreender esses capítulos iniciais do *De interpretatione* a partir do que é estabelecido em outro tratado: as *Categorias*. Nesse tratado, cujo objeto é “a estrutura da realidade e o modo de a filosofia poder abordá-la recorrendo à linguagem”,⁷⁷ Aristóteles distingue “as coisas que são ditas” (τὰ λεγόμενα) de “as coisas que existem” (τὰ ὄντα), demonstrando que não há uma relação homogênea entre elas:

Das coisas que se dizem, algumas se dizem com combinação e outras sem combinação; assim, diz-se com combinação, por exemplo, *um homem corre*, ... e sem combinação, por exemplo, *homem, corre*. ... Das coisas que existem, algumas se dizem de um sujeito mas não existem em nenhum sujeito, ... outras existem em um sujeito mas não se dizem de um sujeito.⁷⁸

A partir daí, Aristóteles propõe uma classificação dos predicados (κατηγορήμα) que se destina a “refutar a tese de

⁷⁷ Segundo António Monteiro (cf. ARISTÓTELES, *As categorias*, p. 31).

⁷⁸ Τῶν λεγομένων τὰ μὲν κατὰ συμπλοκὴν λέγεται, τὰ δὲ ἄνευ συμπλοκῆς, τὰ μὲν οὖν κατὰ συμπλοκὴν, οἷον ἄνθρωπος τρέχει, ἄνθρωπος νικᾷ· τὰ δὲ ἄνευ συμπλοκῆς, οἷον ἄνθρωπος, βοῦς, τρέχει, νικᾷ. Τῶν ὄντων τὰ μὲν καθ’ ὑποκειμένου τινὸς λέγεται, ἐν ὑποκειμένῳ δὲ οὐδενὶ ἔστιν, ... τὰ δὲ ἐν ὑποκειμένῳ μὲν ἔστι, καθ’ ὑποκειμένου δὲ οὐδενὸς λέγεται (*Categorias* I.a.16-24; tradução de A. Monteiro).

Parmênides ... e as aporias a que ela conduz ao interpretar de forma unívoca que todos os termos significam que algo é”.⁷⁹ Mas a semelhança com Platão acaba aí, pois à sintaxe platônica dos gêneros – em que o ser era apenas um dos cinco polos inteligíveis fundamentais⁸⁰ – Aristóteles opõe uma classificação em que “cada coisa que é dita sem combinação significa um ser” (οὐσία, i.e. “substância” ou “essência”) ou uma maneira de ser (“quanto, qual, que relação, onde, quando, em que posição, ter, fazer, ser afetado”).⁸¹

Segundo Marc Baratin e Françoise Desbordes, essa é essencialmente uma classificação “linguística” de significados que é correlativa de uma análise da relação desses significados no enunciado (a substância, por exemplo, “é aquela que nem se diz de um sujeito nem está em um sujeito” 2.a.11-2). Nesse sentido, Aristóteles distinguiria, “no enunciado, aquilo de que se diz alguma coisa (o sujeito) e aquilo que se diz dele (o predicado)”.⁸² Em contrapartida, Frédérique Ildefonse se esforça por demonstrar “o

⁷⁹ BARATIN & DESBORDES 1981: 21.

⁸⁰ ILDEFONSE 1997: 85.

⁸¹ Τῶν κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγομένων ἕκαστον ἦτοι οὐσίαν σημαίνει ἢ ποσὸν ἢ ποιὸν ἢ πρὸς τι ἢ ποῦ ἢ ποτὲ ἢ κείμεναι ἢ ἔχειν ἢ ποιεῖν ἢ πάσχειν (1.b.25-7).

⁸² BARATIN & DESBORDES 1981: 22.

caráter indissociável entre aspectos físicos e predicados lógicos”, uma vez que, em Aristóteles,

a substância é sujeito tanto da *atribuição* (relações lógicas atemporais de inclusão ou compreensão) quanto da *determinação* (relações físicas temporais de inerência); em ambos os casos ele emprega o termo *hypokeímenon*, que se poderia traduzir no primeiro caso por “sujeito” e no segundo por “substrato”: ... a substância é, ao mesmo tempo e segundo a ligação própria ao *katēgoreîn*, substrato de suas determinações físicas e sujeito de seus predicados.⁸³

A autora encontra fundamento para sua análise em uma passagem dos *Segundos analíticos*, que apresenta uma espécie de predicação “antinatural” (παρὰ φύσιν):

Quando digo “o branco é de madeira”, entendo que acontece acidentalmente àquilo que é branco ser de madeira, e não que o branco é substrato (ὑποκείμενον) da madeira, pois não é da essência do branco ou de uma espécie de branco que a coisa seja feita de madeira, de modo que o branco é madeira por acidente. Por outro lado, quando digo “a madeira é branca”, entendo que aquela madeira é o substrato que, em sua essência, é branco, não sendo outra coisa

⁸³ | LDEFONSE 1997: 86.

que a essência mesma da madeira ou de uma espécie de madeira.⁸⁴

Em vista disso, Aristóteles propõe chamar de predicação apenas ao segundo enunciado e determinar que as demonstrações sejam constituídas apenas por esse tipo de enunciado, em que o predicado é sempre atribuído ao substrato no sentido próprio e se declina segundo os tópicos categoriais (substância, qualidade, quantidade...). Em outras palavras, Aristóteles não identifica a categoria do sujeito (gramatical e lógico) por si mesma; ao contrário, é o “bloqueio” da forma da expressão (σχῆμα τῆς λέξεως) a um único tipo de construção enunciativa que virá a constituir, posteriormente, as categorias linguísticas de sujeito e predicado; “a escolha por uma análise categorial se faz em detrimento de uma análise gramatical possível”.⁸⁵ Em suma,

as categorias constituem os aspectos lógicos da expressão discursiva das substâncias sensíveis; assim, o fundamento do *lógos* se vê modificado, de uma sintaxe inteligível de gêneros inteligíveis, para uma distribuição imanente das acepções do ser, que não permanece na ilusão de uma significação unívoca: o

⁸⁴ *Analytica posteriora* 83.a (apud ILDEFONSE 1997: 87-8).

⁸⁵ ILDEFONSE 1997: 82.

acesso à predicação é indissociável de um acesso às categorias.⁸⁶

Depreende-se desses dados que o critério de definição apresentado no *De interpretatione* é composto, de um lado, por um aspecto semântico-ontológico relacionado com a “representação da estrutura do mundo”⁸⁷ determinada pelas *Categorias* e, de outro, por um aspecto lógico-funcional no caso do verbo (“sinal do que é atribuído ... a um sujeito”). Porém, uma vez que o texto aristotélico é inaugural da lógica,⁸⁸ é plausível que esses termos tenham adquirido um sentido propriamente técnico com a recepção do tratado, sugerindo que o primeiro critério (semântico-ontológico) tem prioridade sobre o segundo.

Em todo caso, é inegável que a teoria da significação de Aristóteles apresenta uma dimensão especificamente linguística, na medida em que distingue entre “dizer algo” e “significar algo”, isolando e limitando o potencial representativo da matéria linguística:

⁸⁶ ILDEFONSE 1997: 86.

⁸⁷ AUROUX 1988^B: 110.

⁸⁸ Segundo LAW (2003: 26), Aristóteles é o inventor da lógica enquanto disciplina que formaliza e codifica as leis do raciocínio.

Uma vez que não é possível trazer à discussão as próprias coisas, de modo que em vez das coisas nós utilizamos os nomes enquanto símbolos, acreditamos que o que se dá no plano dos nomes dá-se também no plano das coisas. ... Porém, os nomes são em número finito, assim como a multiplicidade de enunciados (λόγοι), ao passo que as coisas são infinitas em número. Logo, é inevitável que um mesmo enunciado e uma única e mesma palavra signifiquem muitas coisas (*Refutações sofisticas* 165.a.6-12).

Se *significar* é uma propriedade das palavras, discutir pensamentos e não discutir palavras requer que se utilize a palavra “no mesmo sentido em relação ao qual a pessoa interrogada acreditava estar sendo interrogada no momento em que ela deu seu assentimento” (*Refutações sofisticas* 170.b.16-8); assim torna-se essencial “dialogar sempre a partir de uma definição” (*Metafísica* 1012.b.7).

A descoberta dessa dimensão propriamente linguística não se afasta, portanto, da abordagem normativa do *lógos* apofântico: a pluralidade de sentidos que cada palavra contém inevitavelmente deve ser controlada. Porém, não podemos esquecer que essa tarefa

de regulamentação da qual o *De interpretatione* faz parte interessa explicitamente ao enunciado declarativo (λόγος ἀποφαντικός):

Toda e qualquer frase (λόγος) comporta um significado. ... Por outro lado, nem toda frase é declarativa, mas apenas aquela em que ocorre pretender dizer o verdadeiro e o falso. ... Assim, portanto, sejam deixadas de lado as outras frases – pois sua inspeção é mais apropriada à retórica e à poética.⁸⁹

Esses outros *lógoi*, com efeito, apresentam formas outras de organização e portam objetivos distintos da demonstração rigorosa que rege o enunciado científico, ensejando dessa forma outras linhas de reflexão linguística.

Na *Poética*, a característica fundamental é a imitação (μίμησις) realizada por meio do ritmo e da linguagem verbal (1447.a.21-2), que dizem respeito à elocução (λέξις 1450.b.13). Definida como “composição dos metros” (μέτρων σύνθεσις 1449.b.35) e “expressão por meio de nomes” (διὰ τῆς ὀνομασίας ἐρμηνεία 1450.b.14), a elocução se refere ao nível da expressão linguística e

⁸⁹ ἔστι δὲ λόγος ἅπας μὲν σημαντικός, ... ἀποφαντικός δὲ οὐ πᾶς, ἀλλ' ἐν ᾧ τὸ ἀληθεύειν ἢ ψεύδεσθαι ὑπάρχει· ... οἱ μὲν οὖν ἄλλοι ἀφείσθωσαν – ῥητορικῆς γὰρ ἢ ποιητικῆς οἰκειότερα ἡ σκέψις –, ὁ δὲ ἀποφαντικός τῆς νῦν θεωρίας (*De interpretatione* 17.a.1-7; tradução de L. Angioni).

se opõe ao pensamento (διάνοια), seu conteúdo.⁹⁰ Na medida em que os poetas imitam utilizando palavras e muitas vezes devem seu renome graças à elocução,⁹¹ é relevante à matéria poética um estudo mais completo, distinto da abordagem seletiva da dialética e que envolveria dois aspectos: o primeiro, da realização vocal em que a elocução se reveste de entonação, apreendida sob a forma de “figuras” (σχήματα τῆς λέξεως 1456.b.9); o segundo, mais abstrato, da “língua (em sentido saussuriano)”, em que “a elocução é uma estruturação formal do material fônico, analisada em partes” (τῆς λέξεως μέρη 1456.b.20).⁹²

As figuras de elocução são tratadas brevemente, uma vez que saber “o que é uma ordem, uma súplica, uma narração, uma ameaça, uma pergunta” é dever dos atores; com efeito, “o conhecimento ou desconhecimento dessas coisas não é motivo para que se faça uma séria censura à arte poética” (1456.b.13-4). As partes da elocução, por sua vez, merecem um estudo mais

⁹⁰ “Diz respeito ao pensamento tudo o que tem de ser expresso pela linguagem” (1456.a.36–7), como demonstrar, refutar, produzir emoções, matéria que pertence mais propriamente “aos livros de retórica” (τοῖς περὶ ῥητορικῆς 1456.a.35). Cf. DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 311.

⁹¹ Cf. *Retórica* 1404.a.24-5: οἱ ποιηταί, λέγοντες εὐήθη, διὰ τὴν λέξιν ἐδόκουν πορίσασθαι τὴν δόξαν. Aristóteles aponta um pouco antes o fato de haver “discursos escritos que obtêm mais efeito pela elocução (λέξις) que pelo conteúdo (διάνοια)” (1404.a.18-9).

⁹² Cf. DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 311-2.

substancial, uma vez que o texto, “objeto por excelência da produção poética, ... é um arranjo dessas partes”.⁹³ É nesse contexto que se insere a segunda análise de Aristóteles.

O capítulo 20 da *Poética* contém um “inventário exaustivo do material gramatical”,⁹⁴ que se inicia pela enumeração das partes da elocução:

Toda elocução em geral tem as seguintes partes: fonema, sílaba, conjunção, nome, verbo, articulador, flexão e frase.⁹⁵

A lista é seguida de um conjunto de definições, ainda que numa ordem diferente, baseada, como veremos, no critério da significação: os quatro primeiros itens (letra, sílaba, conjunção e

⁹³ DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 313.

⁹⁴ DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 314. Para esses estudiosos, “a gramática, enquanto descrição metódica do material que está na base da composição literária (i.e. a linguagem), está incluída na poética”. Mais que isso, e ao contrário do que afirma F. W. Householder (1995⁸: 93) — que “a produção linguística representada pelos capítulos 19-22 da *Poética* parece sintetizar a análise padrão presente na gramática dos séculos V e IV a.C.” —, pode-se dizer que, “em certo sentido, esses capítulos figuram na *Poética* exatamente porque eles não figuram em nenhum outro lugar (entenda-se: obras específicas sobre o assunto, como um manual de gramática, que não existia no século IV)” (1980: 315). Prova disso é que, para tratados existentes, Aristóteles sempre faz a remissão, como acabamos de ver no caso do pensamento (retórica) ou como veremos a seguir, no caso das letras e sílabas (métrica).

⁹⁵ Τῆς δὲ λέξεως ἀπάσης τάδ' ἐστὶ τὰ μέρη, στοιχεῖον συλλαβὴ σύνδεσμος ὄνομα ῥῆμα ἄρθρον πτωσίς λόγος (*Poetica* 1456.b.20; tradução de Ana Maria Valente).

articulador) não possuem significado; os quatro últimos (nome, verbo, flexão e frase) possuem.⁹⁶

O fonema (στοιχεῖον, lit. “elemento”) é definido em seu aspecto humano e articulável e classificado sumariamente, remetendo o estudo de detalhes às artes métricas; o mesmo vale para as sílabas. Em seguida, Aristóteles define a conjunção e o articulador, em uma passagem de conhecidas dificuldades:

A conjunção é um som sem significado que nem impede nem produz um som significativo único a partir da junção de vários sons, e que pode colocar-se tanto nos extremos quanto no meio da frase, mas que não deve figurar sozinho no seu início, como é o caso de *mén, é toi, dé*. Ou então um som não significativo que dá origem a que se crie, de vários sons significativos, um único som com significado.⁹⁷

O articulador é um som desprovido de significado que indica o princípio, o fim ou a divisão de uma frase, como por exemplo *amphí, perí*, etc. Ou então um som sem significado que nem impede nem produz, a partir de vários sons, um único som

⁹⁶ Posteriormente, os textos gramaticais irão inverter essa ordem, enumerando primeiro os itens significativos. Ver mais adiante os motivos dessa diferença, baseados sobretudo na dívida da gramática à dialética.

⁹⁷ σύνδεσμος δὲ ἔστιν φωνὴ ἄσημος ἢ οὔτε κωλύει οὔτε ποιεῖ φωνὴν μίαν σημαντικὴν ἐκ πλειόνων φωνῶν πεφυκυῖα συντίθεσθαι καὶ ἐπὶ τῶν ἄκρων καὶ ἐπὶ τοῦ μέσου ἦν μὴ ἀρμόττει ἐν ἀρχῇ λόγου τίθεναι καθ’ αὐτήν, οἷον μὲν ἦτοι δέ. ἢ φωνὴ ἄσημος ἢ ἐκ πλειόνων μὲν φωνῶν μίᾳ σημαντικῶν δὲ ποιεῖν πέφυκεν μίαν σημαντικὴν φωνήν (*Poetica* 1456.b.38-1457.a.6; tradução de Ana Maria Valente).

significativo e que, por natureza, se coloca tanto nos extremos como no meio.⁹⁸

Um primeiro problema é a própria presença de um “articulador” (ἄρθρον) que, além de estar fora da ordem pré-estabelecida, não figura nos testemunhos posteriores de Dionísio de Halicarnasso e Quintiliano,⁹⁹ o que levanta uma suspeita sobre a autenticidade da passagem, cujo texto manuscrito, aliás, se apresenta em estado grave de corrupção. Além disso, é notável que a segunda definição de *áarthron* só não é idêntica à primeira definição de *syndesmos* – a tradução acima é mais variada que o original grego – porque ela se interrompe se forma abrupta, constituindo um forte indício de iteração accidental.

Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot (1980: 322-3) sugerem, em vista da dificuldade de se demarcar e, sobretudo, emendar uma

⁹⁸ ἄρθρον δ' ἐστὶ φωνῆ ἄσημος ἢ λόγου ἀρχὴν ἢ τέλος ἢ διορισμὸν δηλοῖ. οἷον τὸ ἀμφὶ καὶ τὸ περὶ καὶ τὰ ἄλλα. ἢ φωνῆ ἄσημος ἢ οὔτε κωλύει οὔτε ποιεῖ φωνὴν μίαν σημαντικὴν ἐκ πλειόνων φωνῶν πεφυκυῖα τίθεσθαι καὶ ἐπὶ τῶν ἄκρων καὶ ἐπὶ τοῦ μέσου (*Poetica* 1457.a.6-10; tradução de Ana Maria Valente).

⁹⁹ Ambos atestam que Aristóteles e Teodectes enumeraram apenas três partes da oração: nome, verbo, conjunção (cf., respectivamente, *De compositione verborum* 2; *Institutio oratoria* 1.4.18). Para F. Ildefonse (1997: 104), é provável que Quintiliano tivesse por fonte apenas o *De interpretatione*, uma vez que ele não fala de *pars elocutionis* (como seria mais rigoroso para traduzir μέρη τῆς λέξεως) e sim de *pars orationis* (= μέρη τοῦ λόγου), e considerando que naquele tratado há uma referência aos enunciados compostos “por conjunção” (συνδέσμων 17.a.8), além do fato de que a *ptôsis* não constitui uma parte da oração, mas apenas uma modificação que afeta o nome e o verbo. O caso de Dionísio de Halicarnasso é discutido mais adiante (cf. p. 76 n. 104).

possível interferência no texto, que se tente interpretar integralmente o texto sobre o *áarthron* “sem ideia preconcebida” e identificam quatro critérios que orientam os dois pares de definições:

- 1) a *posição* do elemento no enunciado; a primeira definição de *syndesmos* (S1) e a segunda de *áarthron* (A2) diz que esses itens “se colocam por natureza tanto nos extremos quanto no meio do enunciado”, o que permanece vago na medida em que a dimensão do “enunciado” (*lógos*) em questão não é determinada;
- 2) uma função sintagmática de *ligação*, implícita em (S1), pois o fato de o *syndesmos* “não se colocar no início de um enunciado isolado” implica na presença de ao menos um outro enunciado ao qual ela teria por função unir;
- 3) uma função semântica de *unificação*, mencionada positivamente em (S2), negativamente em (S1) e (A2), que consiste em operar a unificação semântica de muitas entidades significantes;
- 4) uma função sintagmática de *demarcação*, que caracteriza (A1) e consiste na “indicação do princípio, do fim ou de uma divisão de um enunciado”.

A partir daí, os autores propõem que a oposição explícita entre (S1) e (S2) ... poderia corresponder a *duas espécies diferentes* de “conjunção”; ao lado daquelas que não realizam a integração semântica das entidades conectadas (caso de (S1), cujos exemplos

são *mén, ítoi, dê*), é possível que (S2) diga respeito às “conjunções” que exprimem positivamente ligação (e.g. *kai*) ou conexão lógica (e.g. *ei, epeí, gár*).¹⁰⁰

Essa análise é retomada e criticada por F. Ildefonse (1997:107-8), que não considera duas definições de conjunção, mas “duas partes de uma mesma definição que permitem reunir os dois tipos possíveis de unidade de enunciados”, estabelecendo um laço entre a teoria poética (voltada para a “expressão”, a materialidade do texto) e a teoria lógica (cujo objeto é a demonstração e o silogismo enquanto reunião de declarações simples). Em seu primeiro uso (S1), a conjunção não opera a unidade (“não impede nem causa”), que é interna às declarações simples que ela conecta; no segundo (S2), ela opera uma unidade que sem ela não teria consistência, remetendo à preocupação lógica da unidade dos enunciados expressa no *De interpretatione*,¹⁰¹ bem como na própria *Poética*.¹⁰²

¹⁰⁰ Cf. DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 324.

¹⁰¹ “A primeira frase declarativa é a afirmação, em seguida a negação; as outras frases, por sua vez, são unas por conjunção (οἱ συνδέσμων εἷς). ... E a frase declarativa una é ou a que mostra algo uno ou a que por conjunção é una (ὁ συνδέσμων εἷς), ao passo que são múltiplas as que mostram coisas múltiplas ou as sem conjunção (οἱ ἀσύνδετοι)” (*De int.* 17.a.8-18).

¹⁰² “A frase consegue unidade de duas maneiras, a saber, ou significa uma só coisa ou é composta de uma pluralidade unida por conjunção (ὁ ἐκ πλειόνων συνδέσμων), como a *Iliada*, que tem unidade por conjunção (συνδέσμων)

Em suma, relacionando essas conclusões ao paradigma de critérios que estamos utilizando (cf. AUROUX 1988), percebemos que a definição aristotélica de conjunção se baseia em dois critérios eminentemente *funcionais*: um *sintático* (S1), relativo à posição no enunciado; outro *lógico* (S2), relativo à promoção da unidade do enunciado.

Quanto ao *áarthron*, observa-se de início que ele não corresponde ao que a tradição gramatical posterior identificou como artigo: os exemplos fornecidos (*amphí, perí*) serão considerados preposições.¹⁰³ Fora isso, a relação entre as duas definições é mais difícil que no caso da conjunção, em meio às suspeitas de interpolação iterativa no caso da segunda.

Propondo-se a considerar o texto de modo integral, R. Dupont-Roc e J. Lallot (1980: 325-7) propõem uma interpretação que caracteriza o *áarthron* por uma “pobreza” relativa, na medida em que sua função distintiva (articulação ou demarcação) já é preenchida pela conjunção, mas “rica”. Nesse sentido, se (A2), ao

εἴς), e a definição de homem, que tem unidade por significar uma coisa só” (*Poética* 1457.a.28–30). Para Anna Maria Thornton (1986: 173 n.7), Walter Belardi (1977) demonstrou “em definitivo” que, nessas passagens de Aristóteles, σύνθεσις quer dizer “conjunção”, no sentido específico de classe de palavra.

¹⁰³ Isso explica a tradução de A. M. Valente por “articulador”.

reproduzir (S1), menciona explicitamente a neutralidade do *árrhron* no quesito unificação semântica (podendo corresponder a certas partículas expletivas), paralelamente (A1) remeteria a (S2) e “implicaria *e silentio* esse tipo de função” (correspondendo às preposições que ilustram o texto, cuja função “articulatória” seria análoga à função conectiva das conjunções, ao promoverem a “unificação” de um sintagma nominal, como em “Discurso *sobre* a coroa”). Admitindo o caráter totalmente hipotético dessas considerações (porém, “não mais arbitrário que as manipulações do texto que se permitem os editores”), os dois estudiosos inferem que Aristóteles realiza aqui a “primeira tentativa de classificar as palavras funcionais do grego em termos de funções – principalmente conjuntiva e demarcativa”, de modo que uma mesma função conectiva seria o critério pertinente às duas classes. Assim,

a articulação seria uma espécie de conjunção ... que operaria em um nível inferior ao da conjunção propriamente dita: a articulação seria, no nível *intraproposicional*, o que a conjunção seria no nível

interproposicional, um conector a serviço da unidade semântica do texto.¹⁰⁴

A crítica de F. Ildefonse (1997: 108-9) a essa análise consiste essencialmente em desconsiderar a segunda definição, que constitui para a autora uma evidente iteração accidental, desconsiderando com isso toda a tentativa de R. Dupont-Roc e J. Lallot de explicar a identidade entre parte das definições de conjunção e articulação e de supor exemplos prováveis para o segundo caso (partículas expletivas). Tomando como objeto apenas a primeira definição (“indicar o princípio, o fim ou a divisão de uma frase”), Ildefonse aponta “a função de demarcação” definida por Aristóteles para o *áarthron*, “que a opõe efetivamente à conjunção, pois esta não podia se colocar no início do enunciado tomado isoladamente”. Nessa perspectiva, embora admitindo a ideia de que a diferença entre articulação e conjunção diz respeito à distinção entre um nível intraproposicional e um nível interproposicional, a autora julga que a função conectiva que aproxima as duas partes do enunciado não significa que uma seja espécie da outra; ao contrário, fiar-se no

¹⁰⁴ DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 327. Isso permitiria explicar a menção de Dionísio de Halicarnasso apenas ao nome, ao verbo e ao articulador; de fato, “como Dionísio poderia atribuir a Aristóteles a invenção do *áarthron* como parte da elocução, numa época em que esse termo designava especificamente o artigo e o pronome relativo?”

texto é acreditar que Aristóteles “separa uma da outra como duas partes distintas da expressão”.

Essa conclusão se aproxima da análise de Marc Baratin e Françoise Desbordes (1981:20), que identificam na conjunção e na articulação as respectivas funções coesiva e demarcatória “que asseguram a unidade do enunciado no nível da expressão, ... servindo para determinar e recortar os limites materiais do enunciado e de suas eventuais subdivisões”. Nesse sentido, no plano dos itens não significantes haveria um paralelismo entre dois grupos distintos: de um lado, “unidades *constitutivas* de outras unidades (sons elementares e sílabas); de outro, unidades de recorte *indicativas* de outras unidades (conjunções e articulações)”.

Diante dos objetivos deste estudo, parece preferível seguir a restrição de F. Ildefonse e considerar apenas a primeira definição de *árrhron*, cujo critério básico, como foi dito, é *sintático-funcional*, dada sua função demarcativa de uma cadeia linguística mais longa.¹⁰⁵

Por fim, não podemos esquecer que, em todas as definições, *syndesmos* e *árrhron* são qualificados como “som sem significado”

¹⁰⁵ Cf. AUROUX 1988: 111.

(φωνή ᾠσμητος). Essa caracterização foi criticada pela tradição posterior: veremos a importância que a conjunção terá para a lógica estoica e o papel semântico que será atribuído ao artigo e à preposição (especialmente em seu uso como prefixo) pelos gramáticos.¹⁰⁶ Porém, uma vez que “os interesses de Aristóteles se orientavam verdadeiramente para a lógica”,¹⁰⁷ é preciso considerar o aspecto significativo ou não significativo de uma forma em relação à teoria da significação aristotélica, que “permanece totalmente tributária da distribuição categorial”, pois

significar qualquer coisa equivale a significar uma das categorias; assim, tanto a conjunção quanto a articulação, não sendo redutíveis a uma das acepções categoriais, não podem ser consideradas significantes.¹⁰⁸

O texto da *Poética* segue definindo e caracterizando o nome e o verbo de forma associada:

O nome é um som composto, significativo, sem ideia de tempo e do qual nenhuma parte é, por si mesma, significativa. ...

¹⁰⁶ Sobre os estoicos, p. 121-4; sobre os gramáticos, p. 179-86.

¹⁰⁷ MATTHEWS 1990: 222.

¹⁰⁸ ILDEFONSE 1997: 109.

O verbo é um som composto, significativo, com ideia de tempo, do qual nenhuma parte tem, só por si, significado, como nos nomes.

Na verdade, “homem” ou “branco” não indicam *quando*, mas “caminha” ou “caminhou” acrescentam ao seu sentido a ideia de presente e passado, respectivamente.¹⁰⁹

De fato, nomes e verbos são ambos “sons compostos significativos” cujas partes não significam por si mesmas, diferindo apenas pela ausência (no nome) ou presença (no verbo) do *tempo*. Essa distinção é praticamente idêntica àquela apresentada no *De interpretatione*, exceto pelo fato de negligenciar o fator convencionalidade e não definir o verbo em termos lógicos, como “sinal daquilo que se afirma de outro item” (16.b.7). Uma explicação plausível para essas diferenças ressalta a profunda coerência demonstrada por Aristóteles em relação ao contexto de uso e análise da linguagem; em outras palavras,

seu interesse se limita ao quanto ela é relevante para seu objetivo: o de entender como a poesia consegue

¹⁰⁹ ὄνομα δὲ ἐστὶ φωνὴ συνθετὴ σημαντικὴ ἄνευ χρόνου ἥς μέρος οὐδὲν ἐστὶ καθ’ αὐτὸ σημαντικόν. ... ῥῆμα δὲ φωνὴ συνθετὴ σημαντικὴ μετὰ χρόνου ἥς οὐδὲν μέρος σημαίνει καθ’ αὐτὸ, ὥσπερ καὶ ἐπὶ τῶν ὀνομάτων· τὸ μὲν γὰρ ἄνθρωπος ἢ λευκόν οὐ σημαίνει τὸ πότε, τὸ δὲ βαδίζει ἢ βεβάδικεν προσσημαίνει τὸ μὲν τὸν παρόντα χρόνον τὸ δὲ τὸν παρεληλυθότα (*Poetica* 1457.a.10-18; tradução de Ana Maria Valente).

certos efeitos. ... Na *Poética* ele descreve o nome e o verbo como “um som composto com significado”, ponto relevante para o uso e a análise literária da linguagem, mas dispensa o elemento da convencionalidade, significativa para o dialético mas irrelevante para o poeta (se não inconveniente).¹¹⁰

Em todo caso, assim como no *De interpretatione*, o verbo se distingue do nome essencialmente por sua significação adicional de tempo. Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot (1980: 331), a partir da oposição ilustrativa entre “caminha” (βαδίζει) e “caminhou” (βεβádiken), detectam nessa caracterização do verbo “um passo importante na direção da gramática no sentido de ... estudo das *formas*, uma vez que, sob uma formulação semântica (‘significar adicionalmente o tempo’), é uma característica morfológica que é isolada por Aristóteles”, afastando-se completamente das definições semânticas e lógicas do nome e do verbo apresentadas no *Sofista* de Platão. Para os dois pesquisadores, o par *badízei-bebádiken* “evidencia a variação formal que permite ao verbo significar seja o presente, seja o passado”, demonstrando que o verbo é aqui pela primeira vez “concebido (se não rigorosamente definido) como

¹¹⁰ LAW 2003: 32.

uma espécie *morfológica*, e não somente como suporte de uma função lógica”.

Em contrapartida, Frédérique Ildefonse (1997: 110), insistindo em sua interpretação baseada no “bloqueio linguístico” causado pela total dependência da significação aristotélica em relação à análise categorial, que há pouco impediu de se considerar a conjunção e a articulação como significantes, percebe que “é a essa distribuição categorial que Aristóteles se refere quando precisa que nomes como ‘homem’ ou ‘branco’ não significam o *quando*”: a clara remissão ao nome da categoria (τὸ πότε, *Categorias* 2.a.2) liga a noção de *tempo* (χρόνος) essencialmente à semântica categorial, de modo que as definições de nome e verbo na *Poética* permanecem orientadas segundo um critério semântico-ontológico.

Por outro lado, o aspecto morfológico é sem dúvida contemplado por Aristóteles quando o assunto é a flexão (πτῶσις), do qual o par *badízei–bebádiken* antecipa o tratamento:

A flexão é própria do nome ou do verbo e transmite ideias de: “deste”, “para este” e outras semelhantes; singular e plural, como “homem” ou “homens”; e ainda

modos de expressão do ator, como a interrogação e a ordem – assim, “caminhou?” ou “caminha!” são, de acordo com essas distinções, flexões do verbo.¹¹¹

A esse respeito, uma vez que o caso não constitui uma parte da oração, faremos algumas poucas considerações. A primeira é que a *ptôsis* comparece igualmente no *De interpretatione*, não como parte distinta, mas vinculada à exposição do nome (e.g. Φίλωνος “de Fílon”, Φίλωνι “para Fílon” 16.a.32) e do verbo (ὕγιανεν “tem saúde”, ὕγιανεῖ “terá saúde” 16.b.16). Além disso, a *Poética* apresenta “pela primeira vez *ptôsis* no sentido gramatical”,¹¹² embora com um conceito mais amplo do que terá na tradição gramatical posterior, incluindo, além dos casos nominais, também o número e dois modos de entonação do verbo. Coloca-se a questão de saber o que Aristóteles entende por *ptôsis* e, conseqüentemente, se a lista apresentada na *Poética* pode ser considerada exaustiva.

Conforme o texto sugere, a *ptôsis* cobre diversos tipos de variações formais de um item lexical. No que diz respeito às flexões

¹¹¹ πτώσις δ' ἐστὶν ὀνόματος ἢ ῥήματος ἢ μὲν κατὰ τὸ τοῦτου ἢ τοῦτῳ σημαῖνον καὶ ὅσα τοιαῦτα, ἢ δὲ κατὰ τὸ ἐνὶ ἡ πολλοῖς οἷον ἄνθρωποι ἢ ἄνθρωπος, ἢ δὲ κατὰ τὰ ὑποκριτικά, οἷον κατ' ἐρώτησιν ἐπίταξιν· τὸ γὰρ ἐβάδισεν; ἢ βάδιζε πτώσις ῥήματος κατὰ ταῦτα τὰ εἶδη ἐστὶν (1457.a.18-23).

¹¹² DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 322.

nominais, nota-se que a terminologia ainda não está fixada – Aristóteles os designa normalmente pela flexão do pronome –, mas é possível considerar os demais casos nominais (nominativo, acusativo e vocativo) implícitos no sintagma “e outras semelhantes” (καὶ ὅσα τοιαῦτα), com base em uma importante passagem dos *Primeiros analíticos*, que traz uma lista mais completa:

Os termos devem ser tomados sempre segundo a denominação dos nomes (κατὰ τὰς κλήσεις τῶν ὀνομάτων), ao passo que as proposições devem ser tomadas segundo as flexões de cada um deles (κατὰ τὰς ἐκάστου πτώσεις): e.g. *a este* (τούτῳ) como em “igual [a algo]”, *deste* (τούτου) como em “o dobro [de algo]”, *este* (τοῦτο, *acus.*) como em “golpeando [algo]” ou “vendo [algo]”, *este* (οὗτος, *nom.*) como em “o homem [é] animal”, entre outras maneiras de se flexionar (πίπτει) o nome conforme a proposição. (48.b.39-49.a.5)¹¹³

¹¹³ Essa passagem é indício de que Aristóteles considera o nominativo como caso, ao contrário da interpretação peripatética do nominativo como uma “forma normal”, a partir da aparente identidade entre a denominação e a forma que aparece num enunciado assertivo simples como “Sócrates caminha”. Se aquela opção é plausível, decorre que a definição de nome e verbo da *Poética*, bem como a do início do *De interpretatione*, se referem “não aos constituintes efetivos do enunciado declarativo, mas aos constituintes potenciais de um enunciado que os reunirá a partir de seus casos” (ILDEFONSE 1997: 112). De todo modo, a posição aristotélica a esse respeito é menos clara do que a da tradição peripatética, que a retoma.

Mas mesmo essa lista anuncia outras formas de flexão, sem especificar. Uma delas pode ser identificada em outros textos de Aristóteles e diz respeito à derivação, quer a do advérbio a partir do adjetivo (δικαίως < δίκαιον, *Topica* 106.b.30), quer a do adjetivo a partir do substantivo (“o gramático a partir da gramática, o corajoso a partir da coragem”¹¹⁴); também os gêneros são mencionados em termos de *ptôsis* (cf. *Topica* 133.b.36).

Quanto às flexões verbais, se a variação temporal havia sido enunciada antecipadamente, no final da apresentação do verbo (ainda que, como vimos, inserida em uma perspectiva semântica), chama atenção a distinção de dois modos de enunciação como exemplos de *ptôsis* verbal, ao passo que, no final do capítulo precedente, Aristóteles os tinha incluído entre as figuras de elocução (ou “formas de expressão”, σχήματα τῆς λέξεως, 1456.b.9), cujo conhecimento dizia respeito à arte do ator (τῆς ὑποκριτικῆς 1456.b.10). Na verdade, se o exemplo de “ordem” se evidencia na morfologia (a forma imperativa βάδιζε), a “interrogação” só se distingue na entonação, carecendo de qualquer marca formal (a forma ἐβάδισεν é simplesmente a terceira pessoa singular do

¹¹⁴ ... ἀπὸ τῆς γραμματικῆς ὁ γραμματικὸς καὶ ἀπὸ τῆς ἀνδρείας ὁ ἀνδρεῖος (*Categorias* 1.a.14-5).

indicativo aoristo). Considerando, com R. Dupont-Roc e J. Lallot (1980: 336), que a solução normalmente empregada pelos editores (o uso do ponto de interrogação) provavelmente não existia na época de Aristóteles, “é de estranhar que Aristóteles dê como exemplo de interrogação uma forma que *em nada* se distingue como interrogativa”. A referência ao intérprete (que, no caso, é o ator de teatro) pode ser indício de que “a mensagem escrita sempre deixa ao leitor uma *margem de interpretação*”, de modo que Aristóteles estaria propondo aqui “concretamente um exercício de interpretação similar àquele que o poeta ... deixa a cargo dos atores”.¹¹⁵

Em suma, a noção de *ptôsis* em Aristóteles, irreduzível aos casos nominais,¹¹⁶ parece corresponder a toda “transformação do nome ou do verbo que lhes permite significar diversas outras relações além de sua significação lexical”,¹¹⁷ agrupando tanto as

¹¹⁵ Um caso análogo aparece nas *Refutações sofísticas* (177.b.10-2), onde se lê que “não é a mesma coisa dizer ἰδεῖν τοῖς ὀφθαλμοῖς τυπτόμενον (ver [alguém] bater com os olhos) e ἰδεῖν τοῖς ὀφθαλμοῖς τυπτόμενον (ver com os olhos [alguém] bater)”; se excluirmos a pontuação, inserida modernamente pelos editores por exigências lógicas, temos o estranho caso em que duas expressões, escritas de modo rigorosamente idêntico, são diferentes: apenas uma leitura “corretamente pontuada” (como dirão os gramáticos) pode distinguir esse tipo de ambiguidade. Nos dois casos, é possível entrever um aspecto enunciativo que orienta necessariamente a recepção do texto.

¹¹⁶ Os estoicos serão os primeiros a excluir da *ptôsis* a flexão verbal.

¹¹⁷ BARATIN & DESBORDES 1981: 20.

flexões nominais quanto verbais, bem como as modalidades, os advérbios derivados, os gêneros gramaticais e os números. Por outro lado, o caráter incompleto (do ponto de vista gramatical) da lista de flexões mostra que “Aristóteles não cultivou a gramática por si mesma, numa perspectiva sistemática”; ao contrário, “a descrição das partes da elocução permanece em grande medida tributária das observações linguísticas ... suscitadas pelo estudo lógico das partes do *lógos*”.¹¹⁸ Isso explicaria, por exemplo, a ausência de tratamento da categoria de pessoa (já que “a teoria do enunciado assertivo simples o condena a só considerar a terceira pessoa”) e a omissão da categoria de voz (uma vez que, figurando entre as múltiplas acepções do *ser*, “a atividade e a passividade são compreendidas como categorias antes mesmo de serem compreendidas como diáteses”).¹¹⁹

Resta tratar do *lógos*:

A frase é um som composto, significativo, do qual algumas partes têm, por si mesmas, algum significado, como ‘Cléon’ em “Cléon caminha”. (Na verdade, nem todas as frases são compostas de verbos e de nomes, por exemplo a definição de homem; assim, é possível haver

¹¹⁸ DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 335.

¹¹⁹ Cf. ILDEFONSE 1997: 114.

uma frase sem verbo, mas certamente ela terá sempre uma parte significativa.) A frase consegue unidade de duas maneiras, a saber: ou significa uma só coisa ou é composta de uma pluralidade unida por conjunção; são exemplos a *Iliada*, que tem unidade por conjunção, e a definição de homem, que tem unidade por significar uma coisa só.¹²⁰

Em relação aos três itens precendentes (nome, verbo, flexão), o *lógos* não se caracteriza por uma forma linguística específica, mas por ser “portador de um significado único que resulta da combinação de outros significados”.¹²¹ Essa definição é quase idêntica àquela fornecida no *De interpretatione* (16.b.26-8), exceto pela ausência da convencionalidade (como, aliás, na definição de nome e de verbo, explicada acima) e da especificação do significado das partes constitutivas (“enquanto enunciação, mas não enquanto

¹²⁰ λόγος δὲ φωνῇ συνθετὴ σημαντικὴ ἥς ἕνια μέρη καθ’ αὐτὰ σημαίνει τι (οὐ γὰρ ἅπας λόγος ἐκ ῥημάτων καὶ ὀνομάτων σύγκειται, οἷον ὁ τοῦ ἀνθρώπου ὀρισμός, ἀλλ’ ἐνδέχεται ἄνευ ῥημάτων εἶναι λόγον, μέρος μέντοι αἰεὶ τι σημαῖνον ἔξει) οἷον ἐν τῷ βαδίζει Κλέων ὁ Κλέων. εἰς δὲ ἐστὶ λόγος διχῶς, ἢ γὰρ ὁ ἐν σημαίνων, ἢ ὁ ἐκ πλειόνων συνδῆσμων, οἷον ἡ Ἰλιάς μὲν συνδῆσμων εἰς ὃ δὲ τοῦ ἀνθρώπου τῷ ἐν σημαίνειν (1457.a.23-30; tradução de Ana Maria Valente).

¹²¹ BARATIN & DESBORDES 1981: 20.

afirmação”).¹²² As duas ausências estão relacionadas ao fato de que, na *Poética*, Aristóteles está tratando de outros tipos de enunciado que não o declarativo, de modo a poder incluir nessa categoria enunciados sem verbo, como a definição.

Há quem veja nessa inclusão uma crítica explícita ao *lógos* platônico, caracterizado no *Sofista* como combinação necessária de nome e verbo;¹²³ porém, essa consideração não se sustenta quando a comparação é feita entre contextos equivalentes: o que Platão define simplesmente como *lógos* no *Sofista* corresponde, em Aristóteles, ao *lógos apophantikós* do *De interpretatione*.¹²⁴ Na verdade, o que parece distinguir um de outro ponto de vista é que,

em Platão, a oração era homogênea em suas partes (ao menos em um aspecto, o de ser uma ‘parte grande’ do *lógos* em face das ‘partes menores’); já em Aristóteles, a oração é heterogênea em relação a suas partes, as palavras: de fato, a oração é composta de partes significativas, ao passo que as palavras têm partes não

¹²² ... ὡς φάσις ἀλλ’ οὐχ ὡς κατάφασις (16.b.27-8). O conceito de φάσις recupera a passagem imediatamente anterior, que caracterizava o significado do nome e do verbo isolados como capaz de “fixar o pensamento ... mas não de significar se é ou não é” (16.b.20-2).

¹²³ DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 337; ILDEFONSE 1997: 114.

¹²⁴ “A própria definição de homem não será uma frase declarativa se não tiver acrescentado é ou não é” (17.a.11-2).

significativas. A oração perde assim seu parentesco com as palavras, ficando mais próxima do texto.¹²⁵

Por outro lado, se Aristóteles considera com Platão que “enunciar palavras lado a lado” não é suficiente para conferir unidade ao *lógos* (*De int.* 17.a.14), sua resposta para essa questão central também o distingue de seu professor. Uma vez que a solução apresentada pela *Poética* é a mesma do *De interpretatione*, cabe fazer uma consideração de conjunto acerca da unidade do *lógos* em Aristóteles, o que permitirá uma maior compreensão do que entende por *lógos*.¹²⁶

Vimos que um *lógos* adquire unidade ou porque significa ou indica algo uno (ὁ ἐν σημαίνων / δηλῶν) ou porque se torna uno por meio de conjunção (ὁ συνδέσμῳ εἶς). No primeiro grupo encontramos as orações declarativas simples (κατάφασις, ἀπόφασις, *De int.* 17.a.8-9) e a definição (ὁρισμὸς λόγος, *Met.* 1045.a.12-3), sendo esta “aquilo que define em uma definição, um tipo de unidade linguística que hoje chamaríamos de sintagma

¹²⁵ THORNTON 1986: 172.

¹²⁶ Cf. *De interpretatione* 17.a.15-6; *Metafísica* 1030.b.7-10 e 1045.a.12-4; *Segundos analíticos* 93.b.35-7.

nominal”.¹²⁷ No segundo grupo está a *Iliada* (extremo oposto dimensional da definição) e um tipo de *lógos* declarativo que não é nem afirmação nem negação, designado apenas como “outras frases unas por conjunção” (οἱ δὲ ἄλλοι συνδέσμων εἷς, *De int.* 17.a.9).¹²⁸

Isso sugere que Aristóteles, retomando o critério platônico da dimensão do enunciado, procura resolver o problema dos limites do *lógos* estabelecendo uma distinção mais clara entre unidades menores (que chamaríamos de sintagmas e orações)¹²⁹ e unidades maiores (que poderíamos chamar de enunciado, no caso do silogismo, e texto, no caso da *Iliada*), com base na noção de “unidade semântica”:¹³⁰ unidades menores designam necessariamente um único ser, pois se referem a um mesmo substrato; unidades

¹²⁷ THORNTON 1986: 175.

¹²⁸ Anna Maria Thornton (1986: 176) propõe ver nesses outros *lógoi* apofânticos os silogismos, compostos por uma sequência de afirmações e negações ligadas por conjunções. Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot (1980: 338), por seu lado, resgatando a segunda definição da conjunção (“produzir, de vários sons significativos, um único som com significado”), remetem a uma passagem da *Retórica* (1407.b.38-9) que mostra a diferença entre dois verbos conectados por conjunção (e.g. “tendo eu caminhado e conversado”) e em assíndeto (e.g. “tendo eu caminhado, conversei”); mais adiante (*Ret.* 1413.b.29-34), Aristóteles explica a utilidade do assíndeto na amplificação, pois com ele “muitas coisas parecem ser ditas ao mesmo tempo; é que a conjunção faz de muitas coisas uma só (ἐν ποιεῖ τὰ πολλὰ), de tal forma que, se for eliminada, é manifesto que o oposto acontecerá: uma única coisa resultará muitas (ἔσται τὸ ἐν πολλὰ)”. Nesse sentido, mesmo fora da perspectiva apofântica do *De interpretatione*, a unidade de múltiplos *lógoi* se dá na conexão de declarações simples por meio de conjunção. No caso de um texto como a *Iliada*, concorrem com a conjunção a “unidade de ação” do texto poético (cf. *Poética* 1451.a.16; 1459.a.35).

¹²⁹ Este pode ser um primeiro movimento na direção do *lógos* considerado “oração”, recorte básico da futura abordagem gramatical; o *lógos* enquanto “texto” permanecerá o recorte básico da retórica.

¹³⁰ DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 337.

maiores, compostas de duas ou mais orações, abrem a possibilidade de referência a mais de um substrato, encontrando unidade não mais no ser, mas no pensamento.

Em suma, a análise da elocução se constitui de sucessivos recortes do texto poético em sua materialidade, isto é, no nível da expressão linguística: “sequência de elementos, sequência de sílabas, sequência de palavras – diferenciadas em conjunção, nome, verbo, articulação, caso, enunciado – o texto é, em cada caso, apreendido sem sobras”.¹³¹ De fato,

em nenhum momento é propósito de Aristóteles estabelecer um sistema de classes de palavras; a fala – que é possível ser pensada como uma entidade formal – tem na verdade unidades de vários tipos, desde puramente formais (sons elementares, sílabas) e funcionais (conjunção, articulação) até a expressão portadora de um significado completo (λόγος).¹³²

Ao mesmo tempo, na medida em que implica em um conteúdo, a série de constituintes da expressão se organiza em ordem crescente de relevância para a significação. Nesse sentido, é

¹³¹ DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 317.

¹³² LAW 2003: 32.

possível ver aqui implícito um sistema proporcional da língua baseado no paralelismo estrutural entre as sílabas (formadas pela união de consoantes e vogais) e as orações (formadas pela união de nomes e verbos), que já servira de fundamento da dialética para Platão e servirá de fundamento da descrição do *lógos* pela gramática como “sintaxe de inteligíveis”.¹³³

A sequência do texto trata das espécies de nomes – que, como vimos, incluem os verbos, tomados isoladamente – segundo o critério da formação (simples ou compostos) ou da propriedade (“todo nome ou é corrente ou raro ou metáfora ou ornamento ou inventado ou alongado ou abreviado ou alterado”¹³⁴), sendo definidos e classificados conforme a adequação de seu emprego a cada gênero poético; também o gênero gramatical é considerado segundo um critério formal – a terminação (τελευτή). Por fim, define a clareza como principal qualidade da elocução, apoiada no

¹³³ Cf. DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 329. A passagem a que os autores se referem encontra-se na *Sintaxe* de Apolônio Díscolo: “assim como os elementos, entrelaçando-se, produzem as sílabas, também a construção dos inteligíveis se produzirá como sílabas, pelo entrelaçamento de palavras” (ὥς τὰ στοιχεῖα τὰς συλλαβὰς ἀποτελεῖ κατὰ τὰς ἐπιπλοκάς, οὕτω καὶ ἡ σύνταξις τῶν νοητῶν τρόπον τινὰ συλλαβὰς ἀποτελέσει διὰ τῆς ἐπιπλοκῆς τῶν λέξεων, *Grammatici Graeci* 2.2.2.11-3).

¹³⁴ ἅπαν δὲ ὄνομά ἐστιν ἢ κύριον ἢ γλῶττα ἢ μεταφορὰ ἢ κόσμος ἢ πεποιημένον ἢ ἐπεκτεταμένον ἢ ὑψηλόμενον ἢ ἐξηλλαγμένον (1457.b.1-3).

uso da palavra corrente, embora a necessidade de a poesia não ser banal exija uma mistura moderada das outras espécies.

Por mais evidente que possa ser o aspecto gramatical presente nesses três capítulos analíticos da *Poética* (20-22 = 1456.b.20-1459.a.15), parece-nos temerário afirmar que esses capítulos “sintetizam a análise padrão presente na *grammatiké* dos séculos V e IV a.C., ... resumindo o conhecimento linguístico desse período”.¹³⁵ Dissuade-nos dessa ideia a consideração de que toda menção à *grammatiké* em Aristóteles sempre se refere a uma ciência ou arte cujo objeto são as letras e as sílabas, e o objetivo a leitura e a escrita corretas.¹³⁶ Além disso, o fato de Aristóteles tratar do assunto na *Poética* pode indicar uma carência de tal tratamento entre as artes disponíveis em seu tempo; quando a matéria é reconhecidamente objeto de outra arte, ele se resigna a uma breve remissão.¹³⁷

¹³⁵ HOUSEHOLDER 1995⁸: 93-4.

¹³⁶ Por exemplo, em duas ocorrências nos *Tópicos*: “definiu-se a gramática como a ciência das letras” (τὴν γραμματικὴν ὥριστο ἐπιστήμην γραμμάτων 146.b.6-7); “se se define a gramática como a ciência do escrever o que é ditado, ... é preciso acrescentar que é também a ciência do ler” (εἰ τὴν γραμματικὴν ἐπιστήμην τοῦ γράψαι τὸ ὑπαγορευθὲν προσθεῖται γὰρ ὅτι καὶ τοῦ ἀναγνῶναι 142.b.30-5). Cf. também *Categorias* 14.b.2; *De mundo* 396.b.17-9; *Physica* 199.a.34-5; *Metaphysica* 1087.a.20-1.

¹³⁷ Cf. acima, p. 69 n. 94. O mesmo pode ser dito dos capítulos “gramaticais” da *Retórica*, acerca do “princípio básico da elocução: falar o grego correto” (ἔστι δ’ ἀρχὴ τῆς λέξεως τὸ ἐλληνίζειν 1407.a.20). Se, como veremos, a gramática virá a constituir-se assumindo como objeto o estudo da correção, reunindo e organizando sistematicamente os conceitos e análises anteriores sobre tal questão, em Aristóteles isso é sempre feito *in contextu*, em meio a considerações de ordem estilística e pragmática.

CAPÍTULO 4

OS ESTOICOS

O terceiro representante do estudo do *lógos* não é um filósofo individualizado, mas uma corrente de pensamento designada em conjunto já na Antiguidade: o estoicismo. Sua influência sobre a doutrina gramatical vindoura é certa, ainda que não facilmente particularizada, dada a ausência de fontes diretas. Os testemunhos, além de indiretos, são em grande parte hostis, o que coloca o problema exegetico de saber se esses testemunhos podem ser tomados como uma caracterização acurada da doutrina.¹³⁸ Nesse sentido, parece prudente preferir, às obras críticas, obras doxográficas, entre as quais se destaca a coletânea das *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, escrita por Diógenes Laércio nas primeiras décadas do século III d.C. É aí que encontramos a primeira menção explícita às “partes do *lógos*” (μέρη τοῦ λόγου):

As partes do *lógos* – de acordo com Diógenes [da Babilônia], no *Sobre a voz*, e com Crisipo – são cinco: nome, denominação, verbo, conjunção, artigo.

¹³⁸ Cf. WHITE 2006: 168.

Além dessas, Antípatro propõe, em seu *Sobre a dicção e as coisas ditas*, a média.

Denominação é uma parte do *lógos* que significa uma qualidade comum, como *homem, cavalo*.

Nome é uma parte do *lógos* que indica uma qualidade própria, como *Diógenes, Sócrates*.

Verbo, segundo Diógenes, é uma parte do *lógos* que significa um predicado não composto; segundo outros, é um elemento do *lógos* sem caso que significa algo construído a respeito de um ou muitos algos, como *escrevo, digo*.

Conjunção é uma parte do *lógos* sem caso que conecta partes do *lógos*.

Artigo é um elemento do *lógos* com caso que determina os gêneros e os números dos nomes, como ὁ ἡ τό (*o/a*), οἱ αἱ τά (*os/as*).¹³⁹

Com efeito, vimos que Platão designa nomes e verbos como “gêneros de nomes”, ao passo que Aristóteles, quando define *lógos* no *De interpretatione* como “voz significante cujas partes são significantes”, acaba caracterizando implicitamente nomes e verbos

¹³⁹ Τοῦ δὲ λόγου ἐστὶ μέρη πέντε, ὥς φησι Διογένης τ' ἐν τῷ Περὶ φωνῆς καὶ Χρύσιππος, ὄνομα, προσηγορία, ῥῆμα, σύνδεσμος, ἄρθρον· ὁ δ' Ἀντίπατρος καὶ τὴν μεσότητά τιθῆσιν ἐν τοῖς Περὶ λέξεως καὶ τῶν λεγομένων. Ἔστι δὲ προσηγορία μὲν κατὰ τὸν Διογένην μέρος λόγου σημαῖνον κοινὴν ποιότητα, οἷον Ἄνθρωπος, Ἴππος· ὄνομα δὲ ἐστὶ μέρος λόγου δηλοῦν ἰδίαν ποιότητα, οἷον Διογένης, Σωκράτης· ῥῆμα δὲ ἐστὶ μέρος λόγου σημαῖνον τι συντακτὸν περὶ τινος ἢ τινῶν, οἷον Γράφω, Λέγω· σύνδεσμος δὲ ἐστὶ μέρος λόγου ἄπτωτον, συνδοῦν τὰ μέρη τοῦ λόγου· ἄρθρον δὲ ἐστὶ στοιχεῖον λόγου πτωτικόν, διορίζον τὰ γένη τῶν ὀνομάτων καὶ τοὺς ἀριθμούς, οἷον Ὁ, Ἡ, Τό, Οἱ, Αἱ, Τά. (DÍOGENES LAÉRCIO 7.57-8).

como partes do *lógos* – embora os mesmos nomes e verbos, enquanto componentes materiais dos textos poéticos, são explicitamente designados partes da *léxis*. Os estoicos, por seu lado, evitam dissociar os diversos campos de estudo da linguagem humana; ao contrário, é evidente em sua filosofia um grande esforço de sistematização do conhecimento, que reúne, sob o mesmo rótulo *dialética*, o estudo do significante e do significado, que compõe, junto com a *retórica*, um estudo amplo da linguagem designado conjuntamente como *lógica*; esta constitui, ao lado da *física* e da *ética*, o todo da doutrina filosófica.¹⁴⁰

Uma vez que esse sistema não era meramente formal, mas se baseava numa relação orgânica entre suas partes,¹⁴¹ torna-se aqui extremamente necessário fazer um apanhado geral da doutrina estoica para compreender com clareza a que remete cada uma das partes do *lógos* e a que critérios respeitam suas respectivas definições.

¹⁴⁰ Cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.40-1.

¹⁴¹ “Os estoicos comparam a filosofia a um ser vivo (onde os ossos e os nervos correspondem à lógica, as partes carnosas à ética e a alma à física) ou então a um ovo (a casca é a lógica, a parte seguinte é a ética, o centro é a física) ou a um pomar (a cerca externa é a lógica, os frutos são a ética, a terra ou as árvores são a física). ... Mas nenhuma parte pode ser isolada das outras; ao contrário, elas se encontram unidas, e até seu ensino era feito conjuntamente.” (DIÓGENES LAÉRCIO 7.40).

Como pensadores helenistas, os estoicos defendiam que todo conhecimento humano é, em última instância, “prático”, no sentido de nos informar a melhor maneira de viver nossa vida.¹⁴² Para eles, a finalidade da vida humana é “viver de acordo com a natureza”, sinônimo de “viver conforme a virtude”.¹⁴³ Consequentemente, enquanto parte da filosofia que diz respeito à natureza, a física adquire um significado ético: “o conhecimento do mundo natural não é buscado como um fim em si mesmo, mas como algo que nos capacita a viver de acordo com a natureza”.¹⁴⁴

A doutrina física se divide em tópicos relativos aos corpos, aos princípios, aos elementos, aos deuses, aos limites, ao lugar e ao vazio.¹⁴⁵ Segundo a análise de Jacques Brunschwig (2006: 231), todos esses princípios compartilham claramente um aspecto comum: o de serem, em algum sentido, primários. Nesse sentido, embora tais tópicos pertençam “oficialmente” ao domínio da física, é possível conectar certas teorias estoicas a um tipo de estudo que mais tarde será chamado de “ontologia”:

¹⁴² Cf. WHITE 2006: 169.

¹⁴³ Τέλος ... τὸ ὁμολογουμένως τῇ φύσει ζῆν, ὅπερ ἐστὶ κατ’ ἀρετὴν ζῆν (DIÓGENES LAÉRCIO 7.87).

¹⁴⁴ WHITE 2006: 143.

¹⁴⁵ DIÓGENES LAÉRCIO 7.132.

Os estoicos tinham em alta conta a caracterização, definição e classificação do estatuto ontológico dos itens que tinham algum papel a desempenhar em sua filosofia, ... e isso não apenas a propósito de itens físicos tais como corpos, mas também a propósito de itens éticos (tais como a virtude e os bens) e lógicos (tais como os predicados e as proposições). Seus pensamentos a respeito não menos de problemas lógicos e éticos que de problemas físicos têm conexões com muitos de seus conceitos e teorias “ontológicas”.¹⁴⁶

O aspecto mais importante da “ontologia” estoica é que, *stricto sensu*, ela reconhece como seres genuinamente existentes (τὰ ὄντα) apenas os corpos (σώματα). A base desse pensamento está em considerar que é corpóreo não apenas “tudo o que tem três dimensões” (DIÓGENES LAÉRCIO 7.135), mas principalmente em tomar como critério de existência os dois princípios (ἀρχαί) fundamentais: a capacidade de agir (τὸ ποιῶν) ou ser afetado (τὸ πάσχον). Essa noção permite aos estoicos conceder o selo de existência plena também a entidades que não são obviamente corpóreas, às vezes até imperceptíveis, como os deuses, a alma, as virtudes e as qualidades em geral; para os estoicos, todas elas são

¹⁴⁶ BRUNSCHWIG 2006: 232.

corpos, uma vez que satisfazem o critério ação-paixão.¹⁴⁷ Por outro lado, os estoicos não forçavam tudo o que eles reconheciam como real a entrar na categoria dos corpos plenamente existentes. Sua “ontologia” contém itens que, ainda que não sejam “seres” (τὰ ὄντα), tampouco são nada: são os chamados incorpóreos (ἀσώματα) – o lugar, o vazio, o tempo e os “dizíveis” (λεκτά).¹⁴⁸ Consequentemente, o gênero supremo já não é o “ser” (τὸ ὄν), como em Platão e Aristóteles, mas o “algo” (τό τι), “único aspecto comum entre os corpos e os incorpóreos”.¹⁴⁹

Além dessa dimensão classificatória, a teoria estoica também constava de uma parte estratificatória, que parece aplicar-se basicamente aos corpos: a doutrina dos “gêneros primeiros” estoicos – substratos ou substâncias (ὑποκείμενα), qualificados (ποιά), dispostos de certa maneira (πῶς ἔχοντα) e dispostos de certa maneira em relação a algo (πρὸς τι πῶς ἔχοντα).¹⁵⁰ Vê-se que o

¹⁴⁷ Cf. BRUNSCHWIG 2006: 234-5.

¹⁴⁸ Segundo J. Brunschwig (2006: 236), os três primeiros são, *grosso modo*, condições para os processos físicos; já o *lektón*, fundamental para nosso estudo, parece estar ligado à filosofia da linguagem, e será discutido mais adiante.

¹⁴⁹ BRUNSCHWIG 2006: 244.

¹⁵⁰ Cf. BRUNSCHWIG 2006: 251-2. Uma vez que não se sabe que nome os próprios estoicos usavam, esse autor adota de Simplicio a designação “gêneros primeiros”, mas lembra que essa mesma teoria é muito conhecida como a das “categorias estoicas”, dado que já na Antiguidade se acreditava que ela respondia às mesmas questões que a teoria platônica dos “gêneros supremos” e, principalmente, a das “categorias” de Aristóteles. Os comentadores modernos, contudo, costumam evitar essa denominação.

esquema não é taxionômico; exceto no primeiro caso, todos são adjetivos ou participios sem apoio, de modo que os “qualificados” (e não as “qualidades”) são substâncias qualificadas, os “dispostos de certa maneira” são substâncias qualificadas dispostas de certa maneira, e assim por diante, demonstrando um caráter essencialmente inclusivo. Assim, os gêneros se apresentam “como quatro aspectos ontológicos, cada vez mais concretos, complexos e completos, sob os quais um dado ser pode ser descrito”.¹⁵¹

A utilidade desses gêneros era evidente para a resolução de diversos problemas ligados à análise da mudança e da identidade no contexto de uma ontologia baseada em corpos. A inovação dos estoicos é precisamente considerar que as qualidades são corpos na medida em que são causas *ativas* pelas quais uma coisa existente é isto ou aquilo, na medida em que a matéria é precisamente o “ser não qualificado” (ἄποιος οὐσία). Como toda teoria corporalista, a doutrina estoica enfrenta uma dificuldade famosa: se tudo é concebido como simples massa bruta de matéria, um homem que come seu almoço deixa de ser o mesmo homem. Ora, essa objeção atinge não apenas o aspecto material, mas também a qualidade, pois

¹⁵¹ BRUNSCHWIG 2006: 252.

um novo homem evidentemente não é mais o mesmo, o que colocaria em risco muitas de nossas instituições cotidianas baseadas na identidade e na capacidade de sofrer mudanças sem deixar de ser o que é. Em outras palavras,

uma qualidade comum tal como a humanidade [isto é, comum ao homem antes do almoço e ao “outro” homem após o almoço] ... não basta para fazer de algo um ser idêntico a si mesmo no correr do tempo; ... é preciso introduzir um outro tipo de qualidade, a “qualidade própria” (ιδία ποιότης), que faz com que uma coisa seja uma “coisa propriamente qualificada” (ιδίως ποιόν), que é e que absolutamente nenhuma outra coisa é.¹⁵²

O terceiro gênero também cumpre, ao lado do critério atividade-passividade, um papel na corporalização de itens cuja corporeidade não é óbvia: se um ser pode ser descrito como corpo disposto de certa maneira, esse ser também será um corpo. Um exemplo típico para os estoicos é o punho cerrado: não é exatamente a mesma coisa que uma mão, nem algo completamente diferente, mas apenas uma mão disposta de certa maneira; logo, se a

¹⁵² BRUNSCHWIG 2006: 253.

mão é um corpo, o punho cerrado também é um corpo.¹⁵³ Em contrapartida, seguindo com o mesmo exemplo, o que faz do punho o que ele é não é uma qualidade corpórea presente nele (isto é, uma certa “punhicidade”), mas apenas uma disposição particular de um certo ser qualificado (a mão). Introduz-se assim uma distinção entre diferentes tipos de “qualificados”:

um “qualificado” (ποιόν) é atribuído ao segundo gênero se seu caráter é um estado disposicional não necessariamente permanente, mas altamente durável: tais aspectos requerem a presença de uma ποιότης causalmente ativa no sujeito (e.g. a prudência no homem prudente). Sentidos mais amplos de qualificado remetem a estados temporários e instáveis (e.g. um homem exibindo um punho) e até movimentos ou processos (e.g. um homem correndo): nenhuma dessas caracterizações demanda uma causa corpórea, e as coisas assim caracterizadas podem contar como “disposto de certa maneira” e ser inseridas no terceiro gênero, desde que sejam *katà diaphorán* (isto é, quando há uma diferença *intrínseca* em alguma coisa ser ou não ser qualificada nesses sentidos amplos).¹⁵⁴

¹⁵³ Cf. BRUNSWIG 2006: 235.

¹⁵⁴ BRUNSWIG 2006: 255.

Por sinal, isso é o que distingue o terceiro do quarto gênero, o dos “dispostos de certa maneira em relação a algo” (πρὸς τι πῶς ἔχοντα); como o nome indica, eles são “relativos”, ou mais precisamente relativos que não são *katà diaphorán*, isto é, que podem ter ou não ter relação com algo sem que isso implique numa mudança intrínseca sobre eles (e.g. o fato de eu estar à direita de alguém pode se alterar sem que eu me mova, desde que esse alguém o faça). Essa caracterização ganha importância quando se observa a afirmação, testemunhada por Plutarco, de Crisipo: “o mundo é um corpo completo, mas suas partes não são completas, porque estão dispostas de certa maneira em relação ao todo (πρὸς τὸ ὅλον πῶς ἔχειν), não sendo por si mesmas (μὴ καθ’ αὐτά)”.¹⁵⁵ Tal descrição do mundo como estrutura solidária “transcende” a tripartição lógica-ética-física: “ela encontra aplicação – e possivelmente origem – em cada um desses campos”.¹⁵⁶ Na ética figuram os “deveres” (κατήκοντα) ocasionados, por exemplo, por nossas relações familiares, civis ou religiosas. Na lógica, por outro lado, a pertinência é certa, embora controversa; tentaremos observar as

¹⁵⁵ PLUTARCO *De stoicorum repugnantiis* 1054.F (*apud* BRUNSCHWIG 2006: 256).

¹⁵⁶ BRUNSCHWIG 2006: 257.

questões principais referentes à relação entre esses gêneros primeiros e a definição das partes do *lógos*.

Com efeito, algumas tentativas foram feitas no sentido de se identificar os “gêneros primeiros” estoicos com sua classificação das partes do *lógos*: à qualidade, os nomes; à disposição, o verbo; à disposição relativa, a conjunção ou mesmo o verbo transitivo; por fim, ao sujeito, o artigo (porque compreende o pronome).¹⁵⁷ O caso dos nomes sem dúvida é bastante evidente; a distinção entre o nome (ὄνομα) e a denominação (προσηγορία) parece se referir claramente à distinção interna ao segundo gênero: ambos significam a “qualidade” (ποιότητα) que, aplicada a um substrato (ὑποκείμενον), o transforma em um qualificado (ποιόν). Porém, essa abordagem se torna menos simples no caso das outras partes: suas definições não sugerem uma identificação imediata. É preciso compreender melhor a lógica estoica para verificar o quanto de ontologia existe na partição do *lógos*.

¹⁵⁷ Cf. especialmente LLOYD 1971. Este autor constata certa instabilidade na divisão da dialética em estudo do significante e do significado, que sugere um isomorfismo entre o *lektón* e a *léxis* provavelmente relacionada à crença estoica numa relação *natural* entre a matéria sonora da linguagem e aquilo que ela significa, isto é, entre os nomes e as coisas; com isso, interpreta as “categorias” como categorias lógicas (o substrato, para Lloyd, é “exatamente a categoria do sujeito”, p. 67). Em contrapartida, a interpretação de F. Ildefonse, que seguimos aqui, procura enfatizar a divisão do estudo dialético, de modo a intermediar qualquer associação de significantes com referentes (no caso, com as categorias ontológicas) pelo estudo dos significados; além disso, sua compreensão das categorias como forma de organizar a informação sobre o real, como veremos, se aproxima da abordagem estratificatória proposta por J. Brunschwig.

Já dissemos que os estoicos consideravam que a vida virtuosa era conforme a natureza. Esta compreende não apenas o mundo físico exterior ao indivíduo, mas também nossas naturezas individuais, que são parte da natureza universal, a qual se encontra submetida à reta razão (ὀρθὸς λόγος), que é idêntica ao próprio Zeus, o ser que guia e governa todos os seres.¹⁵⁸ Nesse sentido, “a vida de acordo com a natureza torna-se corretamente a vida de acordo com a razão”, mas é “somente com o estudo da dialética que o sábio poderá raciocinar sem cair em erro”.¹⁵⁹ De fato, o diferencial dos animais racionais (λογικοί) em relação aos outros animais é que, se estes têm uma disposição natural de seguir o impulso (ὁρμή), aqueles receberam a razão “aperfeiçoadora do impulso” (λόγος ... τεχνίτης τῆς ὁρμῆς) com vistas a uma conduta mais perfeita (DIÓGENES LAÉRCIO 7.86). A certeza de que é possível “refinar e aperfeiçoar nossa compreensão do mundo, substituindo nossas opiniões falsas por opiniões verdadeiras, ... demanda uma epistemologia poderosa”,¹⁶⁰ o que nos insere diretamente no terreno da lógica.

¹⁵⁸ Cf., respectivamente, DIÓGENES LAÉRCIO 7.47 e 87-8.

¹⁵⁹ Cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.86.

¹⁶⁰ HANKINSON 2006: 65.

Uma das características mais importantes da lógica estoica é que ela abriga sistematicamente todos os tipos de *lógos*. A subdivisão mais aceita distingue dois campos de estudo: retórica e dialética. A primeira é “a ciência do falar bem por meio de uma exposição detalhada”, ao passo que a segunda é “a ciência do discutir corretamente por meio de perguntas e respostas” ou, “segundo Posidônio, a ciência do que é verdadeiro, do que é falso e do que não é nem um nem outro; já segundo Crisipo, ela diz respeito ao significante e ao significado”.¹⁶¹ Cada uma dessas definições remete para um aspecto da lógica estoica; comecemos pela parte que se refere ao significante.

Para chegar ao significante (σημαῖνον), os estoicos iniciam a pesquisa dialética abordando a linguagem no nível do material sonoro – a voz (φωνή) –, que recebe um tratamento com base em recortes sucessivos de modo a identificar sua espécie racional (λογική, i.e. humana). Definida genericamente como “ar percutido, objeto da audição”,¹⁶² a voz humana se distingue da voz animal por

¹⁶¹ Cf., respectivamente, DIÓGENES LAÉRCIO 7.42 e 7.62.

¹⁶² Jacques Brunschwig (2006: 235) observa que essa definição de voz, baseada, de um lado, numa estrutura em que o nome de um corpo é seguido de uma menção ao modo como esse corpo está disposto (“ar percutido”), e de outro, na referência ao princípio ativo (“a voz de quem fala produz um efeito em quem ouve”, DIÓGENES LAÉRCIO 7.56) é um bom exemplo de aplicação das duas táticas estoicas que permitem considerar corpóreos certos seres cuja corporeidade não é

não ser produzida por um simples impulso (ὕπὸ ὀρμῆς), mas por ser “articulada e emitida a partir do pensamento” (ἔναρθρος καὶ ἀπὸ διανοίας ἐκπεμπομένη 7.55). O fato da articulação é o que permite identificar um tipo específico de voz, a dicção (λέξις), definida como “voz passível de ser escrita, como *dia*” (φωνὴ ἐγγράμματος, οἷον ἡμέρα 7.56). A origem no pensamento permite identificar um tipo específico de voz articulada, o enunciado (λόγος), definido como “voz significante emitida pelo pensamento, como *é dia*” (φωνὴ σημαντικὴ ἀπὸ διανοίας ἐκπεμπομένη, οἷον ἡμέρα ἐστὶ 7.56). Estabelece-se assim uma espécie de hierarquia, em que o primeiro conjunto (φωνή) contém o segundo (λέξις) e este o terceiro (λόγος), o mais específico, que comporta a significação. De fato,

a voz e a dicção são diferentes: enquanto a voz é simples som, a dicção é sempre articulada. A dicção é diferente do enunciado, porque o enunciado é sempre significante, a dicção pode não ser. ... Também enunciar (λέγειν) é diferente de pronunciar (προφέρεισθαι), pois o que se pronuncia são sons, e o

evidente. Além disso, há indícios de que essa fórmula seja uma “inversão consciente das descrições de Platão e Aristóteles do som vocal como ‘um sopro de ar’ (*Timeu* 67.b, *De anima* 420.b.29)”.

que se enuncia são as coisas (πράγματα), ao menos aquelas que são enunciáveis (λεκτά).¹⁶³

Observa-se (aqui também) um paralelismo na constituição dos dois níveis. Se, de um lado, o fato da articulação implica em elementos articuláveis (τῆς λέξεως στοιχεῖα, 7.56-7) que constituem a dicção – as 24 letras do alfabeto grego –, de outro a significação implica em elementos significantes que constituem o enunciado: as cinco “partes do *lógos*” (τοῦ λόγου μέρη πέντε 7.57) – nome (ὄνομα), denominação (προσηγορία), verbo (ῥῆμα), conjunção (σύνδεσμος) e artigo (ἄρθρον) –, cujas definições apresentamos no início desta seção.

Eis um primeiro distanciamento com relação ao tratamento aristotélico. Se na *Poética* tínhamos um nível da “expressão” (λέξις) cujas partes podiam ser ou não ser significantes, entre os estoicos esse nível se limita à possibilidade de articulação e representação escrita: isolada, uma forma como *dia* ainda não participa da significação; porém, ela se torna significativa assim que é inserida no enunciado *é dia*: nesse momento, ela passa de simples dicção a parte do enunciado. Nesse sentido, o enunciado não é mais “uma

¹⁶³ DIÓGENES LAÉRCIO 7.57.

composição significante formada por partes significantes”; ao contrário, como no *Sofista*, as partes só são significantes na medida em que compõem um todo significante, que é o enunciado. E o que caracteriza o enunciado é o fato de enunciar coisas “enunciáveis”. Chegamos assim ao cerne da dialética estoica, a noção de λεκτόν, que remete ao estudo das “coisas significadas” (σημαινόμενα).

Para chegar ao significado, os estoicos partem da concepção de um “pensamento naturalmente loquaz, que exprime pelo discurso o que recebe da representação”¹⁶⁴ e que, assim como os impulsos no âmbito da ética, precisa ser estabilizado corretamente sob a forma de proposição e ligação de proposições.¹⁶⁵

A representação (φαντασία) é o ponto de partida, o primeiro contato da alma com o mundo, a forma pela qual aquela é por este afetada. Quando a representação “deriva de um existente e está de acordo com esse existente” (DIÓGENES LAÉRCIO 7.46), tem-se uma representação compreensiva (καταληπτική), que alguns estoicos

¹⁶⁴ ἡ δῖα νοῖα ἐκλαλητικὴ ὑπάρχουσα, ὃ πάσχει ὑπὸ τῆς φαντασίας, τοῦτο ἐκφέρει λόγῳ (DIÓGENES LAÉRCIO 7.49).

¹⁶⁵ Cf. ILDEFONSE 1997: 126. Segundo Diógenes Laércio, os estoicos definem a seriedade como “a capacidade de submeter a apresentação à reta razão” (DIÓGENES LAÉRCIO 7.47).

estabelecem como critério da verdade (7.54). Porém, se a compreensão (κατάληψις) pode se formar tanto pela sensação (αἰσθήσει) – é o caso “das coisas brancas, pretas, ásperas, macias” – quanto pela razão (λόγῳ) – como no caso “das deduções por demonstração, como os deuses existirem” (7.52) –, também a representação pode se formar através dos órgãos sensoriais (δι’ αἰσθητηρίων) ou através do pensamento (διὰ τῆς διανοίας), “como é o caso dos incorpóreos e de outras coisas concebidas pela razão (λόγῳ)” (7.51). Emerge assim, ao lado da representação compreensiva, uma representação racional ou lógica (λογική), “característica dos animais racionais e ... relacionada ao pensamento (νόησις)” (7.51).¹⁶⁶

O testemunho de Sexto Empírico, filósofo cético contemporâneo de Diógenes Laércio, permite compreender melhor a essa representação lógica. Segundo ele, algumas representações são prováveis (“como o fato de agora ser dia e de eu estar falando, entre outras que são igualmente evidentes”), outras improváveis (“às quais recusamos nosso assentimento, como ‘se está escuro, então é dia’”), outras tanto prováveis quanto improváveis (como certos

¹⁶⁶ “Os estoicos dizem que as partes da alma são oito: os cinco sentidos, o princípio criador, a parte relativa à fala (τὸ φωνητικόν) e a parte relativa à razão (τὸ λογιστικόν)”.

enunciados problemáticos), algumas nem prováveis nem improváveis (coisas como “as estrelas são em número par”). Em seguida, tem-se que, das representações prováveis (πιθαναί), são verdadeiras “aquelas segundo as quais se produz uma predicação verdadeira (ἀληθῆ κατηγορίαν), como ‘é dia’ acerca deste momento”; falsas são “aquelas segundo as quais se produz uma predicação falsa (ψευδῆ κατηγορίαν), como que o remo entorta dentro d’água”. Por fim, representações verdadeiras são compreensivas (καταληπτικαί) quando “são formadas a partir de um existente e em conformidade com esse existente ... e reproduzem artisticamente (τεχνικῶς) todas as suas características, de modo que não poderia provir de algo não existente”.¹⁶⁷

Tal configuração destaca a base sensível da dialética estoica, que nesse caso a aproxima de Aristóteles. Por outro lado, os exemplos de representação fornecidos por Sexto Empírico são todos situações (“é dia”, “estou falando”), quando não raciocínios demonstrativos (“se está escuro, então é dia”). Segundo F. Ildefonse, tais exemplos apontam para “o conteúdo situacional da representação”, que é específico dos estoicos:

¹⁶⁷ Cf. *Adversus mathematicos* 7.242-9.

eu não tenho uma representação de um corpo ou de uma ação, e sim imediatamente a representação de uma situação, isto é, de uma certa ligação entre um corpo e uma ação, de um corpo afetado de certa maneira. Quer dizer, o conteúdo da representação é um conteúdo imediatamente proposicional: ... a representação contém em si todas as informações que a proposição desenvolverá no campo da discursividade efetiva.¹⁶⁸

É precisamente na passagem entre a representação e o discurso que se insere o “enunciável” (λεκτόν), que é “o que resulta de uma representação lógica” (DIÓGENES LAÉRCIO 7.63), definida como “aquela segundo a qual se pode apresentar discursivamente o objeto da representação” (SEXTO EMPÍRICO 8.70). Sua importância para a lógica estoica é incontestável: é no âmbito do enunciável que se localiza a verdade e a falsidade do enunciado. Segundo o testemunho de Sexto Empírico, os estoicos distinguiam três itens “associados”: (1) o som vocal (φωνή), que é “o que significa” (σημαῖνον); (2) o objeto externo (τὸ ἐκτὸς ὑποκείμενον), que é “o que existe” (τυγχάνον); e (3) a coisa (πρᾶγμα) que, “tornada manifesta” (δηλούμενον) pelo som vocal, é “o que é significado” (σημαινόμενον), “que apreendemos conforme subsiste junto ao

¹⁶⁸ ILDEFONSE 1997: 130-1.

nosso pensamento, ao passo que os bárbaros apenas ouvem o som mas não compreendem”.¹⁶⁹ Desses três itens, a voz e o objeto são corpóreos; o terceiro (“a coisa significada e enunciável”, τὸ σημαϊνόμενον πρᾶγμα καὶ λεκτόν) é incorpóreo, e é ele que pode ser verdadeiro ou falso.

Porém, isso só vale para enunciáveis completos (αὐτοτελῆ), particularmente para um tipo específico de enunciável completo, a proposição (ᾠζίωμα):

Uma proposição é o que é verdadeiro ou falso, ou ... como diz Crisipo, ... é o que contém em si uma negação ou afirmação, por exemplo, “é dia”: ... aquele que diz “é dia” demonstra assumir ser dia; se for dia, a proposição é verdadeira; se não for, é falsa. (DIÓGENES LAÉRCIO 7.65)

Em contrapartida, existem também enunciáveis parciais ou incompletos (ἐλλιπῆ), que são os chamados “predicados” (κατηγορήματα):

¹⁶⁹ SEXTO EMPÍRICO 8.11-2. Para Marc Baratin e Françoise Desbordes (1981: 31), “a análise dos significados é correlativa de um estudo dos conteúdos de pensamento (πράγματα), que se tornam significados quando se incorporam em um significante” (= BARATIN 1989^A: 194-5). Nesse sentido, os três itens se associariam da seguinte maneira: o conteúdo de pensamento (πρᾶγμα), por poder ser conteúdo virtual do enunciado, é um enunciável (λεκτόν); este, quando se realiza efetivamente no enunciado, isto é, quando se incorpora no significante, passa a constituir um significado (σημαινόμενον).

Predicado é o que se diz de algo, ou ... é uma coisa construída a respeito de um ou muitos algos, ou ainda, é um enunciável incompleto que, construído com um caso reto, dá origem a uma proposição.¹⁷⁰

Há uma evidente correspondência entre o predicado e o verbo. Este foi definido como “parte do *lógos* que significa um predicado não composto” ou, nas palavras de outros, “que significa algo construído a respeito de um ou muitos algos”. Essa aproximação é reforçada pela tipificação dos predicados, baseada no critério da construção: “retos” (ὀρθά) quando se constróem (συντασσόμενα) com um dos casos oblíquos, como ‘ouve’, ‘vê’ (ἀκούει, ὁρᾷ); “invertidos” (ὑπτια) quando se constróem com uma partícula passiva (τῷ παθητικῷ μορίῳ), como ‘sou ouvido’, ‘sou visto’ (ἀκούομαι, ὁρῶμαι); “neutros” (οὐδέτερα), quando não se dispõem dos dois modos (τὰ μηδετέρως ἔχοντα), como ‘pensar’, ‘passar’ (φρονεῖν, περιπατεῖν); por fim, há predicados reflexivos (ἀντιπεπονθότα), que estão entre os invertidos mas são atividades

¹⁷⁰ Ἔστι δὲ τὸ κατηγορήμα τὸ κατὰ τινος ἀγορευόμενον ἢ πρᾶγμα συντακτὸν περὶ τινος ἢ τινῶν, ὡς οἱ περὶ Ἀπολλόδωρόν φασιν, ἢ λεκτὸν ἐλλιπὲς συντακτὸν ὀρθῇ πτώσει πρὸς ἀξιώματος γένεσιν (DÍOGENES LAÉRCIO 7.64).

(ἐνεργήματα), como ‘[ir] cortar o cabelo’ (κείρεται).¹⁷¹ De fato, não apenas os exemplos são todos constituídos por verbos, como a própria diferença entre predicados retos e invertidos se dá pelo acréscimo de uma partícula, ou seja, por uma marca formal.

Porém, os estudiosos têm evitado ver aí uma total identificação do predicado com o verbo. Ao contrário, a caracterização do predicado em função de categorias verbais serve para “ênfatar a unidade do predicado através de suas realizações formais, ou seja, através da diversidade morfológica e sintática do verbo, mas sem se identificar com ele”.¹⁷² Em outras palavras, se a definição do verbo remete à teoria dos predicados, ela

estabelece uma ligação entre eles ao separá-los um do outro enquanto significante e significado, na medida em que o verbo, longe de ‘ser’ o predicado, apenas ‘significa’ um predicado não composto. ... A distinção nítida entre o estudo dos significados e o estudo dos significantes sugere que não se passe ao largo das nuances que os estoicos preservavam.¹⁷³

¹⁷¹ A análise estoica dos predicados será convertida na análise gramatical dos tipos (*genera*) de verbo, também chamados de “significações” (*significationes*), o que sugere a origem da análise gramatical no estudo dos significados (Cf. adiante, p. 167-71).

¹⁷² BARATIN & DESBORDES 1981: 32 (= BARATIN 1989^A: 195). Cf. FLOBERT 1981: 26-7.

¹⁷³ ILDEFONSE 1997: 152. Esta autora afirma que é possível interpretar essa relação como uma relação hierárquica de subordinação da economia do significante pela economia do significado, e que é precisamente o abandono ou a inversão

Com isso, dada correspondência entre as duas definições de verbo, que apontam ambas para definições do predicado, podemos inferir que o verbo entre os estoicos é definido segundo um critério *lógico-funcional*, na medida em que “a propriedade se relaciona com termos teóricos da lógica”.¹⁷⁴

Além disso, a distinção estoica entre enunciáveis completos e incompletos se liga a um recorte do enunciado (λόγος) enquanto forma significativa. Assim como este se forma a partir de “partes” constituintes, também o significado se forma por *combinação*, a partir de um “predicado incompuesto” que recebe a junção de um caso oblíquo para produzir um enunciável incompleto que, por sua vez, ao se combinar com um caso reto, adquire a completude necessária para ser verificável quanto a sua verdade ou falsidade. Nesse sentido, a determinação da completude, por um lado, estabelece o privilégio da proposição sobre o predicado, pois apenas no âmbito da primeira se pode reconhecer o verdadeiro e o falso, objetivo primeiro da dialética. Aqui os estoicos parecem se alinhar à doutrina da combinação platônica (συμπλοκή), criticando a

dessa distinção que será o ato inaugural da gramática, na medida em que as análises minuciosas da teoria dos predicados (no âmbito do significado) serão transportadas para a teoria das partes da oração (no âmbito do significante).

¹⁷⁴ AUROUX 1988: 111.

anterioridade dos constituintes tipicamente aristotélica, crítica essa que encontra uma justificativa física:

ao primado dos nomes e verbos – significantes respectivamente das naturezas ou substâncias e das ações e paixões – se opõe a concepção estoica do dado da percepção como situação imediata: o que se apreende é sempre um corpo afetado de certa maneira, ou seja, uma situação.¹⁷⁵

A correspondência entre os exemplos de representação verdadeira (“aquela segundo a qual se produz uma predicação verdadeira, como ‘*é dia*’ acerca deste momento”, SEXTO EMPÍRICO 7.244), de proposição verdadeira (“aquele que diz ‘*é dia*’ demonstra assumir ser dia; se for dia, a proposição é verdadeira”, DIÓGENES LAÉRCIO 7.65) e de enunciado (“voz significativa emitida pelo pensamento, por exemplo, ‘*é dia*’”, DIÓGENES LAÉRCIO 7.56) parece suficientemente eloquente.

Por outro lado, em nenhum momento o caso (πτῶσις) comparece na teoria como “parte do enunciado”, o que demonstra uma crítica à simetria entre o nome e o verbo presente em Platão e Aristóteles e determina o privilégio do predicado na composição do

¹⁷⁵ IDEFONSE 1997: 150.

dito completo, constituindo agora seu “núcleo fundamental”,¹⁷⁶ isto é, “o núcleo dinâmico da expressão aplicável, significativo da limitação de nosso conhecimento apenas às maneiras de ser”.¹⁷⁷ Desse modo, “o predicado passa a ser caracterizado positivamente, podendo ser simplesmente identificado a partir de um elemento quase constante, o verbo, que apresenta a vantagem de ser morfológicamente identificável”.¹⁷⁸ Além disso, a “sintaxe” dos enunciáveis parece indicar uma suspensão da análise lógica da verdade e da falsidade pela análise da completude e da incompletude; nesse sentido, “o enunciado se encontra pela primeira vez isolado de suas condições de verdade, de modo que ... é possível falar agora de *oração*, e não apenas de *enunciado*: de fato, é uma oração que se aprende a construir”.¹⁷⁹

O texto de Diógenes Laércio prossegue com a análise das proposições, que ajudará a esclarecer o papel da conjunção.

As proposições podem ser simples ou não simples. As simples são classificadas em sete espécies: negativa (ἀποφατικόν),

¹⁷⁶ Cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 32.

¹⁷⁷ ILDEFONSE 1997: 150.

¹⁷⁸ BARATIN & DESBORDES 1981: 33.

¹⁷⁹ ILDEFONSE 1997: 150. A autora insiste, porém, que a autonomia dessa dimensão sintática ainda não diz respeito a uma disciplina distinta, pois “é parte integrante da lógica estoica e diz respeito ao estudo dos significados”.

como “não é dia”; hipernegativa (ὑπεραποφατικόν), como “não não é dia”; denegativa (ἀρνητικόν), como “ninguém caminha”; privativa (στερητικόν), como “este é desumano”; indefinida (ἀόριστον), como “alguém caminha”; categórica (κατηγορικόν), como “Díon caminha”; e categorêutica (καταγορευτικόν), como “este caminha”.¹⁸⁰ Uma classificação alternativa das proposições simples é apresentada por Sexto Empírico (96-7), que chama de proposições *definidas* (ὠρισμένα) as que “são pronunciadas de maneira indicativa” (δειξιν), isto é, “indicando alguém em particular”, como ‘este caminha’, ‘este está sentado’; *indefinidas* (ἀόριστα) quando predomina uma partícula indefinida, como ‘alguém está sentado’; e *intermediárias* (μέσα) proposições como ‘[um] homem está sentado’, ‘Sócrates caminha’. Os exemplos desse último tipo atestam, segundo Jacques Brunschwig (1986: 299), que o nome próprio e a denominação, significantes respectivos da qualidade própria e da qualidade comum, não são suficientes para a determinação do indivíduo, ambos necessitando do artigo na posição anafórica. Mesmo que o artigo (ἄρθρον) não seja mencionado nenhuma outra vez por Diógenes Laércio, talvez seja

¹⁸⁰ Cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.68-70.

possível relacionar a uma correspondente determinação ontológica o critério *metalinguístico* presente na definição (“determinar o gênero e o número dos nomes”, διορίζον τὰ γένη τῶν ὀνομάτων καὶ τοὺς ἀριθμούς).

As proposições não simples, por sua vez, são classificadas de acordo com a conjunção que liga as proposições: a condicionada (συνημμένον) é formada por meio da conjunção condicional “se” (διὰ τοῦ “εἰ” συναπτικοῦ συνδέσμου), a qual presume que a segunda é consequência da primeira, como “se for dia, há luz”; a paracondicionada (παρασυνημμένον) é baseada na conjunção ἐπεὶ (“se”), a qual presume tanto que a segunda é consequência da primeira quanto que a primeira é realmente fato, como “se é dia, há luz”;¹⁸¹ a copulada (συμπεπλεγμένον) se baseia em conjunções copulativas (συμπλεκτικῶν), como “é dia e há luz”; a disjunta (διεξευγμένον) se baseia na conjunção disjuntiva ἢτοι (“ou”) e presume que uma das proposições é falsa, como “ou é dia ou é noite”; a causal (αἰτιῶδες) é a proposição construída por meio de διότι (“porque”), como “porque é dia, há luz”, indicando que a primeira é causa da segunda; por fim, uma proposição indicativa do

¹⁸¹ Repare que, em português, a distinção é feita não pela conjunção, mas pelo modo do verbo.

mais é construída a partir da conjunção μᾶλλον (“mais”) associada a ἢ (“do que”), como “é mais dia do que noite”, e uma proposição indicativa do menos (ἥττον) é o contrário dela, como “é menos noite do que dia”.¹⁸²

Tal classificação ajuda a entender o principal critério de definição da conjunção, como “parte do *lógos* que conecta partes do *lógos*”: se sua função é conectar (συνδοῦν), o critério é lógico-funcional. Por outro lado, poder-se-ia ficar intrigado com o fato de a definição se referir a partes do *lógos*, ao passo que os exemplos da classificação acima sugerem que se trata de uma conexão entre proposições. A resposta pode estar na sequência do texto, em que se descreve novamente o *lógos*, agora dentro do estudo dos significados: “O *lógos* é constituído de premissa maior, premissa menor e conclusão, como *Se é dia, há luz. É dia. Então, há luz*”.¹⁸³ Nesse sentido, as “partes do *lógos*” que a conjunção conecta podem ser, além daquelas cinco definidas no âmbito do estudo da voz, também essas três definidas pelo estudo dos significados e que consistem claramente em proposições.

¹⁸² Cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.69-72.

¹⁸³ Λόγος δὲ ἐστὶν ... ἐκ λήμματος καὶ προσλήψεως καὶ ἐπιφορᾶς οἷον ὁ τοιοῦτος, “εἰ ἡμέρα ἐστὶ, φῶς ἐστὶ· ἡμέρα δὲ ἐστὶ· φῶς ἄρα ἐστὶ” (DIÓGENES LAÉRCIO 7.76).

Essas rápidas considerações acerca da lógica estoica nos permitem retornar à questão dos gêneros primeiros. Mais que isso, o recurso às “categorias” estoicas lançará novas luzes sobre o modo como os estoicos concebiam a formulação de enunciados rigorosos destinados a “dar conta do cosmos pelo encadeamento regrado das proposições”,¹⁸⁴ objetivo máximo de toda lógica.

Segundo Frédérique Ildefonse (1997:228), as categorias estoicas não parecem corresponder a uma divisão ontológica da realidade segundo o esquema de gêneros e espécies; para a autora, o agenciamento categorial se apresenta como “um sistema de questionamentos sucessivos ... que, progredindo do indeterminado ao determinado, aspira a uma restituição otimizada de uma situação dada por representação”. Em outras palavras,

a interrogação categorial tem por fim reunir todas as informações sobre uma dada situação, de maneira a compor, numa sucessão rigorosa, um enunciado completo cuja precisão seja ótima, igualando-se, por uma determinação sucessiva e composta, a determinação imediata da *deîxis* que estabeleceu sua ancoragem sensível.¹⁸⁵

¹⁸⁴ ILDEFONSE 1997: 225.

¹⁸⁵ ILDEFONSE 1997: 233.

Nesse sentido, pode-se falar numa combinação de três determinações distintas para a tarefa lógica. A primeira determinação, dêitica, ponto de ancoragem sensível de toda representação verdadeira, dá origem a uma tentativa de apreensão pelo enunciado, que se efetua conforme a segunda determinação, a sintaxe dos *lektá*, que estabelece a proposição como critério a partir da noção de completude e incompletude e da tipologia dos predicados. Como forma de organizar essa relação, a terceira determinação, “categorial”, permite interligar a cena perceptiva e sua rede causal complexa, partindo do evidente (δῆλον) para determinar o não-evidente (ἄδηλον) na cena do mundo.¹⁸⁶ E aqui é possível, se não estabelecer uma correspondência direta entre a ordem das categorias e a ordem das partes do *lógos*,¹⁸⁷ ao menos elucidar de que forma o significado dessas partes comparece para responder a cada uma das questões.

Seguindo a interpretação de Frédérique Ildefonse (1997: 224-242), a primeira questão categorial designa a ancoragem dêitica, cuja máxima determinação física corresponde à mínima

¹⁸⁶ Cf. ILDEFONSE 1997: 234.

¹⁸⁷ Para F. Ildefonse (1997: 235) isso seria bastante redutor, tendo em vista que cada categoria corresponde a um tipo de enunciado.

determinação lógica, servindo apenas para delimitar um existente: o ὑποκείμενον, substrato material não qualificado, suporte e lugar de qualidades e maneiras de ser, pressuposto necessário de toda representação e de todo enunciado.¹⁸⁸

A segunda é a questão da qualidade, respondida por um enunciado de nomeação ou designação, que expõe uma qualidade própria ou comum por meio do nome ou da denominação. Desse modo, a identidade do corpo considerado se relaciona com sua qualidade própria, mas o questionamento de suas relações com o todo não se limita ao enunciado de sua existência enquanto ser qualificado (ποιόν).

A terceira questão resulta no primeiro enunciado verbal, que descreve o corpo pela maneira como ele está disposto (πως ἔχον): agora o corpo é identificado pela situação em que se encontra. Porém, como vimos, não se trata aqui simplesmente do verbo, mas do sintagma predicativo composto, que compreende o verbo (predicado incompuesto) e o caso oblíquo que fecha a estrutura predicativa.

¹⁸⁸ Essa necessidade aparece já reconhecida em Platão, quando determina a ancoragem do nome (*Teeteto*) sobre uma realidade situacional ("com quem eu falo neste momento") antes de enunciar o segundo elemento da combinação ("vôa") para que o *lógos* possa ser verificado (cf. *Sofista* 263.a.8).

A aplicação desse modelo categorial sobre a construção do *lektón* completo permite compreender com mais clareza a classificação das proposições simples presente em Diógenes Laércio, da negativa à categorêutica (cf. p. 121-2). De fato, essa classificação

parece testemunhar uma reconsideração, por parte dos estoicos, da dicotomia da afirmação e da negação, conforme uma ordem crescente de determinação que segue a interrogação categorial; ... começando pelo mais indeterminado (negação geral da proposição), vai se aproximando pouco a pouco do cerne predicativo (negação do caso do sujeito, negação do predicado) e chega a uma determinação positiva cada vez mais determinada – isto é, desde o *τις* (que pode ser interpretado como a resposta mais indeterminada, não qualificada, à primeira questão categorial), passando pela qualificação comum ou própria (como indica o nome próprio do exemplo), até ao máximo da determinação (a *deíxis*).¹⁸⁹

A interrogação categorial permite assim uma linhagem estoica do enunciado primeiro (*πρῶτος λόγος*) platônico, caracterizada por

¹⁸⁹ IDEFONSE 1997: 238.

uma modulação múltipla da determinação, de modo que, pela teoria dos *lektá* e pela interrogação categorial, podem se construir múltiplos enunciados, hierarquicamente distintos em determinação.

Se o agenciamento das três primeiras categorias produz o enunciado completo, em sua forma canônica, e desvela os laços de causalidade que o articulam, a quarta questão categorial insere aquela situação particular em que o corpo se encontra na totalidade, conforme o modelo conjuntivo do universo. Para apresentar um corpo “disposto de certa maneira em relação a algo” (πρός τι πως ἔχον), o enunciado engaja, no campo da lógica, as determinações ou causalidades secundárias por meio da reunião de proposições simples, garantindo à conjunção um lugar inédito dentro do estudo dos significados, como vimos na classificação das proposições não simples. Além disso, o estudo subsequente da demonstração confere o devido destaque à proposição condicional, transformada em premissa maior, com a qual a situação atual (obtida por representação) se articula em premissa menor, permitindo uma conclusão que garante a passagem do evidente (δῆλον) ao não

evidente (ἄδηλον).¹⁹⁰ Desse modo, a doutrina lógica, através da classificação das proposições não simples e de uma “vocação demonstrativa que faz de cada proposição a premissa de um condicional”,¹⁹¹ é capaz de acessar, no campo da física, o cosmos como combinação dinâmica e lógica de suas partes orgânicas, restituindo assim o encadeamento racional da providência.

¹⁹⁰ Segundo Sexto Empírico, “a demonstração (ἀπὸδείξις) é um enunciado (λόγος) que, a partir de premissas aceitas, revela por dedução uma conclusão não evidente (ἄδηλον)” (8.314).

¹⁹¹ Cf. ILDEFONSE 1997: 242.

CAPÍTULO 5
O *LÓGOS* DA GRAMÁTICA

À era dos grandes sistemas filosóficos sucede um período marcado pela rejeição dos dogmatismos.¹⁹² A partir de meados do século II a.C., o chamado estoicismo médio parece se orientar para o reconhecimento de sua herança filosófica comum com o que podia ser considerado como as três vertentes da tradição socrática: o platonismo, o aristotelismo e o estoicismo.¹⁹³ Em particular, o aristotelismo se manifesta na forma de enciclopedismo, favorecendo análises mais pontuais: entre elas está uma pesquisa relativa especificamente à linguagem.

Por outro lado, essa pesquisa parece ter sido motivada por uma profunda transformação cultural: o advento do helenismo. Sabe-se que as conquistas de Alexandre ampliam a área de influência

¹⁹² Cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 34.

¹⁹³ Cf. SEDLEY 2006: 21-4. Segundo o autor, os maiores representantes desse período foram Panécio (diretor da escola entre 129-110) e Posidônio, dos quais se diz terem feito uso regular dos antigos escritos peripatéticos e platônicos. Esse sincretismo também teve impacto sobre um jovem membro da Academia contemporâneo de Panécio: Antíoco de Áscalon. Representante de uma época em que a Academia ainda se considerava formalmente cética mas se mostrava cada vez mais interessada no desenvolvimento de uma doutrina positiva, Antíoco influenciou grandes intelectualidades da república romana, como Bruto e Varrão. Este, aliás, ilustra com seus escritos o quanto o antiocanismo ajudou a estabelecer a fundamental contribuição do estoicismo à teoria linguística na Antiguidade. Infelizmente não pudemos integrar a este nosso estudo a doutrina varroniana, apesar de sua singularidade e coerência teórica exemplar.

grega no mundo, promovendo a helenização desses territórios através de instituições de pesquisa (bibliotecas e museus) e ensino (escolas): paira sobre tudo um desejo comum de conhecer e cultivar as formas e os valores do imenso patrimônio cultural helênico, preservado sobretudo na forma de manuscritos. De fato, as bibliotecas proporcionavam a reunião de grandes quantidades de textos, que era preciso descrever, classificar e, diante de versões diferentes de um mesmo texto, principalmente (re)estabelecer o texto original (i.e. “correto”) em uma edição crítica: esse era o novo trabalho do “gramático”.¹⁹⁴ Assim, “o conhecimento da ‘letra’ (γράμμα) torna-se o conhecimento das ‘letras’ (γράμματα), isto é, do conjunto de textos escritos”.¹⁹⁵

Esse trabalho de restituição se baseava em um método de comparação de palavras a partir de critérios que permitiam justificar as escolhas textuais consideradas corretas. Consta que o precursor do método da *analogia* foi Aristófanês de Bizâncio (257-180 a.C.), diretor da biblioteca de Alexandria, para quem só poderiam ser

¹⁹⁴ Filólogo era uma outra denominação, empregada possivelmente por Eratóstenes (cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 35). Nesse sentido, poderíamos dizer que a “filologia” deixa de ser um estudo da relação entre o discurso e a realidade, constitutiva do conhecimento (como em Platão), para se tornar o estudo do patrimônio textual, portador do conhecimento constituído (Cf. essa discussão adiante, p. 198 n. 357).

¹⁹⁵ HOLTZ 1981: 4.

comparadas formas que fossem coincidentes quanto ao gênero, o caso, a terminação, o número de sílabas e a acentuação; Aristarco de Samos (216-144 a.C.), seu sucessor na direção da biblioteca, acrescentou o critério da composição.¹⁹⁶ Nota-se claramente a base dessa análise: todos os critérios dizem respeito à linguagem em sua materialidade, ou seja, no âmbito da *phoné*.

Acredita-se que o acúmulo de resultados gerado pela pesquisa filológica tenha evidenciado a existência de regras gerais, independentes do emprego particulares dos autores mas capazes de explicar esses empregos. Essa teria sido a origem dos “sistemas gramaticais” (τέχναι γραμματικάι), como forma de reunir em único tratado tudo o que diz respeito às variações do significante de modo a permitir “julgar as regularidades e irregularidades atestadas nos textos, sem depender da intuição linguística de um indivíduo”.¹⁹⁷ Assim, a partir de uma concepção de gramática como *competência em matéria de textos*, os alexandrinos desenvolvem uma concepção de gramática como *sistema da língua*.¹⁹⁸ Com efeito, essas duas “competências” aparecem interligadas em um testemunho (crítico,

¹⁹⁶ Cf. LAW 2003: 54.

¹⁹⁷ BARATIN & DESBORDES 1981: 36.

¹⁹⁸ Cf. BARATIN 1989^A: 202.

diga-se) de Sexto Empírico, fundamental para se compreender o escopo da gramática antiga. Segundo ele, a gramática se divide em três partes, histórica (ἱστορικόν), técnica (τεχνικόν) e específica (ἰδιαίτερον):¹⁹⁹

Na parte técnica, [os gramáticos] dispõem acerca dos elementos, das partes da oração, da ortografia, do helenismo e do que dele resulta. Na parte histórica, dão instruções acerca das personagens (se são divinas, humanas, heroicas), explicações sobre os lugares (como montanhas e rios), informações acerca das histórias fictícias ou lendárias, entre outras matérias semelhantes. Na parte específica, por fim, eles observam a linguagem de poetas e prosadores, interpretam o que foi dito de modo obscuro, julgam o que tem integridade e o que não tem, e distinguem entre o que é genuíno e o que é espúrio.²⁰⁰

¹⁹⁹ Essa partição é contemporânea daquela apresentada por Quintiliano (1.8.22), que menciona duas partes – uma metódica (*methodice*), ligada à razão do falar (*ratio loquendi*), outra histórica (*historice*), ligada à explicação dos autores (*enarratio auctorum*). O gramático Diomedes, contemporâneo de Donato, registra uma divisão semelhante, entre a exegética (*exegetice*), que é a parte explicativa (*enarrativa*) ligada à leitura, e a horística (*horistice*), que é a parte ligada às definições e aos preceitos, “cujas espécies são as partes da oração e os vícios e virtudes” (*Grammatici Latini* 1.426.15-8).

²⁰⁰ ὧν τεχνικὸν μὲν ἐστὶν ἐν ᾧ περὶ τῶν στοιχείων καὶ τῶν τοῦ λόγου μερῶν ὀρθογραφίας τε καὶ ἑλληνισμοῦ καὶ τῶν ἀκολουθῶν διατάσσονται, ἱστορικὸν δὲ ὅπου περὶ προσώπων οἰονεὶ θεῶν τε καὶ ἀνθρωπίνων καὶ ἡρωικῶν διδάσκουσιν, ἢ περὶ τόπων διηγοῦνται καθάπερ ὀρῶν ἢ ποταμῶν, ἢ περὶ πλασμάτων καὶ μύθων παραδιδόασιν ἢ εἴ τι τῆς αὐτῆς ἰδέας ἐστὶν. ἰδιαίτερον δὲ τὸ κατὰ τοὺς ποιητὰς καὶ συγγραφεῖς [ἐπισκοποῦσι] καθ’ ὃ τὰ ἀσαφῶς λεγόμενα ἐξηγοῦνται, τὰ τε ὑγιῇ καὶ τὰ μὴ τοιαῦτα κρίνουσι, τὰ τε γνήσια ἀπὸ τῶν νόθων διορίζουσιν (SEXTO EMPÍRICO 1.92-3).

Outras fontes apresentam uma divisão da gramática em quatro partes, consagradas respectivamente à leitura (ἀναγνωστικόν), explicação (ἐξηγητικόν), correção (διορθωτικόν) e crítica (κριτικόν), e definem paralelamente quatro instrumentos de trabalho (ὄργανα): glossemático, histórico, técnico e métrico.²⁰¹ Assim, não é difícil identificar as *tékhnai* como ferramentas para a parte técnica da gramática, sob cuja responsabilidade estão os elementos (i.e. letras) e as partes da oração (i.e. palavras) e, não por acaso, a ortografia e o helenismo: o aspecto normativo presente nestes são determinantes para o emprego correto daqueles.

Por outro lado, se a ortografia remonta àquela primeira constituição da gramática, enquanto arte de combinar as letras corretamente (seja na leitura, seja na escrita), a integração do helenismo entre as preocupações gramaticais é mais recente, mas não menos importante; ao contrário, isso parece constituir o próprio âmago da gramática helenística. De fato, sabemos que um dos princípios da elocução retórica, para Aristóteles, era o uso de uma linguagem correta, no caso, o grego; “falar grego

²⁰¹ Μέρη δὲ αὐτῆς τέσσαρα, ἀναγνωστικόν, ἐξηγητικόν, διορθωτικόν καὶ κριτικόν· ὄργανα <δὲ> τέσσαρα, γλωσσηματικόν, ἱστορικόν, τεχνικόν, μετρικόν (*Grammatici Graeci* 1.3.164.9-11). A primeira classificação aparece em Diomedes como as “tarefas” gramaticais: *grammaticae officia, ut adserit Varro, constant in partibus quattuor, lectione enarratione emendatione iudicio* (*Grammatici Latini* 1.426.21-2).

corretamente”, em grego, é *helenizar* (ἑλληνίζειν).²⁰² Já o termo *helenismo* (ἑλληνισμός) aparece mais propriamente na parte da dialética estoica consagrada ao significante, como uma de suas “virtudes” (ἀρεταὶ λόγου): “o helenismo é a expressão tecnicamente sem erros e livre de vulgarismos inoportunos”.²⁰³ Em oposição às virtudes, os estoicos reconhecem pelo menos dois vícios: o barbarismo no âmbito da *léxis* (“a pronúncia que transgride o costume dos gregos de boa reputação”), o solecismo no âmbito do *lógos* (quando este é “construído de forma incongruente”).²⁰⁴

Os gramáticos parecem herdar esta distinção básica, quando definem, de um lado, o barbarismo como “parte da oração viciosa pela pronúncia ou pela escrita” e, de outro, o solecismo como “vício na combinação das partes da oração”.²⁰⁵ As mesmas definições se encontram em um gramático grego, no contexto dos “objetivos” do trabalho gramatical:

²⁰² Cf. *Retórica* 1407.a.20 (cf. acima, p. 93 n.137).

²⁰³ Ἑλληνισμός μὲν οὖν ἐστὶ φράσις ἀδιάπτωτος ἐν τῇ τεχνικῇ καὶ μὴ εἰκαῖα συνηθεία. (DIÓGENES LAÉRCIO 7.59)

²⁰⁴ ὁ δὲ βαρβαρισμός ἐκ τῶν κακιῶν λέξις ἐστὶ παρὰ τὸ ἔθος τῶν εὐδοκιμούντων Ἑλλήνων, σολοικισμός δὲ ἐστὶ λόγος ἀκαταλλῆλως συντεταγμένος (DIÓGENES LAÉRCIO 7.59).

²⁰⁵ Cf. DONATO 653.2 e 655.4.

Os trabalhos [gramaticais] consistem em produzir tecnicamente um *lógos* metrificado ou prosaico. O objetivo é não errar, nem no âmbito de uma única palavra, nem no âmbito de mais de uma: pois errar em uma única é barbarismo, errar em mais de uma é solecismo.²⁰⁶

Já o gramático latino Diomedes coloca essa doutrina entre os “princípios” da gramática:

Os princípios da gramática emergem dos elementos; os elementos se configuram em letras; as letras se combinam em sílabas; pelas sílabas se compreende a palavra; as palavras se combinam em partes da oração; pelas partes da oração se perfaz a oração; na oração se distingue a virtude; pratica-se a virtude para evitar os vícios.²⁰⁷

Portanto, na base da doutrina dos vícios está a doutrina das partes da oração (em grego, *μερισμός*; em latim, *partitio*), a partir do paralelismo entre a ortografia enquanto emprego correto das

²⁰⁶ Ἔργα τὸ τὸν ἔμμετρον καὶ τὸν πεζὸν λόγον τεχνᾶσθαι. Τέλος τὸ μὴ ἀμαρτάνειν μήτε περὶ μίαν λέξιν μήτε περὶ πλείονας· τὸ γὰρ περὶ μίαν ἀμαρτάνειν βαρβαρισμός ἐστι, τὸ δὲ περὶ πλείονας σολοικισμός (*Grammatici Graeci* 1.3.170.21-3).

²⁰⁷ *Grammaticae initia ab elementis surgunt, elementa figurantur in litteras, litterae in syllabas coguntur, syllabis comprehenditur dictio, dictiones coguntur in partes orationis, partibus orationis consummatur oratio, oratione virtus ornatur, virtus ad evitanda vitia exercetur* (*Grammatici Latini* 1.426.32-427.2).

letras e o helenismo enquanto emprego correto das palavras. Pode-se dizer que

a construção da oração depende do *merismós*, que fixa para cada parte da oração os significados e as relações sintáticas que lhe são próprias, deslocando assim para a palavra (enquanto parte da oração específica) o centro da economia estoica da proposição.²⁰⁸

Contudo, como lembra Jean Lallot (1988: 17), a fixação da doutrina das partes da oração “não deve ter se concretizado em um dia, nem mesmo em um século: as escolhas que presidem a certos reagrupamentos devem ter sido duramente debatidas”. Com efeito,

²⁰⁸ ILDEFONSE 1997: 277. Essa relação está na base das considerações sintáticas presentes na mais antiga obra disponível sobre este tema: *Περὶ συντάξεως* de Apolônio Díscolo. Conforme a “homologia que liga o elemento à sílaba, esta à palavra e esta à oração, a existência da ortografia (que estabelece a correção no nível da palavra) permite antecipar outra disciplina, que estabelecerá as condições de construção correta das frases”, com base na noção de congruência (*καταλληλότης*) (ILDEFONSE 1997: 256-7). Marc Baratin explica que, de fato, “as relações entre as palavras são tão sistemáticas quanto as relações das unidades do nível inferior, i.e. letras e sílabas” (BARATIN 1989: 231). Tal sistematicidade seria uma aplicação direta da ideia estoica da “razão que governa o mundo” sobre o *lógos*, transformado em “razão linguística”; de fato, “a análise gramatical é normativa na medida em que ela revela uma ‘regularidade natural’ (*φυσικὴ ἀκολουθία*) própria à língua” (ILDEFONSE 1997: 259). Contudo, preferimos não integrar essa obra em nossa análise, uma vez que permanece em discussão se essa obra constitui uma “segunda corrente de descrição da língua”, que vem para incrementar a simplicidade inicial da *tékhnē* (BARATIN & DESBORDES 1981: 60) ou se, ao contrário, ela constitui o próprio fundamento de estabilização da *tékhnē* que conhecemos, cuja simplicidade só seria possível após uma descrição abrangente e integrada como a de Apolônio Díscolo (BARATIN 1989^b: 208; ILDEFONSE 1997: 253 ss). Essa discussão está intimamente ligada à questão da autenticidade do manual atribuído a Dionísio da Trácia, que apresentamos mais adiante mas que não foi possível aprofundar.

os comentadores da *Tékhnē* relatam que certos gramáticos transformaram as cinco partes definidas pelos estoicos em dez, ao reconhecendo a autonomia do particípio e do infinitivo em relação ao verbo, do pronome em relação ao artigo, da preposição em relação à conjunção, além de incluir o advérbio, ignorado pelos estoicos; por outro lado, aqueles que reservavam um lugar específico aos pronomes articulares contavam onze, e os que isolavam os advérbios exclamativos (σχετλιαστικά) chegavam a doze.²⁰⁹

Ainda que não possamos comprovar textualmente toda essa diversidade, uma grande quantidade de papiros recém-descobertos nas areias do Egito trouxe uma contribuição importante: eles continham diversas *tékhnai grammatikaí* com datas estimadas entre o século I e o século VI d.C.. Um desses tratados do século I d.C. apresenta algumas discordâncias doutrinárias e terminológicas em relação ao texto da *Tékhnē*, entre as quais se destaca a defesa de um sistema de nove partes, que mantém a distinção genuinamente

²⁰⁹ Cf. ILDEFONSE 1997: 277-8. Esse processo aparece descrito em muitos textos gramaticais latinos, incluindo o resumo de Quintiliano, o que lhe sugere um caráter de lugar-comum. Cf. QUINTILIANO 1.4.20; POMPEIO 5.134.4-15; PRISCIANO 2.54.5-55.3, entre outros.

estoica entre ὄνομα e προσηγορία.²¹⁰ Diante disso, parece certo que o sistema de oito partes, ainda que seja tão antigo quanto diz Quintiliano,²¹¹ não contava com aceitação unânime dois séculos após sua provável “formulação”.

Em todo caso, todos os testemunhos parecem concordar que a doutrina deriva da classificação estoica. Ao mesmo tempo, o modo de organizar a descrição das partes da oração é claramente aristotélico: com base numa distinção entre o que é próprio e o que é accidental,²¹² cada tratado começa pela definição e em seguida descreve em detalhes e exemplos a forma específica como cada acidente se manifesta. Ora, uma vez que os acidentes são comuns a diversas partes (cuja associação, aliás, será o critério da congruência), a definição de cada uma não pode se basear no que é comum, e sim no que é próprio, como atesta um comentador da *Tékhnē*:

²¹⁰ Cf. WOUTERS 1995: 96. O papiro mencionado é conhecido como *P. Yale 1.25*, editado por Alfons Wouters em 1979. Infelizmente não tivemos acesso ao texto original, que sem dúvida seria muito benvido ao nosso trabalho comparativo. Uma tradução para o inglês pode ser encontrada em LAW 2003: 55-7.

²¹¹ Segundo Quintiliano (1.4.20), “alguns – como Aristarco e, em nossa época, Palemão – se apoiam em autores idôneos e propõem oito partes, subordinando a denominação (*appellatio* = προσηγορία) ao nome, enquanto espécie dele”. Já um comentador da *Tékhnē* baseia sua descrição “na autoridade de Trifão, um homem virtuoso tanto em agudeza quanto na técnica, que foi o primeiro mestre de Apolônio (o artífice) e subordinou a denominação ao nome” (*Grammatici Graeci* 1.3.356.21-4).

²¹² Segundo Frédérique Ildefonse (1997: 280), “é notável a origem filosófica dessa distinção, ... que é aquela dos dois tipos aristotélicos de acidentes”. Sobre a utilização de métodos peripatéticos na gramática, cf. BÉCARES BOTAS (1989).

Deve-se considerar o que é próprio de cada parte, não os acidentes: é assim que se faz o *merismós*. É próprio o que convém a um único, não sendo comum a nenhum outro, como ao homem o sorrir e ao cavalo o relinchar; são acidentes o branco e o preto, o rápido e o lento”.²¹³

Um comentador de Donato parece se referir à mesma questão quando diz que “devemos saber claramente que quem define algo deve fazê-lo de modo que descreva a coisa em si e, ao mesmo tempo, a separe das demais: a definição não deve ser comum a coisas outras”.²¹⁴

Com base nesse princípio, podemos observar os textos gramaticais para identificar que *propriedades* são selecionadas para permitir a “classificação sistemática de todas as palavras da língua”²¹⁵ em oito compartimentos e analisar de quais sistemas filosóficos as definições mais se aproximam ou parecem derivar. Para este estudo introdutório, julgamos suficiente comparar o texto

²¹³ Λεκτέον οὖν ὥς παντὸς μέρους τὰ ἴδια δεῖ σκοπεῖν καὶ οὐ τὰ παρεπόμενα, καὶ οὕτω ποιεῖσθαι τὸν μερισμόν· ἴδιον δὲ ἐστὶ τὸ ἐνὶ μόνῳ ἀνῆκον, ἑτέρῳ δὲ μὴ ἐπικοινωνοῦν, ὥς ἀνθρώπῳ τὸ γελαστικόν, ἵππῳ δὲ τὸ χρεμετιστικόν, παρεπόμενα δὲ λευκὸν ἢ μέλαν, ταχὺ ἢ βραδύ (*Grammatici Graeci* 1.3.357.18-22).

²¹⁴ *Plane scire debemus quia qui definit aliquid ita debet definire, ut et ipsam rem exprimat et a ceteris rebus seiungat. neque enim debet illa definitio communis esse cum aliis rebus* (POMPEIO 5.137.15-8).

²¹⁵ BARATIN & DESBORDES 1981: 36.

de Donato com um exemplar grego – a *Tékhnē* atribuída a Dionísio da Trácia²¹⁶ – e um romano – a *Ars* de Carísio –, usando como fontes de informação complementar principalmente as obras gramaticais de Diomedes, Sérvio e Pompeio, sem negligenciar outros testemunhos disponíveis no *Corpus grammaticorum latinorum* que contribuíssem para a compreensão.

²¹⁶ DIONÍSIO DA TRÁCIA (170-90 a.C.) sucedeu a Aristarco da Samotrácia na direção da biblioteca de Alexandria. Sob seu nome consta uma *Tékhnē grammatikē* que por muito tempo foi considerada a mais antiga forma da gramática técnica grega, tendo sido produzida em um período muito próximo do processo de elaboração da gramática alexandrina. Porém, a partir dos trabalhos de Vincenzo di Benedetto, tem sido cada vez mais aceita a tese da inautenticidade de parte do texto que possuímos, particularmente da parte consagrada às partes da oração: esta seria fruto de uma reformulação tardia, datando provavelmente do século III ou IV d.C. – portanto, contemporânea de Donato. Não tenho condições de entrar nessa discussão, recentemente realimentada pela descoberta de novos papiros no Egito; adoto aqui a posição de F. W. Householder (1995⁵: 100), para o qual “é óbvio que o texto da *Tékhnē* é um sumário do conhecimento linguístico da língua grega atualizado para a época do compilador, o que não significa que ele tenha inventado qualquer um desses nomes ou definições, nem mesmo escolhido muitos dos exemplos”, e limito-me a indicar um resumo dos argumentos de Di Benedetto (cf. LAW 2003: 56) e uma compilação de artigos sobre o tema (cf. LAW & SLUITER 1995).

CAPÍTULO 6
A ORAÇÃO E SUAS PARTES

Inicialmente é preciso considerar com que conceito de oração (λόγος, *oratio*) os gramáticos trabalham. Para uma melhor visualização das relações que a gramática guarda com a filosofia, vejamos termo a termo a definição presente na *Tékhnē*:

Palavra é a menor parte da oração do ponto de vista da construção. Oração é uma composição prosaica de palavras que designa um pensamento completo.²¹⁷

Nota-se que a noção de palavra (λέξις) se identifica à aquela de parte da oração (μέρος τοῦ λόγου), determinando uma certa reciprocidade entre as definições: se a palavra é a menor parte da oração, esta é uma composição de palavras. Nenhuma delas corresponde exatamente a qualquer das definições filosóficas que vimos anteriormente; ao contrário, parecem ser fruto de uma composição cuidadosa de noções pré-estabelecidas.

²¹⁷ Λέξις ἐστὶ μέρος ἐλάχιστον τοῦ κατὰ σύνταξιν λόγου. Λόγος δὲ ἐστὶ πεζῆς λέξεως σύνθεσις διάνοιαν αὐτοτελῆ δηλοῦσα (*Grammatici Graeci* 1.1.22.4-5).

A primeira delas é a noção de *léxis*. Vimos como os estoicos analisavam o aspecto material da linguagem, isolando, do vasto campo do som vocal (φωνή), a voz articulada (λέξις) e a voz articulada significativa (λόγος); nesse esquema, a *léxis* não era necessariamente portadora de significado. Vimos também que, na doutrina aristotélica, *léxis* designa a elocução, i.e. o mesmo aspecto material da linguagem, aqui considerado conjuntamente e analisado em constituintes – letras, sílabas, nomes, verbos, etc., – numa ordem progressiva conforme a pertinência para a significação. Os gramáticos parecem adotar a análise aristotélica²¹⁸ quando “situam a *léxis* entre as letras e as sílabas, de um lado, e a oração e seus constituintes, de outro”,²¹⁹ transferindo a articulação para o âmbito da letra (“menor parte da voz articulada” DONATO 603.6) e da sílaba (“agrupamento de letras” DONATO 605.11). Por outro lado, definir a palavra como “parte da oração” é inverter o sentido da progressão aristotélica: o significado mínimo que a palavra é capaz

²¹⁸ Por outro lado, é irresistível pensar que essa análise progressiva, uma vez que se apresenta na *Poética*, já pertencesse ao domínio da gramática, responsável pelo “arte de juntar letras” e pelo estudo dos textos homéricos.

²¹⁹ BARATIN & DESBORDES 1981: 54.

de portar passa a depender de sua inserção na unidade superior, a oração, o que soa claramente estoico.²²⁰

Coerentemente, o mesmo procedimento pode ser observado na definição de oração. De um lado, esta é caracterizada como composição (σύνθεσις) de palavras, numa provável menção à definição aristotélica de *lógos* como “voz composta significante” (φωνὴ συνθετὴ σημαντική). De outro, a oração designa um “pensamento completo” (διάνοιαν αὐτοτελή), o que remete claramente à dialética estoica; de fato, o pensamento estava na base da produção do *lógos* (“voz significante emitida pelo pensamento”, φωνὴ σημαντικὴ ἀπὸ διανοίας ἐκπεμπομένη), e a completude era o princípio fundador da proposição (“dizível completo”, λεκτὸν αὐτοτελές), em oposição ao predicado (“dizível incompleto”). Nesse sentido, os gramáticos assumem o aspecto sintético da análise aristotélica sem abandonar sua “fidelidade ao *lógos* estoico, definido como medida e critério da expressão linguística”;²²¹ ao mesmo

²²⁰ Cf. ILDEFONSE 1997: 453. Para a autora, isso é suficiente para que se relativize a ideia do “primado da palavra” nos textos gramaticais.

²²¹ ILDEFONSE 1997: 453.

tempo, transferem para a análise do significante os aspectos fundamentais da análise dos significados.²²²

Entre os gramáticos latinos encontramos variações desse mesmo esquema. Embora Donato, em sua busca por concisão, passe ao largo dessas questões introdutórias, em Carísio a *dictio* (correspondente latino de λέξις) é definida como uma “expressão delimitada em sílabas com uma certa significação”.²²³ Essa mesma definição comparece em Diomedes, ao lado de outra que diz que “palavra é voz articulada com alguma significação, a partir da qual a oração é construída e na qual a oração se decompõe”.²²⁴ Se a primeira se restringe ao aspecto aristotélico – “uma certa significação” parece remeter ao τι σημαῖνον da definição de *lógos* da *Poética* (cf. 1457.a.27) –, a segunda integra a noção estoica de voz articulada, além de antecipar a bidirecionalidade que caracteriza a análise gramatical.²²⁵ Dos testemunhos que temos, apenas Prisciano

²²² Na verdade, essa será a tônica da abordagem gramatical, como veremos no decorrer desse estudo.

²²³ *Dictio est ex syllabis finita cum significatione certa locutio* (CARÍSIO 14.26-7).

²²⁴ *Dictio est uox articulata cum aliqua significatione ex qua instruitur oratio et in quam resoluitur* (DIOMEDES 1.427.4-5).

²²⁵ Marc Baratin e Françoise Desbordes (1981: 64), analisando a concepção gramatical presente na obra de Prisciano, afirmam que a gramática “é constituída de um componente *analítico* e um componente *sintético*: o primeiro determina *grasso modo* as regras da gramaticalidade, concebida como a aplicação das relações impostas pelos constituintes de um enunciado; ... o segundo determina as possibilidades atestadas na realização efetiva dos enunciados, cuja característica comum é serem interpretáveis em função de seu contexto”.

se coloca diretamente na tradição grega, quando traduz literalmente a definição da *Tékhnē*.²²⁶

Por sua vez, a conceituação de *oratio* (correspondente latino de λόγος) também se mostra diversificada entre os gramáticos. Para Carísio, a oração é “uma fala emitida pela boca e organizada em palavras, como se fosse uma *oral razão*”.²²⁷ Diomedes reproduz essa definição, atribuindo-a a Escauro,²²⁸ e acrescenta outras três, entre as quais se destaca a seguinte: “Oração é uma composição de palavras que perfaz uma sentença e significa uma ideia completa”.²²⁹ A proximidade com a definição da *Tékhnē* é evidente, seja pela tradução de σύνθεσις por *compositio*, seja pelo desdobramento da διάνοιαν αὐτοτελῇ em *sententiam ... rem perfectam*, em uma clara remissão ao πρᾶγμα αὐτοτελές que define a proposição estoica (cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.65).²³⁰

²²⁶ *Dictio est pars minima orationis constructae* (PRISCIANO 2.6.7-8).

²²⁷ *Oratio est ore missa et per dictiones ordinata pronuntiatio, velut oris ratio* (CARÍSIO 193.4-6). A menção ao caráter de emissão oral lembra muito a definição platônica (*Teeteto* 206.d), e talvez sirva para antecipar a explicação etimológica.

²²⁸ Provavelmente Terenciano Escauro, gramático do século II d.C. (cf. TAYLOR 1995^c: 108).

²²⁹ *Oratio est compositio dictionum consummans sententiam remque perfectam significans* (DIOMEDES 1.300.18-9).

²³⁰ Segundo F. Charpin (1986: 135), tanto *sententia* quanto *res* se referem ao nível do conteúdo. Em caráter suplementar, encontramos em Mário Vitorino uma definição dupla de oração baseada, de um lado, no esquema puramente estoico (*oratio est dictio significans*) e, de outro, na versão gramatical (*compositio dictionum significantium consummans unam sententiam*, VITORINO 67.1-3).

Em seguida à definição de oração, a *Tékhnē* apresenta a lista das partes da oração:

As partes da oração são oito: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção; a denominação se subordina ao nome, como espécie.²³¹

Como vimos, os gramáticos reconheciam essa divisão em oito partes como uma reelaboração das cinco partes estoicas; porém, parece que subdividir uma parte em duas (como descolar a preposição da conjunção) é mais fácil que o contrário: os gramáticos não se esquecem de alertar que agora a classe do nome abriga o ὄνομα e a προσηγορία estoica.

Entre os gramáticos latinos, a lista começa de forma muito similar, mas a ordem de apresentação se altera. Em Carísio,

as partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição.²³²

²³¹ Λέξεις ἐστὶ μέρος ἐλάχιστον τοῦ κατὰ σύνταξιν λόγου. Λόγος δὲ ἐστὶ πεζῆς λέξεως σύνθεσις διάνοιαν αὐτοτελῆ δηλοῦσα. Τοῦ δὲ λόγου μέρη ἐστὶν ὅκτω· ὄνομα, ῥῆμα, μετοχή, ἄρθρον, ἀντωνυμία, πρόθεσις, ἐπίρρημα, σύνδεσμος. ἡ γὰρ προσηγορία ὡς εἶδος τῷ ὀνόματι ὑποβέβληται (*Grammatici Graeci* 1.1.22-3).

²³² *Orationis partes sunt octo, nomen pronomen verbum adverbium participium coniunctio praepositio interiectio* (CARÍSIO 193.4-8).

A lista de Donato é idêntica, e traz algumas informações adicionais:

As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Duas delas, o nome e o verbo, são as principais partes da oração. Os latinos não computam o artigo, os gregos a interjeição. Muitos calculam um número maior de partes da oração, outros um número menor. O certo é que, de todas, são três as que se flexionam em seis casos: nome, pronome e particípio.²³³

As observações aduzidas por Donato remetem a duas questões conexas: de um lado, a diversidade de posições quanto ao número de partes da oração e sua aparente estabilização entre gregos e romanos, mediante certas adaptações (a “compensação” da ausência do artigo pela inclusão da interjeição); de outro, a distinção do nome e do verbo como prioritários em relação às demais partes da oração e a distinção do nome, do pronome e do particípio como as partes casuais. Com efeito, essas observações remontam à

²³³ *Partes orationis sunt octo, nomen, pronomen, uerbum, aduerbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio. ex his duae sunt principales partes orationis, nomen et uerbum. Latini articulum non adnumerant, Graeci interiectionem. multi plures, multi pauciores partes orationis putant. uerum ex omnibus tres sunt, quae sex casibus inflectuntur, nomen, pronomen et participium* (DONATO 613.3-7).

constituição da doutrina e servem de fundamento para a justificação da ordem de enumeração e apresentação das partes. Uma vez que essa ordem não é unânime e uma vez que nos interessa aqui especialmente a conceituação de cada classe, seguiremos, por motivos meramente práticos, a ordem utilizada por Donato.²³⁴

6.1 Nome

Nome é a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia (um corpo como *pedra*, uma ideia como *educação*) e que é dita de modo comum ou próprio (comum como *homem*, *cavalo*, próprio como *Sócrates*).²³⁵

Essa definição de nome, apresentada na *Tékhnē*, é rigorosamente a mesma utilizada por Donato, traduzida e adaptada à língua e a exemplos latinos:

²³⁴ A ordem seguida por Donato – baseada numa simetria nome : pronome :: verbo : advérbio, provavelmente por razões mnemônicas – é diferente do padrão grego mais difundido, baseado na oposição declináveis vs. indeclináveis (cf. LENOBLE *et al.* 2001: 280) e justificado, já na Antiguidade, por Apolônio Díscolo (*Grammatici Graeci* 2.2.16.12 ss) e pelos comentários à *Tékhnē* (*Grammatici Graeci* 1.3.57.12 ss). Estudos modernos sobre essas justificativas podem ser encontrados em LALLOT (1986: 417 ss), ILDEFONSE (1997: 289-300).

²³⁵ Ὀνομά ἐστι μέρος λόγου πτωτικόν, σῶμα ἢ πρᾶγμα σημαῖνον, σῶμα μὲν οἷον “λίθος”, πρᾶγμα δὲ οἷον “παιδεία”, κοινῶς τε καὶ ἰδίως λεγόμενον, κοινῶς μὲν οἷον “ἄνθρωπος”, “ἵππος”, ἰδίως δὲ οἷον “Σωκράτης” (*Grammatici Graeci* 1.1.24.3-5).

Nome é a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum: de modo próprio, como *Roma, Tibre*; de modo comum, como *cidade, rio*.²³⁶

Os comentadores de Donato procuram explicar a gestação dessa definição.²³⁷ Com base em “princípios aristotélicos e estoicos”, uma definição perfeita é aquela que separa a coisa de outras semelhantes e expõe algo que lhe é próprio. Assim, quando se diz “com caso”, separa-se o nome do verbo, do advérbio, da preposição, da conjunção e da interjeição, mas não do pronome e do particípio; em seguida, expõe-se o que é próprio do nome: significar um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum. De fato,

Todo nome que existe no universo não pode ficar sem essas três coisas: não é possível que não tenha caso; não é possível que não seja ou corpóreo ou incorpóreo; não é possível que não seja próprio ou

²³⁶ *Nomen est pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans, proprie ut "Roma" "Tiberis", communiter ut "urbs" "flumen"* (DONATO 614.2-3 = 585.7-8).

²³⁷ Cf., especificamente, SÉRVIO 4.406.23ss; [SÉRGIO] 4.489.21ss; POMPEIO 5.137.1ss.

denominativo. ... Por isso, aquela definição abarca tudo.²³⁸

É possível identificar, nos elementos dessa definição, uma base estoica bastante evidente.

Em primeiro lugar, definir o nome como “parte da oração” (*pars orationis* = μέρος λόγου) remete diretamente às definições estoicas (cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.58), ainda que essa noção compareça de forma implícita em Aristóteles (cf. *De int.* 16.a); o mesmo vale para a primeira atribuição apresentada, o caso (*cum casu* = πτωτικόν), a qual, embora não fosse mencionada na definição estoica de nome, era critério para a definição de artigo e, de forma negativa (ἄπτωτον), para as definições de verbo e conjunção.

Em segundo, significar corpo ou ideia (*corpus aut rem* = σῶμα ἢ πρᾶγμα) de modo próprio ou comum (*proprie communiterue* = κοινῶς τε καὶ ἰδίως) são termos que remetem claramente à ontologia estoica,²³⁹ em particular à distinção entre corpóreo e incorpóreo de um lado, qualidade própria (ἰδία ποιότης) e

²³⁸ *Omne nomen, quod est in rerum natura, sine tribus rebus esse non potest: non licet ut casu careat; nequaquam inuenitur nomen, ut non sit aut corporale aut incorporale; nequaquam inuenitur, ut non sit aut proprium aut appellativum. ... ideo in ipsa definitione totum tenuit* (POMPEIO 5.137.3-14).

²³⁹ Com o que concorda P. Matthews (1990: 230 n.112).

qualidade comum (κοινή ποιότης) de outro. Porém, aqui é preciso reconhecer certas reformulações.

Com efeito, se a significação estoica passava necessariamente por um incorpóreo (ο λεκτόν), a definição gramatical estabelece uma ligação mais imediata entre a significação e a realidade, seja a sensível (σῶμα), seja a conceitual (πρᾶγμα),²⁴⁰ a partir de uma concepção materialista de coisa corpórea (“a que pode ser vista ou tocada”) e coisa incorpórea (“a que não pode ser vista nem tocada”).²⁴¹ A propósito, a definição de nome presente em Carísio só não é idêntica à de Donato porque substitui “corpo ou ideia” por *rem corporalem aut incorporalem*, além de mencionar a ausência de indicação temporal, como fizera Aristóteles.²⁴²

Por outro lado, para um comentador da *Tékhnē*, “é próprio do nome designar a qualidade de um dado corpo ou conceito; ser

²⁴⁰ Seguimos aqui a interpretação de Marc Baratin para πρᾶγμα na dialética estoica, como “conteúdo do pensamento” (cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 31; BARATIN 1989^A: 195). Essa interpretação é atestada por um comentador da *Tékhnē*, que entende πρᾶγμα como “substância do pensamento” (ἐννοηματικὴ οὐσία, *Grammatici Graeci* 1.3.360.8).

²⁴¹ *Corporalis dicitur res apud grammaticos quae uideri potest et tangi, incorporealis quae nec uideri nec tangi potest* (POMPEIO 5.137.28-9). Note a semelhança desta concepção com aquela apresentada no poema de Lucrécio: *tangere enim et tangi, nisi corpus, nulla potest res* (*De rerum natura* 1.304).

²⁴² *Nomen est pars orationis cum casu sine tempore significans rem corporalem aut incorporalem proprie communiterue, proprie ut “Roma” “Tiberis”, communiter, ut “urbs” “civitas” “flumen”* (CARÍSIO 193.10-3).

próprio ou denominativo é acidente”;²⁴³ de fato, o primeiro acidente do nome é a qualidade (*qualitas*), “segundo a qual os nomes são ou próprios ou denominativos”.²⁴⁴ Ora, se é acidente, não deveria participar da definição, o que evidencia a preocupação do gramático em “sublinhar a unidade da classe, uma vez que nomes próprios e denominativos haviam sido outrora tratados de forma independente”.²⁴⁵ Entre os latinos, Diomedes, após reproduzir a mesma definição presente em Carísio, atesta que Escauro (prov. século II d.C.) divergia dessa tradição, por distinguir não dois, mas três tipos de nome (*nomen, appellatio, uocabulum*), cada qual com sua definição específica; a cada definição, Diomedes não deixa de recordar que “a denominação tem quase os mesmos acidentes do nome, ... e o vocábulo os mesmos acidentes da denominação”.²⁴⁶ De certo modo, isso confirma a análise de Jean Lallot, de que a *προσηγορία* estoica deixou de ser autônoma porque, “para os gramáticos, a oposição entre qualidade própria e

²⁴³ Οὕτω δὴ καὶ ὀνόματος ἴδιον μὲν τὸ δηλοῦν τὴν τῶν ὑποκειμένων σωμάτων ἢ πραγμάτων ποιότητα, παρεπόμενον δὲ τὸ κύριον ἢ προσηγορικὸν εἶναι. (*Grammatici Graeci* 1.3.214.33-5)

²⁴⁴ Cf. DONATO 614.5. Segundo F. Ildefonse (1997: 456), o acidente da qualidade suscita “uma lista de variedades semânticas de nomes na qual a mistura de terminologias estoica e peripatética é bastante perceptível”.

²⁴⁵ MATTHEWS 1990: 230. Vale dizer que outrora não é muito tempo: um testemunho em papiro do século I d.C. traz uma versão grega de nove partes da oração, com os dois tipos de nome separados (cf. acima, p. 142 n.210).

²⁴⁶ Cf. DIOMEDES 1.320.13ss. Donato faz uma breve remissão a essa vertente (cf. 614.4-5).

qualidade comum não distingue *morfologicamente* duas partes da oração”.²⁴⁷ Em todo caso, o critério básico de definição dos nomes ainda é sua significação.

6.2 Pronome

O pronome é uma classe de palavra registrada apenas em textos gramaticais. Porém, se em grego ele se opõe ao artigo, dividindo o *árrhron* estoico em duas classes, em latim ele integra o artigo, constituindo uma única classe pronominal. Por isso, trataremos pronomes e artigos de modo interligado.

A *Tékhnē* traz as seguintes definições:

Artigo é uma parte da oração com caso, que pode ser preposta ou posposta à declinação dos nomes: é prepositivo ὁ, é pospositivo ὅς.²⁴⁸

Pronome é a palavra que se emprega no lugar do nome, indicativa de pessoas definidas.²⁴⁹

²⁴⁷ LALLOT 1988: 17 (grifo meu).

²⁴⁸ Ἄρθρον ἐστὶ μέρος λόγου πτωτικόν, προτασσόμενον † καὶ ὑποτασσόμενον τῆς κλίσεως τῶν ὀνομάτων. καὶ ἔστι προτακτικὸν μὲν <ὁ>, ὑποτακτικὸν δὲ <ὅς> (*Grammatici Graeci* 1.1.61).

²⁴⁹ Ἀντωνυμία ἐστὶ λέξις ἀντὶ ὀνόματος παραλαμβανομένη, προσώπων ὠρισμένων δηλωτική. (*Grammatici Graeci* 1.1.63)

Nota-se que ambos se definem em relação à classe dos nomes, portanto a partir de um critério que se poderia chamar funcional distribucional: de um lado, o artigo se define sintagmaticamente, por sua capacidade de se combinar com o nome; de outro, o pronome se define paradigmaticamente, tendo em vista que pode ser “substituto do nome” (ἀντὶ ὀνόματος), o que explica sua denominação (ἀντωνυμία); em acréscimo, o pronome é capaz de designar uma pessoa definida (προσώπων ὀρισμένων).

A definição gramatical do artigo começa de forma semelhante à definição estoica (“elemento do *lógos* com caso”, DIÓGENES LAÉRCIO 7.59) e coincide em um dos exemplos (ὁ); porém, sabemos pelos comentadores que os estoicos associavam os pronomes aos artigos, chamando estes de artigos indefinidos (ἀόριστον ἄρθρον), aqueles de artigos definidos (ὀρισμένον ἄρθρον).²⁵⁰ Ao que parece, portanto, os gramáticos se baseiam numa classificação específica preexistente no estoicismo para elaborar sua reclassificação genérica, enfatizando o aspecto funcional de um e outro na construção da oração.

²⁵⁰ Cf. *Grammatici Graeci* 1.3.356.12-3. A propósito, Apolônio Díscolo relata que “Apolodoro de Atenas e Dionísio da Trácia chamavam o pronome de artigo dêitico” (*Grammatici Graeci* 2.1.1.5.18-9). Eis um indício da inautenticidade da *Tékhnē* que conhecemos.

Os latinos consideram apenas a classe dos pronomes, o que requer certas adaptações na definição, como se vê em Donato:

Pronome é a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa.²⁵¹

De fato, o que era definidor do pronome na versão grega – a indicação de pessoa – torna-se uma possibilidade da classe na versão latina, quando não é ignorada, como na definição adotada por Carísio:

Pronome é a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa o mesmo, embora de modo menos pleno.²⁵²

O que ressalta das duas definições latinas, como se vê, é o significado “parcial” do pronome, por assim dizer. Os comentadores de Donato informam que a primeira parte da definição (*pro nomine posita*), além de explicar a nomenclatura, mostra o que é próprio do pronome – “desempenhar a função”

²⁵¹ *Pronomen est pars orationis quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit* (DONATO 629.2-3 = 588.2-3).

²⁵² *Pronomen est pars orationis quae posita pro nomine minus quidem plene, idem tamen significat* (CARÍSIO 200.9-10).

(*fungitur officio*) do nome –, servindo sobretudo para evitar que a repetição do nome provoque tédio.²⁵³ A segunda parte, sobre o significado, serve para distinguir nomes e pronomes: “com o emprego do nome, a elocução é plena; com o pronome, é semiplena”.²⁵⁴ Embora esses dois critérios já respondam às necessidades da definição – separar e indicar o que é próprio, como vimos acima –, Donato inclui a indicação de pessoa que aparece na tradição grega, mas com a diferença de que, aqui, essa indicação é “acidental”, isto é, não se estende a todos os elementos da classe.²⁵⁵

Por fim, falta tratar do artigo. Ao contrário da opinião moderna, os gramáticos latinos não consideravam o artigo inexistente em latim, mas apenas o computavam entre os pronomes.²⁵⁶ Assim, a distinção que é genérica em grego torna-se

²⁵³ ... *ne haec ipsa iteratio proprii nominis possit fastidium creare* (POMPEIO 5.199.25).

²⁵⁴ *Posito nomine plena est elocutio, pronomine posito semiplena* ([SÉRGIO] 4.499.32-3 = POMPEIO 5.200.1-2). De fato, se o pronome desempenhasse a função do nome e significasse a mesma coisa, “qual a necessidade de fazer delas duas partes da oração?” (*quid opus fuit duas partes orationis facere ... si unius partis significationem utraque habet?* 4.499.29-31).

²⁵⁵ Na verdade, a indicação de pessoa é o critério distintivo do primeiro acidente dos pronomes, a qualidade, segundo a qual os pronomes são definidos (se indicam pessoa) ou indefinidos (se não a indicam): a semelhança com os dois tipos de artigo estoico é evidente, sendo atestada por Prisciano: “os artígrafos romanos, seguindo mais a tradição dos estoicos, disseram haver pronomes definidos e indefinidos” (*Grammatici Latini* 2.548.12-4). Além disso, nota-se um paralelismo com a definição do nome, em que a última característica (*proprie communiterue*) correspondia ao acidente da qualidade; Louis Holtz (1981: 127-31) mostra que esse paralelismo no tratamento do pronome em relação ao nome é sistemático na *Ars Donati*.

²⁵⁶ *Nos articulo non penitus caremus, sed in pronomine computamus* (SÉRVIO 4.428.15-6).

específica em latim, como vemos na menção aos pronomes “prepositivo articular ou demonstrativo” (*hic*) e “pospositivo ou relativo” (*is*) na *Ars minor*²⁵⁷ e, sobretudo, na distinção explícita feita por Donato ao final do tratado do pronome na *Ars maior*, baseada novamente em critérios funcionais.²⁵⁸

6.3 Verbo

Ao lado do nome, o verbo é uma das principais partes da oração. Sua definição também se baseia em dados acidentais e propriedades semânticas, como se vê na *Tékhnē*:

Verbo é uma palavra sem caso que admite tempos, pessoas e números e que estabelece atividade ou afecção.²⁵⁹

A mescla de componentes estoicos e aristotélicos é marcante. Primeiro, o verbo é definido como *léxis*, agora considerada

²⁵⁷ Cf. DONATO 589.15-20.

²⁵⁸ Cf. DONATO 631.12-632.1, trecho em que fica claro que ser “articular” ou “demonstrativo” não são sinônimos: o primeiro se refere à função do artigo, o segundo remete ao aspecto “dêitico” de que fala Apolônio Díscolo (cf. acima, p. 160 n. 250).

²⁵⁹ Ῥῆμά ἐστι λέξις ἄπτωτος, ἐπιδεκτικὴ χρόνων τε καὶ προσώπων καὶ ἀριθμῶν, ἐνέργειαν ἢ πάθος παριστάσα (*Grammatici Graeci* 1.1.46.4-5).

sinônimo de parte da oração, como vimos acima. Segundo, ele é sem caso (ἄπτωτος), como na definição estoica, e admite tempo (ἐπιδεκτικὴ χρόνων), como na caracterização aristotélica. Terceiro, a significação do verbo é determinada conforme categorias tipicamente aristotélicas: os termos ἐνέργεια e πάθος, ainda que não compareçam no livro das *Categorias*, são bastante recorrentes nas obras do Estagirita.²⁶⁰ Por outro lado, a julgar pelos exemplos fornecidos nas *Categorias* (θερμαίνειν “aquecer”, θερμαίνεσθαι “ser aquecido”) e, principalmente, pela terminologia referente às diáteses verbais na própria *Téchhnē* (ἐνέργεια “ativa”, πάθος “passiva”, μεσότης “média”, *Grammatici Graeci* 1.1.48), não estaríamos distantes de ao menos dois dos principais tipos de predicado estoico – predicado reto, como “ouve” (ἀκούει), e

²⁶⁰ As categorias aristotélicas são o “fazer” (ποιεῖν) e o “ser afetado” (πάσχειν); esses e aqueles termos aparecem associados em diversos trechos, dos quais se destacam, a título de ilustração: “Tudo é afetado (πάσχει) e movido por aquilo que é produtivo (ποιητικοῦ) e está em atividade (ἐνεργεία)” (*De anima* 417.a.17-8); “Chama-se afecção (πάθος), de um lado, a qualidade em virtude da qual uma alteração é possível ... e, de outro, as atividades (ἐνέργειαι) dessa qualidade e as alterações realizadas” (*Metafisica* 1022.b.15-9); “A atividade do que é produtivo (ἡ τῶν ποιητικῶν ἐνέργεια) parece ter existência naquilo que é afetado (πάσχοντι) e disposto” (*De anima* 414.a.12-3).

predicado invertido, como “sou ouvido” (ἀκούομαι) –, de cuja construção o verbo era, como vimos, a parte mais importante.²⁶¹

A tradição latina seguida por Carísio é muito semelhante quanto aos dados acidentais, porém é mais concisa no que diz respeito à significação:

Verbo é a parte da oração que significa a execução de uma coisa, com tempo, pessoa e números, carecendo de caso.²⁶²

Já a tradição seguida por Donato, embora preserve a designação “parte da oração” – mais constante na gramática latina –, apresenta em sua definição menos dados acidentais (não menciona o número) e retoma a oposição atividade/passividade em termos sensivelmente distintos tanto de Carísio quanto da *Tékhnē*:

Verbo é a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois.²⁶³

²⁶¹ Um comentador atesta que, “segundo Apolônio em seu *Sobre os deverbais*, Dionísio da Trácia definia o verbo como palavra que significa um predicado (ῥῆμα ἔστι λέξις κατηγορημα σημαίνουσα)” (*Grammatici Graeci* 1.3.161.7-8), portanto em absoluta conformidade com a teoria estoica.

²⁶² *Verbum est pars orationis administrationem rei significans cum tempore et persona numerisque carens casu* (CARÍSIO 209.24-5).

²⁶³ *Verbum est pars orationis cum tempore et persona sine casu aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans* (DONATO 632.5-6 = 591.6-7).

Com efeito, essa oposição agora se apresenta pelo infinitivo verbal (*agere aut pati*), aproximando-se mais das categorias aristotélicas, embora a menção ao neutro sugira uma referência ao terceiro tipo de predicado estoico (οὐδέτερον); também aqui parecem antecipar-se as diáteses verbais (chamadas “gêneros” ou “significações” pelos latinos), segundo as quais os verbos são ativos, passivos, neutros, depoentes e comuns.²⁶⁴ Porém, os comentários de alguns gramáticos latinos sugerem que não se confunda gênero verbal com significação verbal, como veremos a seguir.

Os comentadores da *Ars Donati* procuram explicar termo a termo a definição, com base na necessidade de distinção e de atribuição do que é próprio.

A distinção é feita pela enumeração de certos elementos accidentais que, segundo Pompeio, “são todos necessários”.²⁶⁵ Com efeito, ao dizer “com tempo e pessoa”, distingue-se o verbo não apenas das partes da oração que não admitem esses acidentes mas também daquelas que admitem apenas a pessoa (no caso do pronome) ou apenas o tempo (no caso do particípio): o verbo é a

²⁶⁴ *Genera verborum, quae ab aliis significationes dicuntur, sunt quinque: activa, passiva, neutra, deponentia, communia* (DONATO 635.5-6).

²⁶⁵ POMPEIO 5.212.11-2.

única parte da oração que tem esses dois elementos associados, “de modo que não possa haver um sem o outro”;²⁶⁶ ao dizer “sem caso”, prefere-se o risco da redundância (pois “quem não sabe que o verbo carece de caso”²⁶⁷) ao temor de que se confunda o verbo com o nome, especialmente diante de uma fórmula de origem grega em que o infinitivo serve de complemento para o verbo (e.g. *da mihi bibere*), construção muito semelhante àquela em que o complemento é acusativo (e.g. *da mihi uinum* ou *da mihi panem*): de fato, “*bibere* aparenta ser caso acusativo, já que tudo o que se junta a esse verbo é acusativo”.²⁶⁸

Mas o que é próprio do verbo é seu significado, o qual, em princípio, é representativo das disposições universais: se “todo verbo que existe na natureza nos indica ou agir ou ser afetado”, é porque “qualquer coisa que existe no mundo todo está sem dúvida ou agindo ou sendo afetada”.²⁶⁹ Assim, um verbo significa fazer

²⁶⁶ *Grammatici Latini* 4.502.28-31. Cf. POMPEIO 5.212.14-23; SÉRVIO 4.411.15-8.

²⁶⁷ SÉRVIO 4.411.19.

²⁶⁸ POMPEIO 5.213.8-10. Essa discussão ressalta a importância da construção como referência para a análise.

²⁶⁹ *Omne uerbum quod est in rerum natura aut agere aut pati nos ostendit. ... quicquid est in toto mundo, aut patitur aut agit sine dubio* (POMPEIO 5.213.24-6). A relação de representação entre a linguagem e o mundo físico fica evidente nesse trecho. Frédérique Ildefonse (1997: 259), falando de Apolônio Díscolo, sugere que a existência de uma “terminologia naturalista” nos textos gramaticais pode ser indicativa da influência da filosofia estoica, especialmente da crença em uma racionalidade inerente à natureza, portanto inerente também à língua; nesse sentido, a própria normatividade da análise gramatical se justifica na medida em que ela “lança luz ou demonstra uma ‘regularidade natural’” (φυσικῇ

quando indica “o que eu faço”, mas significa ser afetado por uma ação quando indica que sou afetado por uma ação – por exemplo, “se meu texto é lido por outra pessoa, *eu sou lido*, ... se meus feitos são mencionados por outra pessoa, *eu sou mencionado*”.²⁷⁰

Essa distinção primária sem dúvida se assemelha aos dois primeiros “gêneros” verbais, ativo e passivo, definidos morfológicamente pela possibilidade de se converterem um no outro mediante a adição ou a supressão da “letra *-r*”.²⁷¹ Essa possibilidade estava provavelmente relacionada com o fato de que,

entre os verbos que significam atividade, alguns são tais que de um lado se constitui a atividade, de outro a afecção: quando dizemos *corto*, *queimo*, é preciso que se compreenda conjuntamente o que executa e o que é afetado pela ação.²⁷²

ἀκολουθία)”. Essa seria a base, parece-me, do critério da *ratio*, como aparece em Quintiliano (1.6.1); porém, tal suspeita só se confirmaria mediante uma observação mais acurada da existência, nos textos gramaticais latinos, tanto da terminologia naturalista quanto da influência filosófica em que ela implica; desconheço até o momento uma pesquisa nesse sentido.

²⁷⁰ ... *si ab altero scriptura mea legitur, ego legor, ego patior; item, si gesta mea ab alio referantur, ego referor, ego patior* (JULIANO 51.16-7).

²⁷¹ Cf. DONATO 635.7-10. Em latim, a letra *-r* acrescentada a uma forma de primeira pessoa corresponde a um sufixo apassivador. Nesse sentido, a classificação das diáteses ou gêneros verbais praticamente reproduz a classificação estoica dos predicados, cuja base morfológica também era nítida, na medida em que os predicados “retos” se tornavam “invertidos” mediante a adição de uma “partícula passiva” (cf. acima, p. 117-8).

²⁷² *Eorum autem quae actum significant quaedam talia sunt, ut in alio actus, in alio passio constituta sit, ut cum dicimus seco uro, necesse est ut administrantem et patientem unius intellectus ratio comprehendat* (CONSÊNCIO 5.366.2-5).

Da mesma forma, um verbo como *legor* (“sou lido”), “embora seja passivo, também tem uma significação de agente”.²⁷³

Ora, o gênero neutro deveria literalmente compreender verbos que não indicam nenhuma das duas opções, isto é, “que não significam nem determinada ação nem afecção”²⁷⁴; porém, “mesmo nos neutros encontrarás a significação ou de um agente, como *curro* (‘corro’), ou do que é afetado por uma ação, como *uapulo* (‘apanho’)”.²⁷⁵ A diferença poderia consistir, então, no fato de que a significação dos verbos neutros é tal que não subentende necessariamente o que é afetado pela ação: de fato, *correr* ou *nadar* indicam ações que não implicam em um objeto afetado. Mas o autor das *Explanationes* observa que nem todos os neutros se comportam assim:

enganam-se os muitos que afirmam que, se os verbos ativos são os que exprimem a função do agente de

²⁷³ ... *legor passivum est, et tamen et agentis est significatio* (POMPEIO 5.213.29).

²⁷⁴ ... *quod nec certam actionem significet, nec passionem* (JULIANO 52.1).

²⁷⁵ *In ipso neutro aut agentis invenies significationem aut patientis, agentis, ut curro, patientis, ut uapulo* (*Grammatici Latini* 4.503.8-10). A sequência deste trecho das *Explanationes* deixa claro o referencial semântico-ontológico com que trabalham os gramáticos, ao registrar (ou simular) a observação de um aluno (Filocalo) de que “podemos encontrar neutros que não apresentam nenhuma das duas significações, como *dormio* (‘durmo’)”; o professor responde que “*dormio* tem a significação de agente, pois eu também posso não dormir, já que depende de uma decisão nossa”. O mesmo vale para os neutros estoicos, ao menos para os exemplos mencionados por Diógenes Laércio (“pensar”, “passar”); ambos são atividades.

modo que também exprimam a do objeto da ação, e os passivos são os que exprimem o objeto da ação de modo que também exprimam a função do agente, então os neutros são aqueles que exprimem apenas um dos dois, ou o objeto ou o agente. Mas o que dirão se encontrarmos neutros que exprimem os dois, como *uapulo* ('apanho'), *sentio* ('discordo')?²⁷⁶

Com efeito, quem apanha, apanha de alguém.²⁷⁷

No final das contas, o que define o gênero neutro é simplesmente a impossibilidade de inverter sua inclinação original, conforme um critério claramente morfológico: “neutros são os verbos que terminam em *-o* e que, se adicionada a letra *-r*, deixam de existir”;²⁷⁸ nisso se contrapõem aos depoentes, que são “os que terminam em *-r* e que não existem sem essa letra”.²⁷⁹ Quanto à significação, ela independe dos gêneros ou, melhor dizendo, ela se lhes sobrepõe:

²⁷⁶ *Qua ratione decepti sunt ut hoc putarent ... si ea verba actiua, quae ita exprimunt agentis officium, ut exprimant et patientis, et item ea passiuu, quae ita exprimunt patientem, ut exprimant officium agentis, neutra autem tunc sunt, quando unum exprimunt, aut patientem aut agentem, quid dicent, si inuenerimus neutra quae utrumque exprimant, ut uapulo sentio?* (*Grammatici Latini* 4.503.17-23).

²⁷⁷ ... *ab alio enim uapulo* (POMPEIO 5.213.32).

²⁷⁸ *Neutra sunt quae o littera terminantur et accepta r littera Latina non sunt* (DONATO 635.11).

²⁷⁹ Cf. DONATO 636.1-2.

qualquer que seja o verbo, é necessário que ele incida em uma dessas duas significações, de modo que todo verbo ou se aplica ao agente ou ao que é afetado pela ação, ainda que tenha outro gênero.²⁸⁰

A única exceção possível, que pode explicar a existência de uma significação verdadeiramente neutra, como propõe a definição de Donato, é quando “se demonstra apenas um estado, como *estou, sei, vivo*”.²⁸¹

Em todo caso, a parte da definição que diz respeito aos significados do verbo se baseia em um critério claramente semântico-ontológico, relacionado aparentemente com as categorias aristotélicas e sem dúvida independente das correspondências entre forma e sentido que se possa encontrar na classificação em gêneros dos verbos.

²⁸⁰ *Quodcumque est uerbum, necesse est ut in has cadat significationes, ut omne uerbum aut agentis sit aut patientis, licet aliud habeat genus* (POMPEIO 5.213.33-5).

²⁸¹ *Cum uero neutrum horum significationi inest, habitus quidam tantum modo demonstratur, ut est sto sapio uiuo* (CONSÊNCIO 5.366.1-3). É possível ver no termo *habitus* uma referência a outra categoria de Aristóteles expressa de forma verbal, o ter (ἔχειν), “que se diz ou como estado (ἔστιν) ou como disposição (διάθεσις)”, entre outras formas (cf. *Categorias* 15.b.17-8). Não foi possível aprofundar essas relações no âmbito desta introdução; uma discussão nesse sentido se encontra em HOVDHAUGEN 1986.

6.4 Advérbio

O advérbio é uma classe de palavras exclusivamente gramatical. Mesmo que Aristóteles faça referência à derivação do advérbio a partir do nome (δικαίως < δίκαιον)²⁸² e que se queira identificar a μεσότης de Antípatro com o advérbio,²⁸³ é apenas nos textos gramaticais que essa classe é realmente identificada e definida. Segundo a *Tékhnē*,

advérbio é uma parte da oração indeclinável que é dita a respeito do verbo ou é dita junto do verbo.²⁸⁴

Vê-se que o advérbio se caracteriza, primeiramente, por ser indeclinável (ἄκλιτον), compreendendo aparentemente a ausência tanto de flexão quanto de derivação, isto é, de toda variação morfológica. Em segundo lugar, ele se define em relação ao verbo, segundo um critério que se poderia dizer funcional sintagmático, na medida em que se baseia na necessidade de coocorrência (ἐπιλεγόμενον) com outra parte da oração; nesse sentido, os

²⁸² Cf. *Topica* 106.b.30. Sobre a derivação como um tipo de *ptôsis* na teoria aristotélica, ver p. 84.

²⁸³ Cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.57. Segundo um comentador da *Tékhnē*, os estoicos não consideravam os advérbios dignos de menção, comparando-os a plantas improdutivas (cf. *Grammatici Graeci* 1.3.356.15-6; *apud* ILDEFONSE 1997: 278).

²⁸⁴ Ἐπίρρημά ἐστι μέρος λόγου ἄκλιτον, κατὰ ῥήματος λεγόμενον ἢ ἐπιλεγόμενον ῥήματι (*Grammatici Graeci* 1.1.72.4-5).

comentadores da *Tékhnē* fazem uma analogia entre o advérbio (ἐπίρρημα) e o nome adjetivo (ἐπίθετον): “assim como o adjetivo não pode ser dito se não for colocado junto de outro nome, também os advérbios não podem entrar na combinação sem os verbos”.²⁸⁵ Aliás, o fato de ser “dito a respeito do verbo” se refere ao sentido dessa coocorrência: “o advérbio é como se fosse um predicado do verbo”.²⁸⁶

Os gramáticos latinos evitam mencionar o caráter indeclinável, provavelmente pelo fato de que alguns advérbios admitem a comparação;²⁸⁷ a definição costuma se restringir aos aspectos sintagmático e semântico, como em Donato:

²⁸⁵ Ἐπίθετόν ἐστιν ὃ καθ' αὐτὸ οὐ δύναται λεχθῆναι, εἰ μὴ ἐπιτεθῇ ἐτέρῳ ὀνόματι ὥσπερ καὶ τὰ ἐπιρρήματα, ἐπεὶ καὶ αὐτὰ διῆχα ῥημάτων οὐ συνίσταται (*Grammatici Graeci* 1.3.552.24-6).

²⁸⁶ LALLOT 1985: 85. O autor se baseia em um comentário à *Tékhnē* que registra que “os filósofos dizem que o advérbio é um predicado” (τὸ ἐπίρρημα κατηγορημά φασιν οἱ φιλόσοφοι, *Grammatici Graeci* 1.3.95.20), no sentido de que depende do verbo para ter lugar na oração.

²⁸⁷ O único que inclui essa característica na definição é Prisciano: “advérbio é uma parte da oração indeclinável cuja significação se acrescenta aos verbos” (*adverbium est pars orationis indeclinabilis, cuius significatio verbis adicitur* 3.60.2-3). Sem ignorar a existência de graus de comparação entre os advérbios, Prisciano entende que estes não derivam do advérbio em grau zero, mas de seus correspondentes nominais: assim como de *potis* deriva o advérbio *pote*, do comparativo *potior* deriva *potius* e do superlativo *potissimus* deriva *potissime* (cf. 3.68.16-8).

Advérbio é a parte da oração que, colocada junto do verbo, esclarece e completa a significação dele, como *iam faciam* ou *non faciam*.²⁸⁸

O carácter sintagmático é explicado pelos comentadores da *Ars* de modo semelhante a seus colegas gregos: “o advérbio é assim chamado porque tem necessariamente que acompanhar o verbo”, sem o qual não faz sentido.²⁸⁹ Ainda que o contrário não seja verdadeiro – pois o verbo não precisa necessariamente da companhia do advérbio²⁹⁰ –, é da natureza do verbo ter uma significação média, no sentido de que, dito isoladamente, o verbo não indica de que modo a ação é realizada:

se eu digo *leio* ... permanece indefinido de que modo eu leio; acrescento um advérbio e isso não será mais incerto: *leio bem*, *leio mal*; faz-se assim uma distinção ... de modo que o que era dúbio se expresse com mais clareza.²⁹¹

²⁸⁸ *Adverbium est pars orationis, quae adiecta verbo significationem eius explanat atque inplet, ut iam faciam uel non faciam* (DONATO 640.2-3 = 595.25-6). As definições de Carísio e Diomedes são praticamente idênticas, alterando apenas a ordem dos verbos: *Adverbium est pars orationis quae adiecta verbo significationem eius implet atque explanat* (CARÍSIO 233.2-3 = DIOMEDES 1.403.17-8).

²⁸⁹ *Adverbium dictum est, quia necesse habet semper verbum sequi. ... nam cum dico cras hodie, non erit integra elocutio, nisi addam verbum, ut puta dico uel facio* (SÉRVIO 4.438.7). (Cf. também *Grammatici Latini* 4.509.19-20; POMPEIO 5.241.11-2).

²⁹⁰ “Quando digo ‘o orador faz’, a expressão está completa, mesmo sem advérbio” (SÉRVIO 4.415.10).

²⁹¹ ... *scire debemus, quod verborum natura media est et potest ad hanc uel ad illam condicionem deduci; ut puta si dicam lego, medium est, et possum uideri et bene legere et male legere. Hoc ergo lego adhuc ambiguum est, quem ad modum*

Uma das funções do advérbio é, portanto, esclarecer o significado do verbo, podendo se estender a toda a oração.²⁹² Em outros casos, o advérbio confere certa completude à significação do verbo: “é o caso dos advérbios de lugar, ... como *hic habito* (‘moro aqui’), *intro eo* (‘vou pra dentro’)”.²⁹³ Por fim, os advérbios também podem confirmar o sentido do verbo (como *iam faciam*, ‘farei agora’), bem como “destruí-lo” (como *non faciam*, ‘não farei’).²⁹⁴

Nota-se, portanto, que a definição do advérbio conjuga, de modo complementar, dois critérios: o sintagmático, baseado na coocorrência, e o sintático, uma vez que ele determina a significação de outra parte da oração. De fato, se o advérbio depende do verbo para poder ser enunciado, sua presença junto do verbo traz uma determinação adicional no sentido deste. Em outras palavras, pode-se dizer que a dependência sintagmática se converte

legam: iungo adverbium, et iam non erit incertum, bene lego, male lego: facta est distinctio in re confusa, ut illud quod erat dubium manifestius clareat (Grammatici Latini 4.509.26-31).

²⁹² Assim diz uma variante da definição: “advérbio é uma parte da oração colocada junto do verbo por meio da qual a oração se torna mais clara e manifesta” (*pars orationis qua adiecta verbo manifestior et planior oratio redditur, Grammatici Latini 6.201.14-5 = 7.347.23-4*). O trecho sugere a posição central do verbo na constituição da oração, como vimos na lógica estoica.

²⁹³ *Alia adverbia iunguntur ad explendam verbi significationem, ut sunt locorum adverbia, ut hic habito, intro eo (Grammatici Latini 5.516.27-9).*

²⁹⁴ *Adverbium plerumque confirmat verbum, plerumque destruit: confirmat, ut iam faciam; destruit, ut non faciam (SÉRVIO 4.438.11-2).*

em determinação semântica, sugerindo uma colaboração mútua dos dois níveis na construção da oração.

6.5 Particípio

Assim como no caso do advérbio, a consideração do particípio como parte da oração autônoma é exclusividade da teoria gramatical, ainda que certos testemunhos sugiram que os estoicos já reconhecessem suas particularidades.²⁹⁵ A julgar pelos comentários à *Tékhnē*, essa distinção se justificava de maneira negativa: “os acidentes nominais (caso e gênero) impedem que o particípio seja um verbo, os acidentes verbais (tempo e diátese) impedem que ele seja um nome”;²⁹⁶ assim, “puxado em sentido contrário por ambos, ele não se aproxima de nenhum, mas é outra coisa”.²⁹⁷ Essa complexidade do particípio está na origem de seu nome, bem como na base da definição que aparece na *Tékhnē*:

²⁹⁵ Um comentador informa que os estoicos associavam o particípio ao verbo, definindo-o como “derivado do verbo” (ἔγκλημα ῥήματος, *Grammatici Graeci* 1.3.356.11), segundo um critério “puramente morfológico” (LALLOT 1985: 72). Segundo Prisciano, os estoicos chamavam o particípio ora de “nome verbal”, ora de “verbo casual” (*Grammatici Latini* 2.548.14-549.1).

²⁹⁶ LALLOT 1985: 73.

²⁹⁷ Ὅφ' ἑκατέρου οὖν ἀνθελκόμενον οὐδετέρῳ προσχωρεῖ, ἀλλ' ἔστιν ἕτερόν τι (*Grammatici Graeci* 1.3.518.29-30).

Particípio é uma palavra que participa da propriedade dos verbos e da propriedade dos nomes.²⁹⁸

A relação etimológica entre o nome da classe (μετοχή) e sua característica principal (μετέχουσα) foi reproduzida em latim, como vemos em Donato:

Particípio é a parte da oração assim chamada porque toma parte do nome e parte do verbo: do nome traz os gêneros e os casos; do verbo, os tempos e as significações; de ambos, o número e a figura.²⁹⁹

Não havendo em latim um verbo como o μετέχειν grego, sustenta-se a mesma explicação por meio da locução *partem capere*. Em todo caso, mesmo que se especifique quais acidentes derivam do nome, quais do verbo, o critério primário usado por quase todos os gramáticos latinos para a definição é metalinguístico, com base na etimologia.

Quase todos, porque o único autor que não inicia a exposição do particípio pela explicação etimológica é Carísio. Segundo ele,

²⁹⁸ Μετοχή ἔστι λέξις μετέχουσα τῆς τῶν ῥημάτων καὶ τῆς τῶν ὀνομάτων ἰδιότητος (*Grammatici Graeci* 1.1.60).

²⁹⁹ *Participium est pars orationis dicta quod partem capiat nominis partemque verbi: recipit enim a nomine genera et casus, a verbo tempora et significationes, ab utroque numerum et figuram* (DONATO 644.2-4 = 597.5-6).

Particípio é a parte da oração com tempo e caso, sem pessoa, que significa algo de modo ativo ou passivo, como *limando, lendo*.³⁰⁰

A estrutura da definição é muito semelhante à da definição de nome: primeiro, as propriedades acidentais; em seguida, as propriedades semânticas. Porém, nesse caso, o que distingue o particípio das outras partes da oração é a coexistência de tempo e caso, exclusiva dessa classe,³⁰¹ ao lado da ausência da pessoa, menção que talvez se explique por um paralelismo em relação à caracterização do verbo (com tempo e pessoa, sem caso) e do pronome (com caso e pessoa, sem tempo); já sua propriedade semântica é “significar algo de modo ativo ou passivo”, possibilidades de significação que o particípio compartilha com o verbo (atividade ou afecção), como vimos acima.

³⁰⁰ *Participium est pars orationis cum tempore et casu sine persona active vel passive aliquid significans, ut limans legens* (CARÍSIO 230.2-5).

³⁰¹ Uma segunda definição fornecida por Carísio ilustra esse fato: “O gramático Cominiano trata do particípio com mais concisão, assim: particípio é a parte da oração com tempo e caso” (CARÍSIO 232.9-11).

6.6 Conjunção

A conjunção (σύνδεσμος), por sua vez, tem um histórico mais antigo. Após uma aparição importante na teoria de Aristóteles, enquanto parte da elocução sem significado mas capaz de “criar, a partir de vários sons significantes, um som significante único”,³⁰² é entre os estoicos que a conjunção, alçada ao *status* de “parte do *lógos*”, recebe um papel ativo na teoria dos significados, dada sua capacidade de gerar proposições complexas ao conectar proposições simples.³⁰³ A teoria gramatical da conjunção sem dúvida procede da análise estoica, mas apresenta certas reorientações, como se vê na definição da *Tékhnē*:

Conjunção é uma palavra que conecta o pensamento com ordem e indica uma abertura na expressão.³⁰⁴

À parte a substituição de “parte da oração” pelo equivalente “palavra”, a definição da *Tékhnē* especifica que é próprio da conjunção conectar o pensamento (συνδέουσα διάνοιαν), e não

³⁰² φωνή ἄσσημος ἢ ἐκ πλειόνων μὲν φωνῶν μιᾷς σημαντικῶν δὲ ποιεῖν πέφυκεν μίαν σημαντικὴν φωνήν (1457.a.4-6). Sobre esse assunto, cf. acima, p. 69-78.

³⁰³ Cf. acima, p. 123-4.

³⁰⁴ Σύνδεσμός ἐστι λέξις συνδέουσα διάνοιαν μετὰ τάξεως καὶ τὸ τῆς ἐρμηνείας κεχρηνὸς δηλοῦσα (*Grammatici Graeci* 1.1.86.3-4).

mais as partes do *lógos* (συνδοῦν τὰ μέρη τοῦ λόγου, DIÓGENES LAÉRCIO 7.57), como era para os estoicos. Com efeito, se observamos a classificação gramatical das conjunções (cf. *Grammatici Graeci* 1.1.87-8), notamos um “paralelismo quase perfeito”³⁰⁵ com a lista de proposições não simples dos estoicos, pertinente ao estudo dos significados e cuja classificação já se baseava em tipos de conjunção. Isso sugere que, para o gramático, “as conjunções são conectores especificamente interproposicionais”³⁰⁶ e explica que “os critérios de classificação das conjunções entre os gramáticos gregos sejam exclusivamente semânticos”,³⁰⁷ ao passo que, para Aristóteles, a conjunção era sem significado (ἄσημος).

Essa propriedade recebe duas especificações que podem ser interpretadas conjuntamente: uma é a ordem (μετὰ τάξεως) que a conjunção confere ao pensamento; outra é a abertura da expressão que ela indica. Tais características são tão herméticas quanto controversas, sendo alvo constante de críticas e interpretações

³⁰⁵ LALLOT 1985: 93.

³⁰⁶ LALLOT 1985: 93. É plausível que essa especificação possa estar ligada à autonomia da preposição, considerada pelos estoicos como uma espécie de “conjunção prepositiva”, como veremos adiante. Vale notar que a classificação das conjunções quanto à ordem (prepositivas e pospositivas) se mantém nos textos gramaticais latinos, mas exclui obviamente a preposição (cf. DONATO 647.9-10 = 600.5-7).

³⁰⁷ LALLOT 1985: 94.

divergentes, quase que desde sua elaboração.³⁰⁸ Diante do problema, julguei adequado reunir apenas as interpretações positivas, que aceitam a definição da *Tékhnē* e procuram determinar o sentido desses elementos na definição sem injunções de ordem filológica.

O termo *táxis*, para Jean Lallot, tem aqui “um sentido bem geral, que faz alusão ao fato ... de que o emprego das conjunções envolve questões de ordem – seja a ordem das próprias conjunções, seja a ordem dos termos conectados”.³⁰⁹ O primeiro caso pode estar ligado a um dos critérios de helenismo apresentados na *Retórica* de Aristóteles, baseado no emprego das “conjunções, que devem ser colocadas antes ou depois umas das outras, tal como algumas exigem segundo sua natureza: assim, *mén* (ἐγὼ μέν) demanda *dé* (ὁ δέ)”;³¹⁰ o segundo estaria ligado às relações de implicação, sucessão ou consequência (ἀκολουθία) que eram presumidas das conjunções já pelos estoicos.

³⁰⁸ De fato, a definição foi bastante discutida (quando não reelaborada) pelos comentadores da Alta Idade Média, chegou a sofrer uma “correção” em manuscrito do século XIV e até hoje suscita divergências entre os estudiosos. Cf. LALLOT 1985: 90-1; ILDEFONSE 1997: 428-32.

³⁰⁹ LALLOT 1985: 92.

³¹⁰ ... ἐν τοῖς συνδέσμοις, ἂν ἀποδιδῷ τις ὡς πεφύκασι πρότεροι καὶ ὕστεροι γίνεσθαι ἀλλήλων, οἷον ἔνιοι ἀπαιτοῦσιν, ὥσπερ ὁ μέν καὶ ὁ ἐγὼ μέν ἀπαιτεῖ τὸν δέ καὶ τὸν ὁ δέ (1407.a.21-4; tradução de Manuel Alexandre Júnior *et al.*, modificada).

A questão da “abertura” pode ser entendida no mesmo sentido. Ainda segundo Jean Lallot (1985:91), “essa expressão só pode significar uma coisa: que o emprego de uma conjunção gera uma abertura (*béance*), semântica e sintática, na medida em que a conjunção, por natureza, gera a expectativa de outra coisa”. A sequência do texto de Aristóteles citado há pouco parece se referir a essa expectativa, quando diz que “é necessário que [aquelas conjunções] correspondam uma às outras enquanto estão na memória do ouvinte, sem as afastar muito”.³¹¹ O mesmo raciocínio se encontra em um comentador, em relação às conjunções disjuntivas: “se eu digo *é dia*, a oração está completa e não requer nenhuma outra; mas se eu digo *ou é dia*, adicionando a conjunção ‘ou’, torna-se absolutamente necessário acrescentar *ou é noite*; é por isso que ‘ou’ é uma conjunção”,³¹² isto é, porque “abre o discurso para uma sequência”.³¹³ Em outras palavras, esse efeito de abertura que caracteriza a conjunção “excede a estrutura da completude e

³¹¹ δεῖ δὲ ἕως μέμνηται ἀνταποδιδόναι ἀλήλλοις, καὶ μήτε μακρὰν ἀπαρτᾶν (1407.a.24-5; tradução de Manuel Alexandre Júnior *et al.*, modificada).

³¹² ἐὰν γὰρ εἴπω «ἡμέρα ἐστὶ», τέλειος λόγος ἐστὶ καὶ ἐτέρου ἀπροσδεής· ἐὰν δὲ προσθῶ καὶ εἴπω «ἡ ἡμέρα ἐστὶ», πάντως δεήσει ἐπαγαγεῖν «ἡ νύξ ἐστι» κατὰ τοῦτο οὖν σύνδεσμος (*Grammatici Graeci* 1.3.287.9-12; traduzido a partir de LALLOT 1985: 91).

³¹³ LALLOT 1985: 91. Para esse autor, a formação do termo *conjunção* (σύνδεσμος), a partir de um prefixo cujo sentido implica na associação de dois ou mais elementos, remete a essa característica.

demanda, solicita ou exige sua estabilização em uma outra estrutura de completude, que se liga àquela: a abertura ... é um desequilíbrio causado pela inserção da conjunção”.³¹⁴ Em suma, a definição de conjunção se baseia num critério eminentemente lógico – a função de conectar e organizar o pensamento –, embora certos aspectos semânticos estejam aí implicados, dada a propriedade significativa da conjunção, que é a base de sua divisão em espécies.

Esses dados aparecem de modo variável entre os gramáticos latinos, que parecem tender a uma simplificação da definição. Diomedes é um dos únicos a apresentar uma definição um pouco mais complexa:

A conjunção é uma parte da oração indeclinável que unifica o discurso e conjunta o valor e a ordem das partes da oração. Por isto ela mereceu esse nome, porque se interpõe à oração como um vínculo.³¹⁵

³¹⁴ ILDEFONSE 1997: 432. A autora menciona uma interpretação de Marc Baratin, segundo a qual o termo ΚΕΧΗΥΝΟΣ (“abertura”) diria respeito ao intervalo *entre* duas orações completas, o qual a conjunção teria a função de preencher. Não tenho condições de entrar nesse debate.

³¹⁵ *Coniunctio est pars orationis indeclinabilis copulans sermonem et coniungens uim et ordinem partium orationis. nam ob hoc meruit nomen, quia pro uinculo interponitur orationi* (DIOMEDES 1.415.13-5). Repare na menção ao “vínculo” que levava Quintiliano a traduzir σύνδεσμος por *conuinctio*, para ele melhor do que *coniunctio* (cf. QUINTILIANO 1.4.18).

O início da definição remete claramente à definição estoica, mas é “complicada”, por assim dizer, pela menção “ao valor e à ordem” das partes da oração. A explicação para esses elementos se encontra em Prisciano, onde a proximidade com o estoicismo é ainda maior:

Conjunção é uma parte da oração indeclinável conjuntiva das outras partes da oração ... que indica valor ou ordenação: valor, quando significa que certas coisas existem simultaneamente, como “Enéas era piedoso e corajoso”; ordem, quando indica uma consequência entre coisas diferentes, como “se [algo] anda, está em movimento”.³¹⁶

A definição de Donato reproduz esses dois aspectos fundamentais da conexão e da ordenação, numa definição muito próxima daquela da *Tékhne*:

Conjunção é a parte da oração que conecta e ordena a sentença.³¹⁷

A correspondência entre a caracterização latina (*adnectens ordinansque sententiam*) e a grega (συνδέουσα διάνοιαν μετὰ

³¹⁶ *Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis, quibus consignificat, vim vel ordinationem demonstrans: vim, quando simul esse res aliquas significat, ut et pius et fortis fuit Aeneas, ordinem, quando consequentiam aliquarum demonstrat rerum, ut si ambulat, movetur* (PRISCIANO 3.93.2-6).

³¹⁷ *Coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam* (DONATO 646.14 = 599.13).

τάξεως) é quase imediata, suprimida a segunda parte da definição grega, relativa à “abertura” na expressão. Carísio repete a definição e atribui a Cominiano;³¹⁸ em Diomedes, a mesma fórmula é atribuída a Palemão.³¹⁹

Todavia, alguns gramáticos latinos, entre eles os comentadores de Donato, parecem relativizar essa correspondência, especialmente no que se refere ao termo *sententia*. Os três comentários mais importantes (de Sérvio, de Pompeio e as *Explanationes*) concordam em definir a conjunção como “parte da oração assim chamada porque conjunta a elocução”,³²⁰ enfatizando assim o aspecto sintático, no nível da expressão. Essa função é ilustrada da mesma maneira nos três autores: o exemplo “eu você vamos” é uma elocução descontínua; ao se interpor *e*, dizendo “eu *e* você vamos”, ela passa a ter coerência.³²¹

O cuidado dos comentadores de substituir a definição de Donato por outra mais determinada pode ter origem na

³¹⁸ *Vi ait Cominianus, coniunctio est pars orationis nectens ordinansque sententiam* (CARÍSIO 289.19-20).

³¹⁹ *Palaemon eam ita definit, coniunctio est pars orationis conectens ordinansque sententiam* (DIOMEDES 1.415.17-8).

³²⁰ *Coniunctio est pars orationis dicta, quod coniungat elocutionem* (POMPEIO 5.264.17 = SÉRVIO 4.418.4 = *Grammatici Latini* 4.515.16).

³²¹ ... *siqui dicat ego tu eamus, dissidet elocutio; si interponas et et dicas ego et tu eamus, incipit cohaerere*. (SÉRVIO 4.418.5-6). As *Explanationes* trazem uma explicação muito semelhante, apenas substituindo *elocutio* por *oratio*.

necessidade de a definição contemplar genericamente todas as espécies de uma dada classe; com efeito, os gramáticos reconhecem que “uma coisa é associar palavras, outra é associar o sentido”.³²² Assim se explica a existência quase paradoxal de uma espécie de conjunção *disjuntiva*: ela é disjuntiva no âmbito do sentido (*sensum*), mas é conjuntiva no âmbito das palavras (*uerba*).³²³

Em vista disso, pode-se perguntar se em Donato *sententia* conserva sua pertinência ao domínio dos significados, como seu correlato grego (διάνοια), ou se já se transferiu para o domínio do significante, dada sua substituição por *elocutio* ou *oratio* pelos comentadores. Na verdade, essa aparente equivalência entre elocução (gr. λέξις), oração (gr. λόγος) e sentença (gr. διάνοια) parece sugerir que a abordagem gramatical, ao mesmo tempo que lança mão dos conceitos e definições da análise dos significados, transfere esse arsenal para o nível do significante. Se isso estiver correto, o uso de *sententia*, longe de ser acidentalmente ambíguo, pode ser indicativo de uma ambivalência calculada.

³²² *Aliud est uerba copulare, aliud est sensum copulare* (POMPEIO 5.264.28-9).

³²³ *Disiunctiva uero penitus contra naturam sermonis fuisset inuenta, nisi uel uerba coniungeret. nam quid tam contrarium coniunctioni, quam habere speciem disiunctionis? sed ideo disiunctiua dicitur, quod sensum disiungat: nam uerba coniungit, ut siqui dicat ego aut tu eamus* (SÉRVIO 4.418.9-12). Repare na qualificação da espécie como “antinatural” (*contra naturam*), relacionada com a questão: “o que pode ser tão contrário à conjunção do que ter a espécie da disjunção?”

6.7 Preposição

A preposição surge como classe de palavras na teoria gramatical, ao ganhar autonomia em relação à conjunção. Segundo um comentador da *Tékhnē*, os estoicos “associavam a preposição e a conjunção, chamando as preposições de conjunções prepositivas, e as conjunções simplesmente de conjunções”.³²⁴ Apolônio Díscolo faz referência a essa origem, acrescentando que os estoicos baseavam sua nomenclatura “em sua construção distintiva”,³²⁵ propriedade que permanece definidora da preposição também na *Tékhnē*:

Preposição é uma palavra que se prepõe a todas as partes da oração, seja em composição, seja em construção.³²⁶

Vemos aqui a mesma estratégia usada para definir o advérbio (“junto do verbo”), o particípio (“que participa”) e a conjunção (“que conjunta”): a preposição (πρόθεσις) é “a que se prepõe” (προτιθεμένη). Essa primeira caracterização, sem dúvida muito

³²⁴ Τὴν δὲ πρόθεσιν καὶ τὸν σύνδεσμον συνάπτουσι, καλοῦντες τὰς προθέσεις προθετικούς συνδέσμους, τοὺς δὲ συνδέσμους ἀπλῶς συνδέσμους (*Grammatici Graeci* 1.3.519.26-7).

³²⁵ ... ἀπὸ τῆς ἐξαιρέτου συντάξεως τὴν ὀνομασίαν θέσθαι (*Grammatici Graeci* 2.2.436.14-5).

³²⁶ Πρόθεσις ἐστὶ λέξις προτιθεμένη πάντων τῶν τοῦ λόγου μερῶν ἔν τε συνθέσει καὶ συντάξει (*Grammatici Graeci* 1.1.70).

ampla, é especificada em duas modalidades de “pre-posição”: a composição (συνθέσις) e a construção (συντάξις). Um comentador explica que “a construção é uma justaposição de palavras que não são escritas conjuntamente, mas são pensadas conjuntamente; já a composição é a unificação de duas ou três palavras sob um mesmo acento e uma mesma expiração”.³²⁷

Pode-se dizer, portanto, que a definição apresentada pela *Tékhnē* adota um critério “estritamente sintático” com base em elementos que permitem “isolar com uma eficácia absoluta dezoito palavras da língua grega”,³²⁸ agora distintas das conjunções não simplesmente por sua posição frente aos outros elementos, mas especialmente por seu modo próprio de interagir com esses elementos, “aptidões das quais a conjunção não participa”.³²⁹ Além disso, ao incluir lado a lado a construção e a composição, o gramático contempla não só a preposição propriamente dita, introdutora de uma palavra casual, mas também a preposição empregada numa função que atualmente atribuímos ao prefixo, isto

³²⁷ Διαφέρει δὲ σύνταξις συνθέσεως· καὶ σύνταξις μὲν ἐστὶ λέξεων παράθεσις μὴ ὁμοῦ μὲν γεγραμμένων, ὁμοῦ δὲ νοουμένων, σύνθεσις δὲ [μιάς ἢ] δύο ἢ καὶ τριῶν λέξεων ἔνωσις ὑφ’ ἓνα τόνον καὶ ἓν πνεῦμα (*Grammatici Graeci* 1.3.212.13-5).

³²⁸ LALLOT 1985: 83.

³²⁹ LALLOT 1988: 17.

é, entrando em composição com nome e verbos, na medida em que em grego (e em latim) as duas funções são desempenhadas por formas idênticas.

Daí os gramáticos latinos acompanharem a lição grega: todas as definições baseiam-se na relação evidente entre o nome da classe (*praepositio*) e sua “colocação natural” (*praeponere*).³³⁰ Porém, é preciso reconhecer que há casos em que a preposição se pospõe, contrariando a razão e a arte,³³¹ seja por eufonia (como *nobiscum*, dada a “necessidade de evitar o cacófato, pois dizer *cum nobis* é desagradável”³³²), seja por necessidades métricas.³³³ Assim, a preposição tem esse nome “não porque não se encontram preposições que às vezes se pospõem, ... mas porque são encontradas prepostas mais frequentemente”.³³⁴

³³⁰ Diz Sêrvio que “a preposição é assim chamada porque, na fala, se coloca antes: e esta é sua natureza” (*praepositio est pars orationis dicta, quod in loquendo praeponitur. et haec est eius natura* (*Grammatici Latini* 4.441.35-6).

³³¹ ... *contra artem* (cf. SÊRVIO 4.419.1); *ad rationem* (cf. JULIANO 103.10).

³³² ... *necessitatis est causa ad vitandum cacemphaton: cum dico cum nobis, absonum est* (*Grammatici Latini* 5.75.21-2). Cícero fornece explicação semelhante (cf. *Orator* 154).

³³³ O exemplo mais recorrente desse tipo de inversão vem de Virgílio (*Aeneis* 5.663: “*transtra per et remos*” em vez de *per transtra et remos*), que Pompeio justifica porque “de outra maneira não se sustenta no verso” (*Grammatici Latini* 5.270.17-8), chamando essa figura de histerologia; em Donato o mesmo procedimento é registrado como anástrofe (cf. DONATO 670.11).

³³⁴ POMPEIO 5.270.2-6. Essa possibilidade de a preposição vir depois da palavra a que ela se refere é matéria de muita discussão entre os gramáticos. Para Cledônio, a preposição, quando posposta, passa para a significação do advérbio (cf. *Grammatici Latini* 5.24.31-2); Sêrvio admite essa transferência, desde que seja acompanhada por uma alteração no caso

Por outro lado, a distinção sintática entre composição e construção é excluída da definição, apresentando-se como uma especificação interna.³³⁵ Em vez disso, apresenta-se uma propriedade pertinente à significação:

Preposição é a parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação delas.³³⁶

Observa-se um paralelismo estrutural quase exato entre esta e a definição do advérbio. Porém, se o advérbio complementa a significação do verbo, a preposição complementa a significação de qualquer palavra, como mostram os exemplos quase invariáveis fornecidos pelos comentadores: de complementação, como

da palavra regida (*Grammatici Latini* 4.443.4-6); já Pompeio critica essas opiniões ("eles erram e se enganam, ... inclusive Donato") e distingue três possibilidades diferentes: inversão sem mudança de caso, que ele chama de histerologia (cf. nota anterior); inversão com mudança de caso, que ele considera uma outra forma de "expressão" (*elocutio*); e transformação em advérbio, desde que se afaste totalmente de palavras casuais (e.g. *ante fecit*, *ante dixit*) (cf. POMPEIO 5.270.10 ss). Segundo Frédérique Ildefonse (1997: 286), a possibilidade de uma mesma forma pertencer a duas ou mais partes da oração "é um problema clássico para o gramático", e dá razão à conhecida sentença de Horácio: "os gramáticos debatem" (*Ars poetica* 78).

³³⁵ Cf. DONATO 648.10-3.

³³⁶ *Praepositio est pars orationis, quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut complet aut mutat aut minuit* (DONATO 648.4-5 = 600.8-9).

praeclarus,³³⁷ *exorno*;³³⁸ de alteração, como *infelix*,³³⁹ *recludo*;³⁴⁰ de diminuição, como *subdolus*.³⁴¹

É notável que só haja exemplos de prefixação para ilustrar o modo como a preposição pode intervir na significação das palavras. Isso parece estar ligado à primeira parte da definição, em que a preposição se caracteriza por antepor-se indistintamente “a outras partes da oração”, ao passo que a construção preposicional propriamente dita (modernamente, diga-se) é restrita às palavras com caso. Ainda que essa especificação seja a primeira na exposição de Donato, não pudemos ainda vislumbrar com clareza como se aplica a parte semântica da definição a esse modo de construção.³⁴²

³³⁷ Exemplo de prefixação nominal, explicado por Juliano de Toledo (104.1-3): “*clarus* é o que manifesta a claridade, *praeclarus* o que manifesta muito a claridade”. O mesmo exemplo aparece nas *Explanaciones (Grammatici Latini* 4.517.8), em Pompeio (5.271.21-3) e Cledônio (5.25.3-5).

³³⁸ Exemplo de prefixação verbal que consta de Cledônio (5.75.15).

³³⁹ Prefixação nominal que indica alteração do sentido, na medida em que “inverte a significação do composto” (CLEDÔNIO 5.25.6). O mesmo exemplo nas *Explanaciones (Grammatici Latini* 4.517.8), em Pompeio (5.271.24-5) e em Juliano de Toledo (104.3-5).

³⁴⁰ Exemplo de prefixação verbal citado por Cledônio (5.75.12-5); segundo esse gramático, “*cludere* é trancar, *recludere* é abrir”, isto é, *destrancar*.

³⁴¹ Segundo as *Explanaciones (Grammatici Latini* 4.517.8-9), “há mais em *dolus* do que em *subdolus*”; segundo Pompeio (5.271.23-4), “em *subdolus* há menos do que há em *dolus*”.

³⁴² Um caminho de pesquisa é observar o critério semântico que os gramáticos utilizam para explicar o emprego de duas preposições semelhantes (e.g. “*ad* é itinerária, *apud* é local”, CLEDÔNIO 5.25.12-3) ou para qualificar uma distinção sintática, como o emprego da mesma preposição com casos diferentes (e.g. *in* com acusativo significa “ir a um lugar”, *in* com ablativo significa “estar em um lugar”, cf. DONATO 650.4 ss).

Em todo caso, a semelhança com a definição do advérbio, referida acima, nos leva à mesma observação: a definição de preposição se baseia em critérios funcionais, conjugando aspectos sintáticos (por ser determinante da significação alheia) e sintagmáticos (por não poder ser enunciado por si mesmo, dependendo da coocorrência com as outras partes da oração).

6.8 Interjeição

A coocorrência é justamente o critério fundamental que permite aos gramáticos latinos separar a interjeição da classe dos advérbios.³⁴³ Com efeito, a *Tékhnē* apresenta as interjeições como uma espécie dos advérbios:

Existem advérbios de reclamação, como *παπαῖ*, *ιοῦ*, *φεῦ*.³⁴⁴

Entre os latinos, a interjeição é isolada enquanto classe, diferença que demanda explicações dos gramáticos. Sérvio diz que

³⁴³ Na verdade, há testemunhos de que alguns gramáticos gregos também o fizessem, mas sua tradição foi preterida (cf. *Grammatici Graeci* 1.3.520.25-30, citado por LALLOT 1985: 89 e ILDEFONSE 1997: 278).

³⁴⁴ Τὰ δὲ σχετλιαστικά [ἐπιρρήματα], οἷον <παπαῖ ἰοῦ φεῦ> (*Grammatici Graeci* 1.1.77). Jean Lallot (1985: 89) informa que o termo grego σχετλιαστικά deriva do verbo σχετλιάζω, que significa “emitir exclamações de indignação” (sem dúvida um delocutivo da expressão σκέτλιος!, que se traduz por “desgraçado (de mim)!”).

“não é que os gregos não tenham interjeição; eles apenas não as computam entre as partes da oração”.³⁴⁵ Prisciano justifica:

Os gregos colocam a interjeição entre os advérbios, uma vez que ou ela se adiciona aos verbos ou os verbos ficam nela subentendidos (e.g. se eu digo *papae*, ... mesmo que não se acrescente *miror*, a interjeição traz em si a significação do próprio verbo). É exatamente esse fato que fez os artífices romanos considerarem essa parte em separado dos advérbios, pois ela parece ter em si o afeto do verbo e, mesmo quando não se acrescenta um verbo, ela parece indicar plenamente a significação de um movimento de ânimo. Além disso, a interjeição não significa apenas aquilo que os gregos chamam de *σχετλιασμόν*, mas também vozes que são inseridas por meio de exclamação a partir do impulso de uma afecção de ânimo qualquer.³⁴⁶

Donato parece aludir a isso quando diz que os latinos não associam a interjeição aos advérbios porque “vozes desse tipo não

³⁴⁵ *Interiectionem Graeci non penitus non habent, sed inter partes orationis non computant* (SÉRVIO 4.428.14-5).

³⁴⁶ *Interiectionem Graeci inter adverbia ponunt, quoniam haec quoque vel adiungitur verbis vel verba ei subaudiuntur, ut si dicam papae, quid uideo? vel per se papae, etiamsi non addatur miror, habet in se ipsius verbi significationem. quae res maxime fecit, Romanarum artium scriptores separatim hanc partem ab adverbii accipere, quia videtur affectum habere in se verbi et plenam motus animi significationem, etiamsi non addatur verbum, demonstrare. interiectio tamen non solum quem dicunt Graeci *σχετλιασμόν* significat, sed etiam voces, quae cuiuscumque passionis animi pulsu per exclamationem intericiuntur* (PRISCIANO 3.90.6-14).

acompanham imediatamente a um verbo”,³⁴⁷ o que concorda com a primeira definição de interjeição fornecida por Donato,³⁴⁸ que põe em evidência o isolamento sintático desta parte da oração, simplesmente “inserida” no meio nas outras:

Interjeição é a parte da oração inserida entre outras partes da oração para exprimir os afetos do ânimo.³⁴⁹

Mais uma vez o nome da classe se mostra derivado de seu posicionamento na oração (*interiecta*), fato que, por sinal, tivemos dificuldade em reproduzir na tradução. Em todo caso, sua expressividade constitui o critério fundamental que define a interjeição e permite decidir se uma interjeição está empregada como outra parte da oração ou, inversamente, quando outras partes da oração estão empregadas como interjeição.³⁵⁰

³⁴⁷ ... *Latini non faciunt, quia huiusce modi voces non statim subsequitur uerbum* (DONATO 652.9-10).

³⁴⁸ Conforme a tese de Louis Holtz, de que a *Ars maior* é anterior à *Ars minor*, que seria uma versão abreviada e corrigida daquela (Cf. HOLTZ 1981: 103-7).

³⁴⁹ *Interiectio est pars orationis interiecta aliis partibus orationis ad exprimendos animi adfectus* (DONATO 652.5-6).

³⁵⁰ No primeiro caso, os gramáticos trazem uma intensa discussão sobre quando uma interjeição é empregada como advérbio (de exclamação, de interpelação, etc.); há uma diversidade de critérios para identificar o emprego como advérbio, ao passo que a interjeição é sempre caracterizada como expressão de um afeto (indignação, dor, admiração, raiva, etc.). No segundo, em Donato mesmo encontra-se essa observação (cf. DONATO 652.10-1), também justificada por um comentador com base no sentido, na medida em que “são proferidas com exclamação por alguém irado” (cf. *Grammatici Latini* 4.518.26-8). Como dissemos acima, esse tipo de distinção, ou melhor, de “trânsito de uma palavra entre

Por outro lado, a classe das interjeições abriga certos ruídos confusos, não articulados, cuja forma escrita não passa de uma tentativa de imitação³⁵¹ e que, portanto, não geram qualquer dúvida acerca de seu emprego. Na verdade, “as interjeições propriamente ditas são vozes primitivas”,³⁵² o que pode explicar a segunda versão da definição de Donato, em que a interjeição é definida como

parte da oração que significa um afeto da mente por meio de uma voz confusa.³⁵³

Com isso, Donato estabelece como segundo critério, ao lado da significação, uma característica formal: sabemos pela própria *Ars maior* que a voz confusa se opõe à voz articulada, sendo “a que não pode ser escrita”.³⁵⁴ Ora, vimos que, segundo a teoria estoica, a oração (e suas partes) se define como subconjunto da *léxis* por seu caráter significante, e esta como subconjunto da *phoné* por seu caráter articulado; nesse sentido, uma voz confusa não poderia ser

duas partes da oração” (LALLOT 1988: 20), é uma das grandes preocupações do gramático, constituindo um interessante objeto de pesquisa (cf. acima, nota 143).

³⁵¹ ... *sonituum illiteratorum imitationes* (PRISCIANO 3.91.3).

³⁵² *Proprie tamen voces interiectionum primitivae sunt* (PRISCIANO 3.91.26-7).

³⁵³ [*Interiectio est*] *pars orationis significans mentis affectum voce incondita* (DONATO 602.2).

³⁵⁴ Cf. DONATO 603.3-4.

léxis, quanto mais parte da oração. Porém, o gramático precisa lidar com a realidade dos textos, principalmente poéticos, que não só trazem uma representação escrita desse tipo de voz mas também revelam uma motivação para sua existência, baseada na significação; se isso estiver correto, pode ser mais um indício da fidelidade do gramático à “ancoragem filológica” de sua disciplina, na feliz expressão de Frédérique Ildefonse (1997: 258).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a tipologia das artes apresentada por um gramático grego, que as divide em artes teóricas, práticas, poéticas e mistas, a gramática faz parte desse último grupo: de fato, “ao pontuar um texto eu cumpro uma tarefa prática; já prescrever regras é algo teórico, assim como o que diz respeito ao método e aos padrões”.³⁵⁵ Assim, ao lado de uma prática gramatical ligada ao trabalho filológico com os textos (leitura, explicação, revisão), surge uma teoria gramatical que visa “a compreensão da oração (λόγος), isto é, ensinar o que ela significa e como significa, ou por meio de que partes a oração se expressa”.³⁵⁶

Assim, ao mesmo tempo que compartilha com a retórica e a dialética o objeto de trabalho (o λόγος), a gramática se distingue delas pelo objetivo: o da retórica é persuadir (τὸ πείθειν); o da dialética, a verdade (τᾱλήθης); o da gramática, a clareza (σαφήνεια),

³⁵⁵ Σκοπήσωμεν οὖν τὴν γραμματικὴν ὑπὸ ποῖον τούτων ἀνάγεται. Φαμὲν καὶ αὐτὴν εἶναι μικτὴν· ἐν μὲν γὰρ τῷ στίζειν ἀποτελῶ τι καὶ πράττω, τὸ δὲ τεχνολογεῖν θεωρητικὸν καὶ <τὸ> τῆς μεθόδου τῶν κανόνων (*Grammatici Graeci* 1.3.298.13-5).

³⁵⁶ τῆς δὲ γραμματικῆς τέλος ἐστὶν ἡ κατάληψις τοῦ λόγου, τουτέστι τὸ διδάσκειν τί σημαίνει καὶ πῶς σημαίνει, οἷον διὰ ποίων μερῶν ὁ λόγος δηλοῦται (*Grammatici Graeci* 1.3.115.5-7).

que se estabelece na relação correta entre os significantes a partir da análise das partes da oração (μερισμός). Por outro lado, não surpreende que a gramática, em sua dimensão teórica, tenha se apropriado de certos elementos da pesquisa dialética, colocando-se numa relação simultânea de dependência e autonomia das teorias da significação elaboradas no interior das três grandes filosofias da tradição socrática.³⁵⁷ Isso nos coloca diante da primeira questão: a pretendida evolução da doutrina das partes da oração.

Vimos como Platão afirma a validade, para o sensível, da sintaxe inteligível que fundamenta o “enunciado primeiro” (πρῶτος λόγος) que ele estabelece. Aristóteles, ao contrário, afirmando a heterogeneidade entre o campo do som (φωνή) e o campo das afecções (πάθη), procura estabelecer o enunciado declarativo mínimo (πρῶτος λόγος ἀποφαντικός) como uma forma canônica que possibilite a transcrição ótima de um ao outro; mesmo que isso pareça conferir certa autonomia para a “língua”, a teoria predicativa

³⁵⁷ Como vimos, as filosofias de Platão, de Aristóteles e dos estoicos se ligam por um mesmo projeto que se poderia caracterizar como “filológico”, isto é, preocupado com a regulamentação da linguagem enquanto meio efetivo de expressão das coisas. Esse sentido do termo *filólogo* transparece na seguinte passagem da *República* de Platão: “quando o assunto envolve experiência, sabedoria e discurso, ... as coisas que o “amante da sabedoria” (filósofo) e o “amante do discurso” (filólogo) aprovam são as mais verdadeiras” (ἐπειδὴ ὁ ἐμπειρία καὶ φρονήσει καὶ λόγῳ, ... ἃ ὁ φιλόσοφος τε καὶ ὁ φιλόλογος ἐπαινέϊ ἀληθέστατα εἶναι, 582.e.7-9). Segundo Claude Imbert (1999: 10), encontra-se em Platão a ideia de que os homens só serão racionais (λογικοί) quando se mostrarem filólogos (φιλόλογοι), isto é, quando derem atenção para seus discursos.

(categorial) demonstra a articulação insolúvel entre a física e a lógica (evidente, por exemplo, na duplicidade inerente ao *hypokeímenon*, sujeito e substrato material). Os estoicos continuam a “lenta chegada à superfície da língua”,³⁵⁸ encontrando uma norma proposicional a partir da retomada do privilégio platônico do enunciado sobre seus constituintes, da combinação sobre o isolamento das formas. Com efeito, os estoicos propõem uma autêntica teoria da significação, na medida em que, mais do que estabelecer simplesmente a heterogeneidade entre significante e significado, consideram significante e significado como as duas faces de uma mesma moeda; o enunciado será então legível segundo o estudo da voz ou segundo a análise categoremática.

A disciplina gramatical constitui-se precisamente com a tomada de autonomia do estudo da voz, enriquecida dos empréstimos que ela fará ao estudo dos significados, numa inversão de dominância que se pode considerar o ato inaugural da gramática.³⁵⁹ Ao trazer a discussão da coerência para o âmbito do significante, a gramática dá o primeiro passo para uma análise

³⁵⁸ Nas palavras de F. ILDEFONSE (1997: 245).

³⁵⁹ Cf. ILDEFONSE 1997: 251.

propriamente linguística, que toma a língua materialmente como objeto e busca reconhecer no significante padrões racionais e quantificáveis da expressão do significado, a partir da ideia estoica da racionalidade geral do cosmos:

a língua, promovida pela primeira vez a objeto, é pensada como o critério de um dado racional que o gramático tem por função exhibir; porém, o caráter normativo do enunciado, herdado da apofântica mas reinterpretado no caráter racional da língua, separa a gramática de uma operação puramente descritiva.³⁶⁰

Isso implica numa diferença importante. A dialética não pretendia, em nenhuma de suas formas, proceder a um levantamento exaustivo dos possíveis componentes do *lógos*; ao contrário, operava uma seleção daqueles que se mostravam mais fundamentais, do ponto de vista da composição do significado. Já a gramática, procurando classificar o significante de forma exaustiva, lança mão de todos os recursos analíticos que se mostravam úteis para sua pesquisa, agregando aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, os quais, não custa insistir, deveriam apresentar uma “correspondência natural”.

³⁶⁰ ILDEFONSE 1997: 29.

Na verdade, a doutrina gramatical das partes da oração, ao mesmo tempo em que se esforça por definir materialmente a correção do enunciado, não abandona totalmente o critério semântico ao avaliar o emprego das formas. Ao contrário, “a significação é o critério soberano da correção da linguagem para os antigos”, como afirma François Charpin.³⁶¹ Segundo esse autor, a primazia do conteúdo sobre a expressão, também presente na oratória e na poética,³⁶² é renovada pela teoria gramatical, como se observa na teoria dos vícios: “o emprego de uma parte da oração com uma significação (*significatio*) que não é própria é interpretada como um solecismo”.³⁶³ A questão da combinação – material – entre os acidentes é apenas uma prova da “racionalidade natural”, na medida em que o significante “naturalmente” remete a um significado, de modo que sua combinação é correlativa da combinação de significados.³⁶⁴

³⁶¹ CHARPIN 1986: 136.

³⁶² F. Charpin refere-se aos preceitos encontrados em Quintiliano (*natura prius est concipere animo res quam enuntiare*, 9.1.19) e em Horácio (*verbaque prouisam rem inuita sequuntur*, *Arte Poética* 311).

³⁶³ CHARPIN 1986: 136.

³⁶⁴ Essa justificação “natural” da normatividade faz com que não seja fácil caracterizar a gramática antiga como normativa ou descritiva. De fato, se as regras de uma gramática normativa, conforme a exposição de Sírío Possenti (1996: 73), “expressam uma obrigação e uma avaliação do certo e errado, ... aproximando-se da noção de lei em sentido jurídico”, ao passo que as regras de uma gramática descritiva “trazem consigo a ideia de regularidade e

Outra evidência da manutenção do critério semântico herdado da dialética é a consideração do nome e do verbo como as principais partes da oração, em relação às quais as outras se definem. Não por acaso, apenas o nome e o verbo recebem definições independentes e baseadas quase exclusivamente no aspecto semântico; uma simples menção adicional quanto à presença ou ausência do caso e do tempo é o bastante para diferenciá-las uma da outra e das demais. Já o pronome e o advérbio, por exemplo, se definem respectivamente em relação ao nome e ao verbo, a partir de um critério primeiramente funcional (empregado no lugar do nome / empregado junto do verbo) e, em seguida, semântico (significar quase o mesmo que o nome / explicar e complementar a significação do verbo), mas em todo caso dependentes do conhecimento das classes principais.

Isso não impede que cada uma das partes da oração possua uma significação própria e se defina a partir dela. Em conformidade com a correspondência “natural” entre significante e significado, a significação aparece ligada aos outros dois aspectos pelos quais se identificam as palavras: as características formais (os acidentes) e as

constância, aproximando-se da noção de lei no sentido de “leis da natureza”, o que dizer de uma lei a que se deve obedecer porque expressa uma regularidade natural?

caraterísticas funcionais (geralmente as condições de emprego).³⁶⁵

Essa questão está na base de uma dificuldade em relação à doutrina das “partes da oração”, qual seja, determinar se ela constitui um agrupamento rígido de formas ou uma classificação de base funcional. O seguinte testemunho de Sérvio lança alguma luz à questão:

Tem se investigado se uma parte da oração, quando desempenha a função de outra parte da oração, mantém sua lei ou adota a lei da parte cuja significação ela assume. Com efeito, encontramos com frequência nomes empregados como advérbios ... e advérbios empregados como nomes. Nesses casos, deve-se saber que, se um nome é instituído como advérbio, ele passa a não poder ser declinado, ... do mesmo modo que um advérbio naturalmente não é declinado. Por sua vez, se um advérbio passa para a significação do nome, às vezes é declinado, já

³⁶⁵ Em certas passagens, o termo *significatio* parece poder ser entendido como “forma significante”, no sentido moderno do termo, como nos casos em que uma palavra apresenta uma “significação” que não corresponde ao modo como o referente é entendido (e.g. nomes “diminutivos na significação mas comparativos no entendimento”, DONATO 618.13); em outras, parece se relacionar com o emprego da palavra, como no caso dos epítetos (nossos adjetivos), chamados de “nomes de meia significação” porque dependem da associação com outro nome para terem sentido pleno (cf. DONATO 616.7). O uso simultâneo dessas três características da unidade linguística (forma, sentido e função) como critério para a classificação das partes da oração é um dos principais motivadores das críticas modernas a tal sistema, ainda que, segundo J.-P. Lagarde (1988: 104), “examinar as correlações entre os três domínios não implica sua confusão”.

que significa uma parte da oração que admite a declinação.³⁶⁶

Vê-se nessa passagem que a significação se define por uma estreita conexão entre o emprego de uma forma e os acidentes que ela sofre sob tal emprego: o princípio da racionalidade natural demanda que as formas possuam naturalmente as características da classe a que pertencem. Por outro lado, o gramático não pode negar o uso criativo da língua pelos poetas, cujos textos eram seu principal objeto de estudo e que se afastam do uso lógico-filosófico do discurso regrado;³⁶⁷ a constatação de que uma parte da oração não só pode ser empregada no lugar de outra mas também assume as características da classe a que substitui sugere que as classes se definem mais como um conjunto de características do que agrupamento de formas. Ainda assim, um caso especial não deve comprometer o caráter sistemático da língua: diante de um nome empregado como advérbio, Donato se nega a considerá-lo

³⁶⁶ *Quaesitum est, quando pars orationis <alius partis orationis> officio fungitur, utrum ius suum retineat an eius <recipiat, cuius> accipit significationem. nam frequenter inuenimus et nomina pro aduerbiis posita ... et aduerbia pro nominibus posita. Quare sciendum est quoniam, si nomen sit pro adverbio constitutum, incipit non posse declinari ... quem ad modum nec illud adverbium naturaliter declinatur. Item adverbium si transeat in significationem nominis, non numquam declinatur, quoniam significat eam partem orationis, quae recipit declinationem* (SÉRVIO 4.428.18-28).

³⁶⁷ Lembre-se da recomendação de Aristóteles, de se usar a predicação apenas em sentido próprio (ver acima, p. 64-7).

verdadeiramente como um advérbio, preferindo chamá-lo, precisamente, de “nome empregado como advérbio”.³⁶⁸

Em suma, todas essas questões apontam para uma mudança de perspectiva entre a dialética e a gramática que me parece suficiente para afastar a ideia de uma progressão evolutiva entre os primeiros estudos dialéticos e a análise gramatical da oração. Sem dúvida esta leva em consideração o conhecimento adquirido, ou até, de certa forma, parte dele, mas em todo caso não se caracteriza como um refinamento, e sim como uma nova perspectiva sobre o mesmo objeto, que é animada por novos objetivos e demanda uma abordagem diferente. Com isso, parece preferível abordar a questão do ponto de vista do tipo de influência recebida ou compartilhada pelos gramáticos em relação ao passado filosófico.

Verificam-se, nos textos gramaticais, indícios de uma espécie de mistura de influências aristotélicas sobre uma base doutrinária estoica. Exemplo disso é a própria atribuição de significado às partes que compõem o *lógos* – como fizera Aristóteles, mas não os estoicos, que reservavam o significado apenas para o *lógos* já

³⁶⁸ Cf. DONATO 640.15-641.1. A possibilidade de trânsito das formas pelas “partes da oração” enquanto classes de palavras concentra muitas das questões envolvidas na pesquisa da doutrina gramatical antiga, incluindo o problema da “significação”, e sem dúvida merece um estudo particularizado.

constituído –, ainda que a significação de cada forma só pode ser reconhecida verdadeiramente a partir da rede de relações interior à oração, como no caso do nome empregado como advérbio – o que demonstra um privilégio da combinação sobre as partes isoladas tipicamente estoico.

Esse ecletismo aparente já foi relacionado a uma discórdia que opôs peripatéticos analogistas de Alexandria e estoicos anomalistas de Pérgamo e que teria sido contemporânea à emergência da gramática como disciplina autônoma, cuja solução intermediária, aprovada por Varrão, teria resultado numa doutrina de influências miscigenadas. (Isso quando não se tentou separar a gramática grega e a romana em duas tradições distintas, fazendo derivar cada uma de uma e de outra corrente, como fez Barwick, numa hipótese já bastante criticada.)³⁶⁹ Porém, atualmente a própria existência desse antagonismo entre estoicos e peripatéticos tem sido questionada, ao mesmo tempo em que se tem dado maior crédito aos testemunhos dos comentadores da *Tékhnē*, nos quais há indícios de que o aristotelismo alexandrino contava com certa participação do estoicismo (ver, por exemplo, a definição

³⁶⁹ Cf. BARATIN 1989 e 1994.

totalmente estoica de verbo atribuída ao “verdadeiro” Dionísio da Trácia, p. 165 n. 261).

Ora, se considerarmos que o período de formação da gramática coincide com uma época caracterizada pela particularização dos interesses e por um ecletismo que entrelaçava diversas correntes filosóficas e que era especialmente característico do estoicismo médio, não é impossível pensar que o ecletismo aparente na doutrina gramatical se deve não a uma diversidade de influências textuais, mas talvez a uma única influência de caráter ambiental, dado que os fundamentos epistemológicos comuns à ciência da época provinham de uma filosofia estoica que, como vimos, já tinha reconhecido a validade de certos princípios de Platão e Aristóteles.

Em todo caso, essa discussão é complicada pela lacunosidade e incerteza das fontes que possuímos, especialmente no período mais importante para a constituição da gramática, dificultando a investigação do processo de formação e consolidação de uma doutrina de oito partes da oração que seria válida por um bom tempo. Se temos um boa quantidade de textos de Platão e Aristóteles, o mesmo não ocorre dos primeiros estoicos (século III

a.C.) até os tratados teóricos gramaticais de Apolônio Díscolo (século II d.C.): são cinco séculos de testemunhos indiretos. Com isso, a pesquisa da influência se vê prejudicada, de um lado, por uma lamentável mas inevitável consideração do pensamento estoico “como um todo”, a despeito do fato de Crisipo, Diógenes da Babilônia e Posidônio pertencerem a períodos significativamente distintos da escola, e de outro, por uma incerteza quanto ao escopo e ao teor da *tékhnē* alexandrina; se essas informações pudessem ser conhecidas diretamente, e não apenas através de resumos e citações, sem dúvida ajudariam a esclarecer o quanto a doutrina gramatical deve ao estoicismo, o quanto à pesquisa filológica e o quanto é desenvolvimento próprio.

O problema da precariedade de nossas fontes não restringe apenas o conhecimento das origens da disciplina gramatical, mas também causa dificuldades para se entender o desenvolvimento da doutrina. De um lado, tem-se a muito discutida questão de determinar se a abordagem apresentada por Apolônio Díscolo e retomada por Prisciano constitui realmente uma “segunda corrente” de análise gramatical (como se pensava antes da “inversão” de Di Benedetto) ou se procede da necessidade elaborar

um sistema epistemológico que explique e justifique uma doutrina gramatical que é única e da qual os tratados mais “técnicos”, por assim dizer, seriam simplificações esquematizadas para facilitar a vida dos professores de gramática, que certamente ensinavam para futuros oradores, mas não necessariamente futuros professores de gramática.³⁷⁰ De outro, deve-se lidar com uma montanha de discordâncias entre os gramáticos em diversos pontos da doutrina, seja entre gramáticos gregos e latinos, seja entre os próprios gramáticos latinos – a despeito de se posicionarem explicitamente na esteira de uma mesma tradição, como os comentadores de Donato, que substituem a definição de conjunção –, seja até entre as obras de um mesmo autor (como as diferentes definições de interjeição fornecidas na *Arte maior* e na *Arte menor* de Donato).

Se a tese de que a doutrina de Apolônio Díscolo é anterior e se configura como precondição para a elaboração dos manuais como o de Donato e a *Tékhnē* estiver correta, é possível pensar que toda a tradição gramatical compartilha dos mesmos princípios

³⁷⁰ Vimos rapidamente no Capítulo 1 como a *Arte* de Donato deve seu sucesso às suas preocupações didáticas. Indícios de que as *artes* eram como roteiros de curso que tinham como destinatários os próprios professores se encontram na *Arte maior* (cf. DONATO 605.8; 669.2), assim como nos próprios comentários (e.g. POMPEIO 5.142.37 ss). Seria preciso procurar por indícios semelhantes na obra maior de Prisciano (as *Institutiones grammaticae*), bem como incluir sua exposição das partes da oração na comparação de textos feita no Capítulo 3, ausência que se deve à descoberta tardia de tais incertezas geradas pelos estudos de Di Benedetto.

epistemológicos e do mesmo enquadramento teórico, restringindo as discordâncias para o nível da descrição do objeto. Segundo P. Flobert (1981:28 n.15), “as incertezas quanto ao número e a classificação das partes da oração revelam tentativas difusas de constituir uma doutrina que fosse distinta daquelas do Pórtico e do Liceu”. Em outras palavras, a existência de variações seria consequência das diversas dificuldades enfrentadas pelos defensores dessa nova “teoria linguística”, demonstrando tentativas honestas de cercar esse objeto até hoje tão fugaz.³⁷¹

Se as dificuldades atuais não são menores que as antigas, é preciso evitar certas observações anacrônicas, como a de que “o que é apresentado e estabelecido na *Tékhnē* representa um grande passo na direção certa” (ROBINS 1986:33), apesar de “a enganadora e inadequada definição da preposição ter sido repetida palavra por

³⁷¹ Segundo José Manuel Gonzáles Calvo (1982: 55), ainda que as críticas à doutrina das “partes da oração” da gramática tradicional tenham espaço nas diversas escolas linguísticas modernas, “a maior prova da dificuldade classificatória é o fato de que os linguistas contemporâneos não se arriscam a entrar em acordo sobre o número das partes do discurso. ... Há inclusive orientações linguísticas modernas que, ao mesmo tempo em que reprovam a *palavra* como unidade do sistema, continuam usando as designações tradicionais”. Ao observar imprecisões nas diversas correntes da linguística moderna (estruturalista, funcionalista, distribucionalista, gerativista), o autor ressalta a “necessidade de se diferenciar com nitidez, inclusive terminologicamente, entre *unidades* linguísticas, *categorias* linguísticas e *funções* linguísticas” (1982: 60) e afirma que a determinação das classes de palavras pode ser feita considerando as semelhanças e diferenças que elas mantêm entre si, a partir de “uma série de critérios pertinentes, usados simultaneamente, ... como o critério morfológico, o funcional, o da distribuição e combinação na sequência e o semântico” (1982: 63). É notável que o linguista espanhol pareça sugerir uma heterogeneidade de critérios que é justamente o principal motivador das críticas modernas ao sistema tradicional. Para uma consideração relativizada dessas críticas, cf. LAGARDE 1988.

palavra por Prisciano” (ROBINS, 1986: 29), ou ainda “de que elas [as *Artes* de Donato] tratam de forma tão inadequada dos fenômenos morfológicos” (LAW, 2003: 80).³⁷²

A gramática antiga é muito mais do que uma mera repetição do que os gregos estabeleceram no século I a.C.; ao contrário, a doutrina passou constantemente por críticas e reformulações tanto no lado grego quanto no latino.³⁷³ Os frequentes debates que noticiamos não devem, portanto, ser considerados como marcas da incompetência dos gramáticos, e sim como indícios de uma busca por coerência e eficácia no tratamento de seu objeto de estudo, qual seja, a identificação cada vez mais precisa dos constituintes formais (os sons da linguagem) que atuam na construção do sentido. Assim pensa Peter Matthews (1990: 303), para quem “as obras gramaticais do período imperial ofereceram ao desenvolvimento da linguística

³⁷² Esses são apenas alguns exemplos do que podemos chamar de julgamentos anacrônicos sobre uma produção científica e cultural antiga. Se, no caso de R. H. Robins, sua recusa a novas perspectivas pode se justificar por uma carreira já consagrada de contribuições para os estudos de história da linguística, a presença de tais argumentos em uma compilação tão recente como a de Vivien Law mostra que as distorções causadas por esse tipo de visão está longe de ser totalmente superada.

³⁷³ Aliás, essa separação talvez não sobreviva a um estudo comparativo. Segundo Louis Holtz (1981: 3), a gramática grega e a latina partilham de uma mesma continuidade, não só em relação a uma fonte comum, mas também por serem tributárias de uma mesma instituição, a escola helenística. Assim, ao estudar um texto gramatical latino, “é possível (e aconselhável) observar o que ocorre, no mesmo momento, no domínio grego, pois os métodos pedagógicos, bem como as doutrinas, são exportáveis de um domínio a outro. É um erro pensar que a gramática latina, uma vez nascida da grega, evoluiu em separado”.

uma contribuição da mesma importância que aquelas obras que as precederam”. Diante de nossa extrema carência de fontes mencionada há pouco, seria um grande equívoco desprezar justamente aquelas que nos fornecem a maior parte das informações.

Enfim, a complexidade dessas questões exige estudos mais aprofundados, que não cabem na superfície rápida de nossas linhas, as quais espero que ao menos sirvam de apontamento, quiçá, de sugestão.

REFERÊNCIAS

a) Fontes antigas

ARISTOTE. *La Poétique*. Le texte grec avec une traduction e des notes par Roselyne Dupont-Roc et Jean Lallot. Paris: Editions du Seuil, 1980.

ARISTÓTELES. *Aristotelis Analytica priora et posteriora*. (Ed. W. D. Ross). Oxford: Oxford University Press, 1964.

ARISTÓTELES. *Aristotelis Ars rhetorica*. (Ed. W. D. Ross). Oxford: Oxford University Press, 1959.

ARISTÓTELES. *Aristotelis Categoriae et Liber de interpretatione*. (Ed. L. Minio-Paluello). Oxford: Oxford University Press, 1949.

ARISTÓTELES. *Aristotelis de Anima*. (Ed. W. D. Ross). Oxford: Oxford University Press, 1961.

ARISTÓTELES. *Aristotelis de Arte poetica Liber*. (Ed. R. Kassel). Oxford: Oxford University Press, 1965.

ARISTÓTELES. *Aristotelis Metaphisica*. (Ed. W. Jaeger). Oxford: Oxford University Press, 1957.

ARISTÓTELES. *Aristotelis Topica et Sophistici elenchi*. (Ed. W. D. Ross). Oxford: Oxford University Press, 1958.

ARISTÓTELES. *As categorias*. Tradução de António Monteiro. Lisboa: Lisboa, 2002.

ARISTÓTELES. *De anima*. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa / Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

ARISTÓTELES. HORÁCIO. LONGINO. *A poética clássica*. Tradução de Jaime Bruna. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARÍSIO. *Flauii Sosipatri Charisii Artis grammaticae libri V*. (Ed. K. Barwick). Leipzig: Teubner, 1964. [Acesado via CGL]

CÍCERO. *Orator*. (Ed. P. Reis). In: *M. Tulli Ciceronis Scripta Quae Manserunt Omnia*. Fasc. 5. Leipzig: Teubner, 1932.

CLEDÔNIO. *Cledonii ars grammatica*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 5. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]

CONSÊNCIO. *Consentii Ars de nomine et uerbo*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 5. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]

CGL. *Corpus grammaticorum Latinorum*. Accès aux sources grammaticales de la Latinité tardive: recherche, parcours textuels et bibliographie. Endereço eletrônico: <http://htl2.linguist.jussieu.fr:8080/CGL/text.jsp>.

DENYS LE TRACE. *Tekhnē Grammatikē*. Introduction, traduction, notes par Jean Lallot. *Archives et documents de la SHESL* (1985) 6: 1-104.

DIÓGENES LAÉRCIO. *Diogenis Laertii vitae philosophorum*. (Ed. H. S. Long). Oxford: Oxford University Press, 1964.

DIÓGENES LAÉRCIO. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

DIÓGENES LAÉRCIO. *Vidas, opiniones y sentencias de los filósofos más ilustres*. Traducción por Jose Ortiz y Sanz. In: *Biografos griegos*. Madrid: Aguilar S. A. de Ediciones, 1964.

DIOMEDES. *Diomedis artis grammaticae libri III*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini...* [Acesado *via* CGL]

[DIONÍSIO DA TRÁCIA]. *Dionysii Thracis Ars grammatica*. (Ed. G. Uhlig). In: *Grammatici Graeci...*

DIONISIO DE HALICARNASO. *Sobre la composición literaria. Sobre Dinarco. Primera carta a Ameo. Carta a Pompeyo Gémino. Segunda carta a Ameo*. Traducción de Guillermo Galán Vioque y Miguel Á. Márquez Guerrero. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *De compositione verborum*. In: *Dionysii Halicarnasei quae exstant*. (Ed. H. Usener & L. Radermacher). Leipzig: Teubner, 1929. (Repr. 1965)

DIONISIO TRACIO. *Gramática. Comentarios antiguos*. Introducción, traducción y notas de Vicente Bécares Botas. Madrid: Editorial Gredos, 2002.

DONATO. *Ars Donati grammatici urbis Romae*. (Ed. L. Holtz). In: HOLTZ 1981.

Explanationes = [SÉRGIO]

Grammatici Graeci recogniti et apparatu critico instructi. Leipzig: Teubner, 1867–1901. (Repr. Hildesheim: Georg Olms, 1979)

Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii. 8 vols. Leipzig: Teubner, 1855–1880. (Repr. Hildesheim: Georg Olms, 1961)

HORÁCIO. *Q. Horati Flacci Opera*. (Ed. F. Klingner). Leipzig: Teubner, 1959.

JULIANO. *Ars Iuliani Toletani episcopi. Una gramática latina en la España visigoda*. (Ed. Maestre Yenes). Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1973. [Acesado *via* CGL]

LUCRÉCIO. *De rerum natura*. (Ed. J. Martin). Leipzig: Teubner, 1963.

PLATÃO. *Carta VII*. Tradução de José Trindade Santos e Juvino Maia Jr.. Rio de Janeiro / São Paulo: PUC / Loyola, 2008.

PLATÃO. *Cratilo*. Tradução de Ute Schmidt Osmanczik. México: Universidade Autônoma de México, 1988.

PLATÃO. *Cratylus*. (Ed. E. A. Duke & W. S. M. Nicoll). In: *Platonis opera*. Tomus I. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PLATÃO. *Diálogos II: Fédon – Sofista – Político*. Tradução de Jorge Palikat e João Cruz Costa. Porto Alegre: Editora Globo, 1955.

PLATÃO. *Epistulae*. (Ed. J. Burnet). In: *Platonis opera*. Tomus V. Oxford: Oxford University Press, 1907.

PLATÃO. *Sophista*. (Ed. D. B. Robinson). In: *Platonis opera*. Tomus I. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PLATÃO. *Theaetetus*. (Ed. W. F. Hicken). In: *Platonis opera*. Tomus I. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PLATÃO. *Timaeus*. (Ed. J. Burnet). In: *Platonis opera*. Tomus IV. Oxford: Oxford University Press, 1902.

POMPEIO. *Pompeii commentum artis Donati*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini...* [Acesado via CGL]

PRISCIANO. *Prisciani grammatici caesariensis Institutionum grammaticarum libri XVIII*. (Ed. M. Hertz). In: *Grammatici Latini...* [Acesado via CGL]

QUINTILIANO. *M. Fabi Quintiliani Institutionis Oratoriae Libri Duodecim*. (Ed. M. Winterbottom). Oxford: Oxford University Press, 1970. (Repr. 1989)

[SÉRGIO]. *Explanationes in artem Donati*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 4. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]

SÉRVIO. *Seruii commentarius in artem Donati*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 4. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]

SEXTO EMPÍRICO. *Adversus mathematicos*. In: *Sexti Empirici opera*. (Ed. H. Mutschmann & J. Mau). Leipzig: Teubner, 1961.

VIRGÍLIO. *P. Vergili Maronis Opera*. (Ed. R. A. B. Mynors). Oxford: Oxford University Press, 1972.

VITORINO. *Marius Victorinus. Ars grammatica*. (Ed. I. Mariotti). Firenze: Felice le Monnier, 1967. [Acesado via CGL]

b) Estudos modernos

ANGIONI, L. 2000 *Ontologia e predicação em Aristóteles*. Campinas: IFCH / UNICAMP. (Coleção Textos Didáticos n. 41)

ANTONOPOULOS, G. 1986 *Théorie et langage: le langage comme logos théorétiques*. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)

ASSUNÇÃO, C. 2000 *A arte da grammatica da Lingua Portuguesa de Antonio José dos Reis Lobato: estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

AUROY, S. 1988 Les critères de définition des parties du discours. *Langages* 92: 109-12.

AUROY, S. (dir.) 1989 *Histoire des idées linguistiques*. Liège: Pierre Mardaga.

AUROUX, S.; GLATIGNY, M.; JOLY, A.; NICOLAS, A.; ROSIER, I. (dir.) 1984 *Matériaux pour une histoire des théories linguistiques*. Lille: Presses de l'Université de Lille.

BARATIN, M. 1989^A La constitution de la grammaire et de la dialectique. In: AUROUX, S. (dir.) 1989.

BARATIN, M. 1989^B La maturation des analyses grammaticales et dialectiques. In: AUROUX, S. (dir.) 1989.

BARATIN, M. 1994 Sur la structure des grammaires antiques. In: DE CLERQ, J.; DESMET, P. (dir.) *Florilegium historiographiae linguisticae: études d'historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy*. Louvain-la-neuve: Peeters.

BARATIN, M.; DESBORDES, F. 1981 *L'analyse linguistique dans l'Antiquité Classique*. Vol. 1: Les théories. Paris: Klincksieck.

BARROS, J. 1540 *Grammatica da língua portuguesa*. Olyssippone (Lisboa): Lodouicum Rotorigium Typographum. Endereço eletrônico: <http://purl.pt/12148/3/>.

BÉCARES BOTAS V. 1989 Método aristotélico y gramática alejandrina. *Revista Española de Linguística* 19 (1): 71–83.

BRUNSCHWIG, J. 1986 Remarques sur la classification des propositions simples dans les logiques hellénistiques. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)

BRUNSCHWIG, J. 2006 Metafísica estoica. In: INWOOD (org.) 2006.

BÜTTGEN, P.; DIEBLER, S.; RASHED, M. (eds.) 1999 *Théories de la phrase et de la proposition: de Platon à Averroes*. Paris: Éditions Rue d'Ulm. (Études de Littérature Ancienne n. 10)

- CÂMARA JR., J. M. 1975 *História da Lingüística*. Petrópolis: Vozes.
- CHAPANSKI, G. 2003 *Uma tradução da Tékhne Grammatikē, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR.
- CHARPIN, F. 1986 La notion de partie du discours chez les grammariens latins. *Histoire Épistémologie Langage* 8 (1): 125-140.
- COLOMBAT, B. 1988 Présentation: éléments de réflexion pour une histoire des parties du discours. *Langages* 92: 5-10.
- CORNFORD, F. M. 1935 *Plato's theory of knowledge: the Theaetetus and Sophist of Plato translated with a running commentary*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd. (Repr. 1960)
- DELLA CASA, A. 1973 La grammatica. In: *Introduzione allo studio della cultura classica. Vol. 2: Linguistica e Filologia*. Milano: Marzorati.
- DENYER, N. 1993 *Language, thought and falsehood in ancient Greek philosophy*. London: Routledge.
- DEZOTTI, J. D. 2002 *A doutrina do verbo nos grammatici latini*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH / USP.
- DUPONT-ROC, R.; LALLOT, J. 1980 = ARISTOTE. *La Poétique*. Le texte grec avec une traduction e des notes par Roselyne Dupont-Roc et Jean Lallot. Paris: Editions du Seuil, 1980.
- FARIA, E. 1958 *Gramática superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- FLOBERT, P. 1981 Observations sur les emplois grammaticaux de *significatio*. *Revue de Philologie* 55: 25-32.
- FLORES GÓMEZ, E. 1984 El criterio formal en la definición de las categorías. Un gramático de mediados del s. IV, Carisio. *Revista Española de Linguística* 14 (2): 301-10.

FORMIGARI, L. 2001 *Il linguaggio: storia delle teorie*. Roma / Bari: Laterza. (2. ed. 2005)

FORTES, F. S. 2008 *Os marcadores discursivos no latim: considerações pragmáticas e textuais sobre as preposições, interjeições e conjunções em Donato e Prisciano*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: IEL / UNICAMP.

FREDE, M. 1977 The origin of Traditional Grammar. In: *Historical and Philosophical Dimensions of Logic, Methodology and Philosophy of Science*. Edited by Robert E. Butts and Jaakko Hintikka. Dordrecht / Boston: D. Reidel.

FREDE, M. 1994 The stoic notion of a *lekton*. In: *Language. Cambridge Companions to Ancient Thought, vol. 3*. Edited by Stephen Everson. Cambridge: Cambridge University Press.

GONZÁLES CALVO J M 1982 'Las partes de la oración', una expresión engañosa. *Anuario de estudios filológicos* 5: 55-67.

GRONDEUX, A. 2007 *Res* meaning a thing thought: the influence of the *Ars Donati*. *Vivarium* 45: 189-202.

HANKINSON, R. J. 2006 Epistemologia estoica. In: INWOOD (org.) 2006.

HOLTZ, L. 1981 *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*. Paris: CNRS.

HOUSEHOLDER, F. W. 1995^A Plato and his predecessors. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.

HOUSEHOLDER, F. W. 1995^B Aristotle and Stoics on language. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.

HOUSEHOLDER, F. W. 1995^C Dionysius Thrax, the Technai, and Sextus Empiricus. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.

HOVDHAUGEN, E. 1986 *Genera uerborum quot sunt*: observations on the Roman grammatical tradition. *Historiographia Linguistica* 13 (2-3): 307-21.

HOVDHAUGEN, E. 1995 Roman *ars grammatica*, including Prician. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.

ILDEFONSE, F. 1994 Sujet et prédicat chez Platon, Aristote et les stoïciens. *Archives et documents de la SHESL (seconde série)* 10: 3-34.

ILDEFONSE, F. 1997 *La naissance de la grammaire dans l'Antiquité grecque*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. (Série "Histoire des doctrines de l'Antiquité classique"; v. 20)

IMBERT, C. 1999 Le dialogue platonicien en quête de son identité. In: BÜTTGEN *et al.* (éds.) 1999.

INWOOD, B. (org.) 2006 *Os Estoicos*. Tradução de P. F. T. Ferreira e Raul Fiker. São Paulo: Odysseus. (Tít. orig.: *The Cambridge companion to the Stoics*, CUP, 2003).

JOLY, H. 1986 Platon entre le maître d'école et le fabricant de mots: remarques sur les *grammata*. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)

KAHN, C. 1986 Les mots et les formes dans le *Cratyle* de Platon. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)

KASTER, R. A. 1986 *Guardians of Language: The Grammarian and Society in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press.

KEMP, A. 1986 The *Tekhne Grammatike* of Dionysius Thrax, translated into english. *Historiographia Linguistica* 13 (2-3): 343-.

KOERNER, E. F. K. 1976 The importance of linguistic historiography and the place of history in linguistic science. *Foundations of language* 14: 541-7.

KOERNER, E. F. K. 1995^A History of Linguistics: the field. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.

KOERNER, E. F. K. 1995^B Historiography of Linguistics. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.

KOERNER, E. F. K. 1995^C “Persistent issues in linguistic historiography”. In: *History of linguistics 1993: papers from the sixth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS VI)*, Washington, D.C., 9-14 August 1993. Edited by K. R. Jankowsky. Amsterdam: John Benjamins. (Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III: Studies in the history of the language sciences / SiHoLS; v. 78.)

KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (eds.) 1995 *Concise history of the language sciences – from the sumerians to the cognitivists*. Oxford / New York: Pergamon.

KROLL, W. 1953 *Historia de la filología clásica*. (3. ed. revisada, traducida y ampliada por P. G. Romeo y M. P. Lapesa). Barcelona: Labor.

LAGARDE, J-P. 1988 Les parties du discours dans la linguistique moderne et contemporaine. *Langages* 92: 93-108.

LALLOT, J. 1985 = DENYS LE TRACE. *Tekhnē Grammatikē*. Introduction, traduction, notes par Jean Lallot. *Archives et documents de la SHESL* 6: 1-104.

LALLOT, J. 1986 L'ordre de la langue: observations sur la théorie grammaticale d'Apollonius Dyscole. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)

LALLOT, J. 1988 Origines et développement de la théorie des parties du discours en Grèce. *Langages* 92: 11-23.

LAUSBERG, H. 1966 *Elementos de retórica literária*. Tradução de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- LAW, V. 2003 *The history of linguistics in Europe from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAW, V.; SLUITER, I. (eds.) 1995 *Dionysius Thrax and the Technē grammatikē*. Münster: Nodus Publikationen.
- LEITE, M. Q. 2007 *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Paulistana / Humanitas.
- LENOBLE, M.; SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. 2001 Étude comparative des dénominations de catégories grammaticales dans les textes artigraphiques latins de l'Antiquité. In: *Métalangage et terminologie linguistique. Actes du colloque international de Grenoble (Université Stendhal – Grenoble III, 14-16 mai 1998)*. 2 vols. Édité par Bernard Colombat et Marie Savelli. Louvain: Peeters.
- LLOYD A, C. 1971 Grammar and metaphysics in Stoa. In: *Problems in Stoicism*. Edited by A. A. Long. London: The Athlone Press.
- MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C. C.; NEVES, M. H. M. (orgs.) 2008 *Dicionário grego-português (DGP)*. 5 vols. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- MARROU, H-I. 1932 La vie intellectuelle au forum de Trajan et au forum d'Auguste. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire* 49: 93-110.
- MARROU, H-I. 1966 *História da educação na antiguidade*. Tradução de M. L. Casanova. São Paulo: EPU.
- MATTHEWS, P. 1990 La linguística greco-latina. In: *Storia della linguistica*. A cura di Giulio C. Lepschy. Bologna: il Mulino.
- MORPURGO-TAGLIABUE, G. 1968 *Linguistica e stilistica di Aristotele*. Roma, Edizioni dell' Ateneo.
- NEVES, M. H. M. 1987 *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec.
- O'BRIEN, D. 1999 Théories de la proposition dans le Sophiste de Platon. In: BÜTTGEN *et al.* (eds.) 1999.

- ONFRAY, M. 2008 *Contra-história da filosofia I: as sabedorias antigas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- POSSENTI, S. 1996 *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: ALB / Mercado de Letras.
- RIEU, A-M. 1984 Histoire et épistémologie, l'injonction méthodologique de la locution "histoire des sciences du langage". In: AUROUX *et al.* (dir.) 1984.
- ROBINS, R. H. 1979 *Pequena história da lingüística*. Tradução de L. M. Monteiro de Barros. Rio de Janeiro / Brasília: Ao Livro Técnico / Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura. (Tít. orig.: *A short history of linguistics*, London: Longmans, 1967)
- ROBINS, R. H. 1986 The *Technē Grammatikē* of Dionysius Thrax in its historical perspective: the evolution of the traditional european word class systems. In: *Mot et parties du discours, word and word classes, wort und wortarten*. Édité par Pierre Swiggers et Willy Van Hoescke. Leuven / Paris: Peeters / Leuven University Press.
- SCHAD, S. 2007 *A lexicon of latin grammatical terminology*. Pisa / Roma: Fabrizio Serra editore.
- SEDLEY, D. 2006 A Escola, de Zenon a Ário Dídimo. In: INWOOD (org.) 2006.
- ŠKILJAN, D. 2000 Traduction "rétrospective" et traduction "prospective" des textes grammaticaux anciens. *Histoire Épistémologie Langage* 22 (2): 7-14.
- SOUZA, E. C. 2009 *Discurso e ontologia em Platão: um estudo sobre o Sofista*. Ijuí: Editora Unijuí.
- SWIGGERS, P. 1984 La construction d'une théorie de l'historiographie de la linguistique: quelques réflexions méthodologiques. In: AUROUX *et al.* (dir.) 1984.

TAYLOR, D. J. 1995^A Classical linguistics: an overview. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.

TAYLOR, D. J. 1995^B Varro and early latin language science. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.

TAYLOR, D. J. 1995^C Roman language science in early empire. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.

THORNTON, A. M. 1986 *Logos*-phrase et *logos*-texte chez Platon et Aristote. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)

WHITE, M. J. 2006 Filosofia natural estoica (Física e Cosmologia). In: INWOOD (org.) 2006.

WOUTERS, A. 1995 The grammatical papyri and the *Technē grammatikē* of Dionysius Thrax. In: LAW & SLUITER (eds.) 1995.



Esta obra foi publicada
pela Editora da UFPB

O CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES é hoje o maior centro de ensino, pesquisa e extensão da UFPB. Além de possuir o maior número de alunos e professores qualificados, distribuídos por treze departamentos, treze cursos de graduação, treze cursos de pós-graduação e vários núcleos e laboratórios de pesquisa, apresenta uma enorme complexidade acadêmica e diversidade científica, literária, artística, midiática e musical.

Essa riqueza científica e cultural do CCHLA precisa ser melhor divulgada. Neste sentido, a Direção do Centro cria a COLEÇÃO HUMANIDADES que terá como objetivo principal divulgar pesquisas recentes na forma de livro sobre ciências humanas, letras e artes que apontem para a diversidade da formação cultural brasileira.

O foco central da Coleção será a publicação de trabalhos inéditos, que tenham interesse acadêmico e social, resultantes de sólidas pesquisas teóricas e empíricas que descortinem novos objetos, novos problemas e novas abordagens na área das humanidades.

ISBN 978-85-237-0682-1



9 788523 706821